



Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

Filiada à Associação Psicanalítica Internacional desde 1963 e
à Associação Brasileira de Psicanálise

Presidente

Paulo Fonseca

Secretário

Gerson Isac Berlim

Secretário Científico

Antônio Carlos J. Pires

Tesoureiro

Raul Hartke

Conselheiros

Carlos Gari Faria
Isaac Pechansky

Diretor do Instituto

Luiz Carlos Mabilde

Secretário do Instituto

Ruggero Levy



ISSN 1413-4438

Revista de Psicanálise

da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

Rua Gen. Andrade Neves, 14 conj. 802

90010-210 - Porto Alegre-RS

Tel/Fax: 051 224-3340

Volume VIII - Nº 2 - Agosto - 2001

Editor

José Carlos Calich

Co-Editora

Jussara S. Dal Zot

Conselho Consultivo

Carlos Gari Faria - SPPA • Carmen Médici de Steiner - APU • Elias Mallet da Rocha Barros - SBPSP • Elizabeth T. de Bianchedi - APdeBA • Joel Nogueira - SPPA • Jorge L. Ahumada - APdeBA • Juan Francisco Jordán Moore - APCh • Julio Moreno - APdeBA • Leopold Nosek - SBPSP • Maria Olympia de A. F. França - SBPSP • Mauro Gus - SPPA • Ney Couto Marinho - SBPRJ • Norberto C. Marucco - APA • Paulo Fonseca - SPPA • Plínio Montagna - SBPSP • Raquel Zak de Goldstein - APA • Ricardo Bernardi - APU • Virgínia Ungar - APdeBA

Conselho Editorial

Alfrio Torres Dantas Junior - SPR • Arnaldo Chuster - SPRJ • Bruno Salésio da Silva Francisco - SPPel • Carlos Edson Duarte - SPRJ • Cláudio Laks Eizirik - SPPA • David Epelbaum Zimerman - SPPA • Flávio Rotta Corrêa - SPPA • Germano Vollmer Filho - SPPA • Isaac Pechansky - SPPA • Juarez Guedes Cruz - SPPA • Luiz Carlos Mabilde - SPPA • Marlene Silveira Araújo - SPPA • Nilde J. Parada Franch - SBPSP • Paulo Fernando B. Soares - SPPA • Raul Hartke - SPPA • Roaldo Naumann Machado - SPPA • Roberto Gomes - SPPA • Roosevelt Moises S. Cassorla - SBPSP • Ruggero Levy - SPPA

Comissão de Redação

Anette Blaya Luz • Carmem Emília Keidann • César Luís de Souza Brito • Luisa Maria R. Amaral • Magali Fischer • Matias Strassburger • Patrícia Fabrício Lago • Paulo Henrique Favalli • Paulo Oscar Teitelbaum • Viviane S. Mondrzak

Secretária Executiva

Irma Angela Manassero

Revisão

Clotilde Favalli

Capa

Quanta Design

Composição

Luiz Cezar F. de Lima

Impressão

Gráfica Editora Pallotti



Figura da capa: “O Grande Vôo”. Aço inoxidável, anos 90. **Carlos Tenius**. Escultor. Porto Alegre, RS.

Possui monumentos em praças e logradouros públicos, destacando-se os do parque Moinhos de Vento e o realizado em homenagem aos Açorianos, ambos em Porto Alegre. Também é de sua autoria o monumento à integração do Mercosul em Canela. Em seus trabalhos, as figuras aladas, de excepcionais dimensões, dominam o espaço urbano, transmitindo o sentido de grandiosidade exigido para esculturas ao ar livre. Possui inúmeros prêmios em salões oficiais no Estado e no País.

Acervo Galeria Tina Zappolli. Utilização da imagem autorizada pelo autor e proprietário.

Produção gráfica: Quanta Design.

Fotografia: Laura Amaral.

R 454 Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre / Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre. – Vol. VIII, nº 2 (ago., 2001) – Porto Alegre: SPPA, 2001, –

Quadrimestral

ISSN 1413-4438

1. Psicanálise – Periódicos I. Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

CDU: 159.964.2 (05)

616.89.072.87 (05)

CDU: 616.891.7

Bibliotecária Responsável: Mônica Nodari Borges
CRB/10 - 900





Vol. VIII - Nº 2 - Agosto/2001

S U M Á R I O

EDITORIAL

José Carlos Calich / 191

PALAVRA DO PRESIDENTE

Paulo Fonseca / 195

POR QUE A GUERRA?

Carta de Einstein / 199

Carta de Freud / 203

ARTIGOS

A Interfase Édipo-Narciso

Julio Moreno / 217

Materno ou feminino? A “rocha da origem” como guardiã do tabu do incesto com a mãe

Florence Guignard / 225

Impromptu

Cintia Buschinelli / 239

As cartas 46 e 52 de Freud e Fliess: significado para a obra freudiana e a psicanálise contemporânea

Roaldo Naumann Machado / 247

Espaço mental e pacientes borderline: considerações em torno da evolução de um caso

Cristina Fabião / 261

COMUNICAÇÃO BREVE

Psicanálise e complexidade

Luiz Ernesto Pellanda / 277

SEÇÃO ESPECIAL: BION COMENTADO – PARTE 4

A Grade, 1963

Wilfred R. Bion / 285

Comentários sobre o artigo de Bion, W.R., “A Grade”, de 1963

Darío Sor / 301

CINEMA E PSICANÁLISE

Ciclo de debates: Freud e Shakespeare no Cinema / 317

Como eu vi *Ricardo III*, de W. Shakespeare (versão de Ian Mckellen)

Luiz Carlos Mabilde / 319

Ricardo III ou a cumplicidade do espectador

Mirna Spritzer / 327

Hamlet

Germano Vollmer F. / 331

Hamlet

Luiz Antonio de Assis Brasil / 337

“O principal é estar pronto”: alguns comentários sobre o *Rei Lear*

Juarez Guedes Cruz / 341

REVISITANDO OS CLÁSSICOS

Conversa com Elisabeth von R.

Roy Schafer / 351

ENTREVISTA

Sergio Paulo Rouanet / 367





Atenção montador

a página **190** é branca





Editorial

Impossível não iniciar este editorial sem abordar a violência exposta nos atos terroristas ocorridos em Nova York e Washington, no último dia 11 de setembro, e os acontecimentos desencadeados a partir de então.

A destruição e mortes testemunhadas por milhões de pessoas no mundo inteiro, invadiu-nos com horror e perplexidade. As especulações sobre suas causas, motivos ou explicações não são capazes de atenuar o pavor desencadeado pela insanidade do ato, sua crueldade e pelas inevitáveis conseqüências, certamente violentas, que dele decorrerão, com novos horrores e perplexidades.

Os aspectos históricos, políticos, sociológicos e ideológicos, bem como os militares, os econômicos e os jornalísticos envolvidos nos fatos estão amplamente discutidos em toda a imprensa mundial desde então e não cabe a nós, psicanalistas, seu exame, procurar suas “razões”, se é que esta palavra deveria ter qualquer sentido neste contexto.

Do ponto de vista da desrazão, do psicanalítico, este fato histórico remete-nos pelo menos ao trauma, ao luto, ao narcisismo, à destrutividade, à projeção da destrutividade, à dissociação, aos fenômenos de grupo, ao fanatismo e ao sinistro.

Não é minha intenção ou pretensão expandir esses assuntos neste editorial. Dentro das funções precípuas da *Revista de Psicanálise da SPPA* está a de trazer ao leitor o atual e o polêmico, oferecer fontes de consulta, criar espaço para a evolução do pensamento psicanalítico.

Neste espírito, é útil lembrar que, em 1919, Freud aborda uma classe de fenômenos ligados à sensação de horror e perplexidade em seu artigo “O Estranho” (*Das Unheimliche*), em que os relaciona a algo familiar que foi reprimido e é “encontrado” externamente, criando a sensação de “sinistro”. O “impensável” da violência exposta retira nossa negação da “conhecida impensável” destrutividade humana, quebra nossa onipotência, a esperança de que a eterna luta entre Eros e Tanatos esteja sob controle, colocando-nos frente à incerteza, insegurança e, finalmente, à nossa fragilidade, a “*hilflosigkeit*”, como o próprio Freud conclui em outro de seus textos: “*É com essas forças que a natureza se ergue contra nós, majestosa, cruel e inexorável; uma vez mais nos traz à mente nossa fraqueza e desamparo, de que pensávamos ter fugido através do trabalho de civilização.*” (Freud, S. [1927]: *O Futuro de Uma Ilusão*. *ESOCSF*. Rio: Imago, Rio. P.27, 1974).

Neste ano de 1919, em seqüência ao final da I Grande Guerra, criou-se a Liga das Nações com o intuito de promover medidas que impedissem novas guerras. Em 1921, Albert Einstein recebia o Prêmio Nobel de Física, por suas explanações sobre





José Carlos Calich

o efeito fotoelétrico. Pacifista declarado, foi indicado, em 1931, a integrar a Organização de Cooperação Intelectual da Liga das Nações. Este comitê tinha a função de ouvir a opinião de diversos intelectuais a propósito do problema da guerra. Em 1932, Einstein escreve a Sigmund Freud expondo suas opiniões sobre o porquê das guerras, consultando-o quanto a seus entendimentos e pedindo-lhe um parecer sobre que medidas poderiam ser tomadas para evitá-las. Freud foi realista na resposta, expondo detalhadamente sua visão do “por que a guerra?” e a dificuldade que via em promover métodos que a impossibilitassem. Essa carta, reproduzida juntamente com a de Einstein na presente edição¹, uma vez mais atesta a universalidade dos fenômenos inconscientes e a lucidez de Freud. Setenta anos passados, é atual em todos os aspectos. A decisão de reproduzi-la acrescenta-se à função elaborativa, tão necessária nestes momentos traumáticos e remete ao ponto inicial da reflexão psicanalítica sobre o fenômeno, para o qual urge esforços no sentido de encontrar soluções.

A partir da publicação desta correspondência entre Freud e Einstein, fizeram-se diversos estudos psicanalíticos sobre o tema. Localizei em torno de 170 artigos no PEP (*Psychoanalytic Electronic Publishing*) que variam desde relatos tratando de pacifismo, da experiência bélica, estudos psicanalíticos sobre suas motivações e funções, até uma publicação sobre o “desejo de guerra” (Ladan, A., 1989), *The wish for war Int. Rev. Psychoanal.*, 16:331-338). São bem conhecidos os estudos de Bion centrados na guerra e nos fenômenos de grupo: Bion, W. (1997). *War memoirs 1917-1919.*, London: Karnac Books e Bion, W.R. (1961). *Experiences in Groups: And Other Papers*, London: Tavistock/Routledge.

Em 1970, foi publicado em Buenos Aires “*El psicoanálisis frente a la guerra*” (Rodolfo Alonso Editor) com comentários de Brice Boyer, Bychowski, Feder, Fornari, Grinberg, M. Langer, Money-Kirle, Ramirez, Rascovsky, Rodrigué, Rollman-Branch, Schwartz e Wangh sobre esta correspondência. São abordados os avanços psicanalíticos, outros referenciais teóricos, visões sociológicas, bem como distintos ângulos do problema: culpa, filicídio, elaboração paranóica do luto, perversão. Há nesses textos, críticas à utopia do pacifismo, porém inexiste uma divergência em relação aos pontos centrais freudianos ou ao seu ceticismo.

Sobre fanatismo, encontrei apenas duas publicações. À primeira (Haynal, A., Molnar, M., & De Puymege, G. [1980]. *Le Fanatisme. Histoire et Psychanalyse*. Paris: Stock), não tive acesso. Na segunda, Dario Sor (que comenta com propriedade e clareza o trabalho “A Grade”, em nossa seção Bion comentado – parte 4, desta edição) é autor, juntamente com Maria Rosa S. de Gazzano, do livro *Fanatismo* (Buenos Aires: Ananké, 1992), no qual expõem suas concepções psicanalíticas origi-

1. Reprodução gentilmente autorizada pela Imago Editora, a quem agradecemos.





nais e profundas a respeito do fenômeno do fanatismo, baseados em uma evolução das teorias de Bion. Neste livro, Sor e Gazzano, abordam as áreas fanáticas da personalidade como possuindo um transtorno de pensamento, situado além da psicose, por agregar, além da “arrogância”, “estupidez” e “curiosidade invasiva”, as características de “resto sem valor”, “idéia máxima”, “infra-humanidade” e “ausência de crise”. Sua origem estaria associada a uma patologia grave da função *reverie*, ligada a uma propriedade específica desta última de “injetar devoção” — particularmente a devoção a idéias. Introduzem a idéia de “não-pensamentos fanáticos”, a de “elemento gama”, a de “pré-determinação” e “pré-sentimentos”. Descrevem com detalhes a clínica e a proposta teórica sobre o fanatismo, suas relações com fobias e autismo e com outros aspectos da personalidade.

Distante geograficamente dos locais desta violência e mantendo o curso de nossas atividades, organizamos o IV Ciclo de Debates da *Revista de Psicanálise da SPPA*. É com satisfação que apresentamos a seguir o programa deste Ciclo. Com esta atividade, a SPPA, através de sua *Revista*, será um dos órgãos de apoio cultural à Feira do Livro.

IV Ciclo de Debates da *Revista de Psicanálise da SPPA*

27.10.2001 17:00 Lançamento do número especial “Psicanálise e Literatura”, no Café da Câmara do Livro.

27.10.2001 19:00 **Abertura do IV Ciclo** (salão Bridge do Clube do Comércio)

Paulo Fonseca (Presidente da SPPA); José Carlos Calich (Editor da *Revista*)

Leitura dramática de textos inéditos de *Mário Quintana* a ser realizada pelo ator Álvaro Rosa Costa

Painel: “O lúdico e o melancólico na obra de Mário Quintana”

Coordenador: José Carlos Calich (psicanalista, SPPA. *Editor da Revista de Psicanálise da SPPA*)

Painelistas: Regina Zilbermann (professora titular de literatura PUCRS)
Eneida Iankilevich (psicanalista, SPPA)
Armindo Trevisan (professor e escritor, patrono da 47ª Feira do livro de Porto Alegre)





José Carlos Calich

31.10.2001 19:00 **Abertura** (salão Bridge do Clube do Comércio)

Antônio Carlos J. Pires (Secretário Científico da SPPA); Jussara S. Dal Zot (Co-Editora da *Revista*)

Leitura dramática de textos de *Carlos Drummond de Andrade* a ser realizada pelo ator Álvaro Rosa Costa

Painel: “O amor e a sensualidade na obra de Carlos Drummond de Andrade”

Coordenador: Gerson I. Berlin (psicanalista, SPPA, Secretário da SPPA)

Painelistas: Tânia Carvalhal (professora titular de literatura)

Cláudio Eizirik (psicanalista, SPPA. Vice-Presidente da *International Psychoanalytical Association*)

Charles Kiefer (escritor, Secretário Adjunto da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul)

Para finalizar, os agradecimentos à *International Universities Press* pela autorização para publicação do texto “Conversas com Elizabeth von R.”, de Roy Schafer, na Seção Revisitando os Clássicos. Também à Sra. Francesca Bion e à Editora Karnac, pela autorização para publicação do texto “A Grade”. Este é parte do último livro publicado de W. Bion (*Taming wild thoughts*), que dependeu de uma longa negociação para que tivéssemos sua tradução e reprodução autorizadas.

A todos uma boa leitura e o desejo de que os valores humanos, aqueles que os bons objetos internos promovem, possam inspirar atitudes civilizadas e civilizatórias, baseadas no princípio da realidade, de consideração com o outro e de controle da destrutividade.

José Carlos Calich

Editor da Revista de Psicanálise da SPPA





Palavra do Presidente

Neste espaço, cabe a mim a condição e a oportunidade de expressar opiniões e de referir-me aos acontecimentos que marcaram o período entre duas edições. Mas é evidente que essa prerrogativa está regida por responsabilidade e cuidados e disso só pode saber ao certo quem ocupa o cargo de realce honorífico como o de Presidente, já que a seleção das suas declarações passa por crivos, dentre os quais também os argutos do editor. E isso é assim por mostrar-se útil e exercer uma função protetora para muitos, em níveis variados e em múltiplos momentos.

Mas talvez, por essa função de “peneira”, fique explicado que tantas vezes as palavras do Presidente sejam tão similares às anteriormente formuladas, de certa forma predizendo como serão as próximas, ainda a serem redigidas. Talvez explique também que de forma regular sejam citados aqueles acontecimentos, no período, que se mostram dignos de estímulo e de aplauso. Feito o registro, atendo-me aos balizamentos e, escutando o conselho jocoso de um colega experiente – “Tem que se afastar das hélices ...” –, assinalo que nesse período alguns vôos foram alçados.

Algumas realizações novas e mesmo inéditas ocorreram como, por exemplo, o evento “Falando sobre Cinema e Psicanálise”, realizado em cinema da Capital, em meados de setembro, com grande afluxo de público. Segue o ciclo de Shakespeare ... novos trabalhos clínicos têm sido apresentados e debatidos ... proposições inovadoras têm sido examinadas na área do ensino ... visitantes ilustres seguem vindo à nossa sede para atividades científicas... E é gratificante saber que temas que já se nos constituem em rotina por si só são merecedores de festejo. Mas, por vezes, ocorre algo menos usual, que até escapa, em parte, ao esperado e que, como tal, se impõe como destaque.

E, nesses termos, como Presidente da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre, cabe-me efetuar o registro de que, em julho último, nossa Sociedade novamente foi alvo de uma distinção em nível internacional, quando um de seus membros tomou posse de um cargo de representação política e administrativa, como é o da Vice-Presidência da Associação Psicanalítica Internacional. Por dois períodos consecutivos, de 1975 a 1977 e de 1977 a 1979, a SPPA já havia sido distinguida, quando David Zimmermann ocupou tal função na hierarquia associativa da psicanálise. Agora, duas décadas após, cabe a outro membro de nossa Sociedade o prestígio de tal ascensão, com a posse de Cláudio Laks Eizirik como um dos três Vice-Presidentes da IPA para a América Latina.

Uma Sociedade relativamente pequena como é a nossa recebe assim, mais





Paulo Fonseca

uma vez, um reconhecimento internacional e todos nós, a ela pertencentes, sentimos satisfeitos porque nossa Casa foi prestigiada, recebendo aval por seus valores de seriedade e competência no lidar com os assuntos da psicanálise e de sua organização.

Paulo Fonseca
Presidente





Por que a Guerra?

Einstein e Freud, 1932





Atenção montador

a página **198** é branca





Carta de Einstein

Caputh junto a Potsdam, 30 de julho de 1932

Prezado Professor Freud

A proposta da Liga das Nações e de seu Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual, em Paris, de que eu convidasse uma pessoa, de minha própria escolha, para um franco intercâmbio de pontos de vista sobre algum problema que eu poderia selecionar, oferece-me excelente oportunidade de conferenciar com o senhor a respeito de uma questão que, da maneira como as coisas estão, parece ser o mais urgente de todos os problemas que a civilização tem de enfrentar. Este é o problema: existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra? É do conhecimento geral que, com o progresso da ciência de nossos dias, esse tema adquiriu significação de assunto de vida ou morte para a civilização, tal como a conhecemos; não obstante, apesar de todo o empenho demonstrado, todas as tentativas de solucioná-lo terminaram em lamentável fracasso.

Ademais, acredito que aqueles cuja atribuição é atacar o problema de forma profissional e prática estão apenas adquirindo crescente consciência de sua impotência para abordá-lo e agora possuem um vivo desejo de conhecer os pontos de vistas de homens que, absorvidos na busca da ciência, podem mirar os problemas do mundo na perspectiva que a distância permite. Quanto a mim, o objetivo habitual de meu pensamento não me permite uma compreensão interna das obscuras regiões da vontade e do sentimento humano. Assim, na indagação ora proposta, posso fazer pouco mais do que procurar esclarecer a questão em referência e, preparando o terreno das soluções mais óbvias, possibilitar que o senhor proporcione a elucidação do problema mediante o auxílio do seu profundo conhecimento da vida instintiva do homem. Existem determinados obstáculos psicológicos cuja existência um leigo em ciências mentais pode obscuramente entrever, cujas inter-relações e filigranas ele, contudo, é incompetente para compreender; estou convencido de que o senhor será capaz de sugerir métodos educacionais situados mais ou menos fora dos objetivos da política, os quais eliminarão esses obstáculos.

Como pessoa isenta de preconceitos nacionalistas, pessoalmente vejo uma forma simples de abordar o aspecto superficial (isto é, administrativo) do problema: a instituição, por meio de acordo internacional, de um organismo legislativo e judi-





ciário para arbitrar todo conflito que surja entre nações. Cada nação submeter-se-ia à obediência às ordens emanadas desse organismo legislativo, a recorrer às suas decisões em todos os litígios, a aceitar irrestritamente suas decisões e a pôr em prática todas as medidas que o tribunal considerasse necessárias para a execução de seus decretos. Já de início, todavia, defronto-me com uma dificuldade: um tribunal é uma instituição humana que, em relação ao poder de que dispõe, é inadequada para fazer cumprir seus veredictos, está muito sujeito a ver suas decisões anuladas por pressões extrajudiciais. Este é um fato com que temos de contar; a lei e o poder inevitavelmente andam de mãos dadas, e as decisões jurídicas se aproximam mais da justiça ideal exigida pela comunidade (em cujo nome e em cujos interesses esses veredictos são pronunciados), na medida em que a comunidade tem efetivamente o poder de impor o respeito ao seu ideal jurídico. Atualmente, porém, estamos longe de possuir qualquer organização supranacional competente para emitir julgamentos de autoridade incontestável e garantir absoluto acatamento à execução de seus veredictos. Assim, sou levado ao meu primeiro princípio; a busca da segurança internacional envolve a renúncia incondicional, por todas as nações, em determinada medida, à sua liberdade de ação, ou seja, à sua soberania, e é absolutamente evidente que nenhum outro caminho pode conduzir a essa segurança.

O insucesso, malgrado sua evidente sinceridade, de todos os esforços, durante a última década, no sentido de alcançar essa meta, não deixa lugar à dúvida de que estão em jogo fatores psicológicos de peso que paralisam tais esforços. Alguns desses fatores são mais fáceis de detectar. O intenso desejo de poder, que caracteriza a classe governante em cada nação, é hostil a qualquer limitação de sua soberania nacional. Essa fome de poder político está acostumada a medrar nas atividades, de um outro grupo, cujas aspirações são de caráter econômico, puramente mercenário. Refiro-me especialmente a esse grupo reduzido, porém decidido, existente em cada nação, composto de indivíduos que, indiferentes às condições e aos controles sociais, consideram a guerra, a fabricação e venda de armas simplesmente como uma oportunidade de expandir seus interesses pessoais e ampliar a sua autoridade pessoal.

O reconhecimento desse fato, no entanto, é simplesmente o primeiro passo para uma avaliação da situação atual. Logo surge uma outra questão: como é possível a essa pequena súcia dobrar a vontade da maioria, que se resigna a perder e a sofrer com uma situação de guerra, a serviço da ambição de poucos? (Ao falar em maioria, não excluo os soldados, de todas as graduações, que escolheram a guerra como profissão, na crença de que estejam servindo à defesa dos mais altos interesses de sua raça e de que o ataque seja, muitas vezes, o melhor meio de defesa.) Parece que uma resposta óbvia a essa pergunta seria que a minoria, a classe dominante atual, possui as escolas, a imprensa e, geralmente, também a Igreja, sob seu poderio. Isto possibi-





lita organizar e dominar as emoções das massas e torná-las instrumento da mesma minoria.

Ainda assim, nem sequer essa resposta proporciona uma solução completa. Daí surge uma nova questão: como esses mecanismos conseguem tão bem despertar nos homens um entusiasmo extremado, a ponto de estes sacrificarem suas vidas? Pode haver apenas uma resposta: é porque o homem encerra dentro de si um desejo de ódio e destruição. Em tempos normais, essa paixão existe em estado latente, emerge apenas em circunstâncias anormais; é, contudo, relativamente fácil despertá-la e elevá-la à potência de psicose coletiva. Talvez aí esteja o ponto crucial de todo o complexo de fatores que estamos considerando, um enigma que só um especialista na ciência dos instintos humanos pode resolver.

Com isso, chegamos à nossa última questão. É possível controlar a evolução da mente do homem, de modo a torná-lo à prova das psicoses do ódio e da destrutividade? Aqui não me estou referindo tão-somente às chamadas massas incultas. A experiência prova que é, antes, a chamada “Intelligentzia” a mais inclinada a ceder a essas desastrosas sugestões coletivas, de vez que o intelectual não tem contato direto com o lado rude da vida, mas a encontra em sua forma sintética mais fácil – na página impressa.

Para concluir: até aqui somente falei das guerras entre nações, aquelas que se conhecem como conflitos internacionais. Estou, porém, bem consciente de que o instinto agressivo opera sob outras formas e em outras circunstâncias. (Penso nas guerras civis, por exemplo, devidas à intolerância religiosa, em tempos precedentes, hoje em dia, contudo, devidas a fatores sociais; ademais, também nas perseguições a minorias raciais.) Foi deliberada a minha insistência naquilo que é a mais típica, mais cruel e extravagante forma de conflito entre homem e homem, pois aqui temos a melhor ocasião de descobrir maneiras e meios de tornar impossíveis qualquer conflito armado.

Sei que nos escritos do senhor podemos encontrar respostas, explícitas ou implícitas, a todos os aspectos desse problema urgente e absorvente. Mas seria da maior utilidade para nós todos que o senhor apresentasse o problema da paz mundial sob o enfoque das suas mais recentes descobertas, pois uma tal apresentação bem poderia demarcar o caminho para novos e frutíferos métodos de ação.

Muito cordialmente,

A. EINSTEIN. Viena, setembro de 1932. □





Atenção montador
a página **202** é branca





Carta de Freud

Prezado Professor Einstein,

Quando soube que o senhor intencionava convidar-me para um intercâmbio de pontos de vista sobre um assunto que lhe interessava e que parecia merecer o interesse de outros além do senhor, aceitei prontamente. Esperava que o senhor escolhesse um problema situado nas fronteiras daquilo que é atualmente cognoscível, um problema em relação ao qual cada um de nós, físico e psicólogo, pudesse ter o seu ângulo de abordagem especial e no qual pudéssemos nos encontrar, sobre o mesmo terreno, embora partindo de direções diferentes. O senhor apanhou-me de surpresa, no entanto, ao perguntar o que pode ser feito para *proteger a humanidade da maldição da guerra*. Inicialmente me assustei com o pensamento de minha – quase escrevi “nossa” – incapacidade de lidar com o que parecia ser um problema prático, um assunto para estadistas. Depois, no entanto, percebi que o senhor havia proposto a questão, não na condição de cientista da natureza e físico, mas como filantropo: o senhor estava seguindo a sugestão da Liga das Nações, assim como Fridtjof Nansen, o explorador polar, assumiu a tarefa de auxiliar as vítimas famintas e sem teto da guerra mundial. Além do mais, considerei que não me pediam para propor medidas práticas, mas sim apenas que eu delimitasse o problema da evitação da guerra tal como ele se configura aos olhos de um cientista da psicologia. Também nesse ponto, o senhor disse quase tudo o que há a dizer sobre o assunto. Embora o senhor se tenha antecipado a mim, ficarei satisfeito em seguir no seu rasto e me contentarei com confirmar tudo o que o senhor disse, ampliando-o com o melhor do meu conhecimento – ou das minhas conjecturas.

O senhor começou com a relação entre o *direito e o poder*. Não se pode duvidar de que seja este o ponto de partida correto de nossa investigação. Mas, permita-me substituir a palavra “poder” pela palavra mais nua e crua “violência”. Atualmente, direito e violência se nos afiguram como antíteses. No entanto, é fácil mostrar que uma se desenvolveu da outra e, se nos reportarmos às origens primeiras e examinarmos como essas coisas se passaram, resolve-se o problema facilmente. Perdoe-me se, nessas considerações que se seguem, eu trilhar chão familiar e comumente aceito, como se isto fosse novidade; o fio de minhas argumentações o exige.

É, pois, um princípio geral que os conflitos de interesses entre os homens são resolvidos pelo uso da violência. É isto o que se passa em todo o reino animal, do





qual o homem não tem motivo por que se excluir. No caso do homem, sem dúvida ocorrem também conflitos de *opinião* que podem chegar a atingir as mais raras nuances da abstração e que parecem exigir alguma outra técnica para sua solução. Esta é, contudo, uma complicação a mais. No início, numa pequena *horda humana*, era a superioridade da força muscular que decidia quem tinha a posse das coisas ou quem fazia prevalecer sua vontade. A força muscular logo foi suplementada e substituída pelo uso de instrumentos: o vencedor era aquele que tinha as melhores armas ou aquele que tinha a maior habilidade no seu manejo. A partir do momento em que as armas foram introduzidas, a superioridade intelectual já começou a substituir a força muscular bruta; mas o objetivo final da luta permanecia o mesmo – uma ou outra facção tinha de ser compelida a abandonar suas pretensões ou suas objeções, por causa do dano que lhe havia sido infligido e pelo dismantelamento de sua força. Conseguia-se esse objetivo de modo mais completo se a violência do vencedor eliminasse para sempre o adversário, ou seja, se o matasse. Isto tinha duas vantagens: o vencido não podia restabelecer sua oposição, e o seu destino dissuadiria outros de seguirem seu exemplo. Ademais disso, matar um inimigo satisfazia uma inclinação instintual, que mencionarei posteriormente. À intenção de matar opor-se-ia a reflexão de que o inimigo podia ser utilizado na realização de serviços úteis, se fosse deixado vivo e num estado de intimidação. Nesse caso, a violência do vencedor contentava-se com subjugar, em vez de matar, o vencido. Foi este o início da idéia de poupar a vida de um inimigo, mas a partir daí o vencedor teve de contar com a oculta sede de vingança do adversário vencido e sacrificou uma parte de sua própria segurança.

Esta foi, por conseguinte, a situação inicial dos fatos: a dominação por parte de qualquer um que tivesse poder maior – a dominação pela violência bruta ou pela violência apoiada no intelecto. Como sabemos, esse regime foi modificado no transcurso da evolução. Havia um caminho que se estendia da violência ao direito ou à lei. Que caminho era este? Penso ter sido apenas um: o caminho que levava ao reconhecimento do fato de que à força superior de um único indivíduo podia-se contrapor a união de diversos indivíduos fracos. “*L’union fait la force.*” A violência podia ser derrotada pela união, e o poder daqueles que se uniam representava, agora, a lei, em contraposição à violência do indivíduo só. Vemos, assim, que a lei é a força de uma comunidade. Ainda é violência, pronta a se voltar contra qualquer indivíduo que se lhe oponha; funciona pelos mesmos métodos e persegue os mesmos objetivos. A única diferença real reside no fato de que aquilo que prevalece não é mais a violência de um indivíduo, mas a violência da comunidade. A fim de que a transição da violência a esse novo direito ou justiça pudesse ser efetuada, contudo, uma condição psicológica teve de ser preenchida. A união da maioria devia ser estável e duradoura. Se





apenas fosse posta em prática com o propósito de combater um indivíduo isolado e dominante e fosse dissolvida depois da derrota deste, nada se teria realizado. A pessoa, a seguir, que se julgasse superior em força, haveria de mais uma vez tentar estabelecer o domínio através da violência, e o jogo se repetiria *ad infinitum*. A comunidade deve manter-se permanentemente, deve organizar-se, deve estabelecer regulamentos para antecipar-se ao risco de rebelião e deve instituir autoridades para fazer com que esses regulamentos – as leis – sejam respeitadas e para superintender a execução dos atos legais de violência. O reconhecimento de uma entidade de interesses como estes levou ao surgimento de vínculos emocionais entre os membros de um grupo de pessoas unidas – sentimentos comuns, que são a verdadeira fonte de sua força.

Acredito que, com isso, já tenhamos todos os elementos essenciais: a violência suplantada pela transferência do poder a uma unidade maior, que se mantém unida por laços emocionais entre os seus membros. O que resta dizer não é senão uma ampliação e uma repetição desse fato.

A situação é simples enquanto a comunidade consiste em apenas poucos indivíduos igualmente fortes. As leis de uma tal associação irão determinar o grau em que, se a segurança da vida comunal deve ser garantida, cada indivíduo deve abrir mão de sua liberdade pessoal de utilizar a sua força para fins violentos. Um estado de equilíbrio dessa espécie, porém, só é concebível teoricamente. Na realidade, a situação complica-se pelo fato de que, desde os seus primórdios, a comunidade abrange elementos de força desigual – homens e mulheres, pais e filhos – e logo, como consequência da guerra e da conquista, também passa a incluir vencedores e vencidos, que se transformam em senhores e escravos. A justiça da comunidade então passa a exprimir graus desiguais de poder nela vigentes. As leis são feitas por e para os membros governantes e deixa pouco espaço para os direitos daqueles que se encontram em estado de sujeição. Dessa época em diante, existem na comunidade dois fatores em atividade que são fonte de inquietação relativamente a assuntos da lei, mas que tendem, ao mesmo tempo, a um maior crescimento da lei. Primeiramente, são feitas, por certos detentores do poder, tentativas no sentido de se colocarem acima das proibições que se aplicam a todos – isto é, procuram escapar do domínio pela lei para o domínio pela violência. Em segundo lugar, os membros oprimidos do grupo fazem constantes esforços para obter mais poder e ver reconhecidas na lei algumas modificações efetuadas nesse sentido – isto é, fazem pressão para passar da justiça desigual para a justiça igual para todos. Essa segunda tendência torna-se especialmente importante se uma mudança real de poder ocorre dentro da comunidade, como pode ocorrer em consequência de diversos fatores históricos. Nesse caso, o direito pode





gradualmente adaptar-se à nova distribuição do poder; ou, como sucede com maior freqüência, a classe dominante se recusa a admitir a mudança e a rebelião e a guerra civil se seguem, com uma suspensão temporária da lei e com novas tentativas de solução mediante a violência, terminando pelo estabelecimento de um novo sistema de leis. Ainda há uma terceira fonte da qual podem surgir modificações da lei e que invariavelmente se exprime por meios pacíficos: consiste na transformação cultural dos membros da comunidade. Isto, porém, propriamente faz parte de uma outra correlação e deve ser considerado posteriormente.

Vemos, pois, que a solução violenta de conflitos de interesses não é evitada sequer dentro de uma comunidade. As necessidades cotidianas e os interesses comuns, inevitáveis ali onde pessoas vivem juntas num lugar, tendem, contudo, a proporcionar a essas lutas uma conclusão rápida, e, sob tais condições, existe uma crescente probabilidade de se encontrar uma solução pacífica. Outrossim, um rápido olhar pela história da raça humana revela uma série infindável de conflitos entre uma comunidade e outra, ou diversas outras, entre unidades maiores e menores – entre cidades, províncias, raças, nações, impérios –, que quase sempre se formaram pela força das armas. Guerras dessa espécie terminam ou pelo saque ou pelo completo aniquilamento e conquista de uma das partes. É impossível estabelecer qualquer julgamento geral das guerras de conquista. Algumas, como as empreendidas pelos mongóis e pelos turcos, não trouxeram senão malefícios. Outras, pelo contrário, contribuíram para a transformação da violência em lei, ao estabelecerem unidades maiores, dentro das quais o uso da violência se tornou impossível e nas quais um novo sistema de leis solucionou os conflitos. Desse modo, as conquistas dos romanos deram aos países próximos ao Mediterrâneo a inestimável *pax romana*, e a ambição dos reis franceses de ampliar os seus domínios criou uma França pacificamente unida e florescente. Por paradoxal que possa parecer, deve-se admitir que a guerra poderia ser um meio nada inadequado de estabelecer o reino ansiosamente desejado de paz ‘perene’, pois está em condições de criar as grandes unidades dentro das quais um poderoso governo central torna impossíveis outras guerras. Contudo, ela falha quanto a esse propósito, pois os resultados da conquista são geralmente de curta duração: as unidades recentemente criadas esfacelam-se novamente, no mais das vezes devido a uma falta de coesão entre as partes que foram unidas pela violência. Ademais, até hoje as unificações criadas pela conquista, embora de extensão considerável, foram apenas parciais, e os conflitos entre elas ensejaram, mais do que nunca, soluções violentas. O resultado de todos esses esforços bélicos consistiu, assim, apenas em a raça humana haver trocado as numerosas e realmente infindáveis guerras menores por guerras em grande escala, que são raras, contudo muito mais destrutivas.





Se nos voltamos para os nossos próprios tempos, chegamos à mesma conclusão a que o senhor chegou por um caminho mais curto. As guerras somente serão evitadas com certeza, se a humanidade se unir para estabelecer uma autoridade central a que será conferido o direito de arbitrar todos os conflitos de interesses. Nisto estão envolvidos claramente dois requisitos distintos: criar uma instância suprema e dotá-la do necessário poder. Uma sem a outra seria inútil. A Liga das Nações é destinada a ser uma instância dessa espécie, mas a segunda condição não foi preenchida: a Liga das Nações não possui poder próprio e só pode adquiri-lo se os membros da nova união, os diferentes estados, se dispuserem a cedê-lo. E, no momento, parecem escassas as perspectivas nesse sentido. A instituição da Liga das Nações seria totalmente ininteligível se se ignorasse o fato de que houve uma tentativa corajosa, como raramente (talvez jamais em tal escala) se fez antes. Ela é uma tentativa de fundamentar a autoridade sobre um apelo a determinadas atitudes idealistas da mente (isto é, a influência coercitiva), que de outro modo se baseia na posse da força. Já vimos que uma comunidade se mantém unida por duas coisas: a força coercitiva da violência e os vínculos emocionais (identificações é o nome técnico) entre seus membros. Se estiver ausente um dos fatores, é possível que a comunidade se mantenha ainda pelo outro fator. As idéias a que se faz o apelo só podem, naturalmente, ter importância se exprimirem afinidades importantes entre os membros, e pode-se perguntar quanta força essas idéias podem exercer. A história nos ensina que, em certa medida, elas foram eficazes. Por exemplo, a idéia do pan-helenismo, o sentido de ser superior aos bárbaros de além-fronteiras – idéia que foi expressa com tanto vigor no conselho anfitriônico, nos oráculos e nos jogos –, foi forte a ponto de mitigar os costumes guerreiros entre os gregos, embora, é claro, não suficientemente forte para evitar dissensões bélicas entre as diferentes partes da nação grega, ou mesmo para impedir uma cidade ou confederação de cidades de se aliar com o inimigo persa, a fim de obter vantagem contra algum rival. A identidade de sentimentos entre os cristãos, embora fosse poderosa, não conseguiu, à época do Renascimento, impedir os Estados Cristãos, tanto os grandes como os pequenos, de buscar o auxílio do sultão em suas guerras de uns contra os outros. E atualmente não existe idéia alguma que, espera-se, venha a exercer uma autoridade unificadora dessa espécie. Na realidade, é por demais evidente que os ideais nacionais, pelos quais as nações se regem nos dias de hoje, atuam em sentido oposto. Algumas pessoas tendem a profetizar que não será possível pôr um fim à guerra, enquanto a forma comunista de pensar não tenha encontrado aceitação universal. Mas esse objetivo, em todo caso, está muito remoto, atualmente, e talvez só pudesse ser alcançado após as mais terríveis guerras civis. Assim sendo, presentemente, parece estar condenada ao fracasso a tentativa de substituir a força real pela força das idéias. Estaremos fazendo um cálculo errado se des-





prezarmos o fato de que a lei, originalmente, era força bruta e que, mesmo hoje, não pode prescindir do apoio da violência.

Passo agora, a acrescentar algumas observações aos seus comentários. O senhor expressa surpresa ante o fato de ser tão fácil inflamar nos homens o entusiasmo pela guerra e insere a suspeita de que neles exige em atividade alguma coisa – um instinto de ódio e de destruição – que coopera com os esforços dos mercadores da guerra. Também nisto apenas posso exprimir meu inteiro acordo. Acreditamos na existência de um instinto dessa natureza, e durante os últimos anos temo-nos ocupado realmente em estudar suas manifestações. Permita-me que me sirva dessa oportunidade para apresentar-lhe uma parte da teoria dos instintos que, depois de muitas tentativas hesitantes e muitas vacilações de opinião, foi formulada pelos que trabalham na área da psicanálise?

De acordo com nossa hipótese, os instintos humanos são de apenas dois tipos: aqueles que tendem a preservar e a unir – que denominamos “eróticos”, exatamente no mesmo sentido em que Platão usa a palavra “Eros” em seu *Symposium*, ou “sexuais”, com uma deliberada ampliação da concepção popular de “sexualidade” –, e aqueles que tendem a destruir e matar, os quais agrupamos como instinto agressivo ou destrutivo. Como o senhor vê, isto não é senão uma formulação teórica da universalmente conhecida oposição entre amor e ódio, que talvez possa ter alguma relação básica com a polaridade entre atração e repulsão, que desempenha um papel na sua área de conhecimentos. Entretanto, não devemos ser demasiado apressados em introduzir juízos éticos de bem e de mal. Nenhum desses dois instintos é menos essencial do que o outro; os fenômenos da vida surgem da ação confluyente ou mutuamente contrária de ambos. Ora, é como se um instinto de um tipo dificilmente pudesse operar isolado; está sempre acompanhado – ou, como dizemos, amalgamado – por determinada quantidade do outro lado, que modifica o seu objetivo, ou, em determinados casos, possibilita a consecução desse objetivo. Assim, por exemplo, o instinto de autopreservação certamente é de natureza erótica; não obstante, deve ter à sua disposição a agressividade, para atingir seu propósito. Dessa forma, também o instinto de amor, quando dirigido a um objeto, necessita de alguma contribuição do instinto de domínio, para que obtenha a posse desse objeto. A dificuldade de isolar as duas espécies de instinto em suas manifestações reais, é, na verdade, o que até agora nos impedia de reconhecê-los.

Se o senhor quiser acompanhar-me um pouco mais, verá que as ações humanas estão sujeitas a uma outra complicação de natureza diferente. Muito raramente uma ação é obra de um impulso instintual *único* (que deve estar composto de Eros e destrutividade). A fim de tornar possível uma ação, há que haver, via de regra, uma





combinação desses motivos compostos. Isto, há muito tempo, havia sido percebido por um especialista na sua matéria, o professor *G. C. Lichtenberg*, que ensinava física em Göttingen, durante o nosso classicismo, embora, talvez, ele fosse ainda mais notável como psicólogo do que como físico. Ele inventou uma “bússola de motivos”, pois escreveu: “Os motivos que nos levam a fazer algo poderiam ser dispostos à maneira da rosa-dos-ventos e receber nomes de uma forma parecida: por exemplo, ‘pão – pão – fama’ ou ‘fama – fama – pão’.” De forma que, quando os seres humanos são incitados à guerra, podem ter toda uma gama de motivos para se deixarem levar – uns nobres, outros vis, alguns francamente declarados, outros jamais mencionados. Não há por que enumerá-los todos. Entre eles está certamente o desejo da agressão e destruição: as incontáveis crueldades que encontramos na história e em nossa vida de todos os dias atestam a sua existência e a sua força. A satisfação desses impulsos destrutivos naturalmente é facilitada por sua mistura com outros motivos de natureza erótica e idealista. Quando lemos sobre as atrocidades do passado, amiúde é como se os motivos idealistas servissem apenas de excusa para os desejos destrutivos; e, às vezes – por exemplo, no caso das crueldades da Inquisição – é como se os motivos idealistas tivessem assomado a um primeiro plano na consciência, enquanto os destrutivos lhes emprestassem um reforço inconsciente. Ambos podem ser verdadeiros.

Receio que eu possa estar abusando do seu interesse, que, afinal, se volta para a prevenção da guerra e não para nossas teorias. Gostaria, não obstante, de deter-me um pouco mais em nosso instinto destrutivo, cuja popularidade não é de modo algum igual à sua importância. Como consequência de um pouco de especulação, pudemos supor que esse instinto está em atividade em toda criatura viva e procura levá-la ao aniquilamento, reduzir a vida à condição original de matéria inanimada. Portanto, merece, com toda seriedade, ser denominado instinto de morte, ao passo que os instintos eróticos representam o esforço de viver. O instinto de morte torna-se instinto destrutivo quando, com o auxílio de órgãos especiais, é dirigido para fora, para objetos. O organismo preserva sua própria vida, por assim dizer, destruindo uma vida alheia. Uma parte do instinto de morte, contudo, continua atuante *dentro* do organismo, e temos procurado atribuir numerosos fenômenos normais e patológicos a essa internalização do instinto de destruição. Foi-nos até mesmo imputada a culpa pela heresia de atribuir a origem da consciência a esse desvio da agressividade para dentro. O senhor perceberá que não é absolutamente irrelevante se esse processo vai longe demais: é positivamente insano. Por outro lado, se essas forças se voltam para a destruição no mundo externo, o organismo se aliviará e o efeito deve ser benéfico. Isto serviria de justificação biológica para todos os impulsos condenáveis e perigosos contra os quais lutamos. Deve-se admitir que eles se situam mais perto da Natureza do que a nossa resistência, para a qual também é necessário encontrar uma explica-





ção. Talvez ao senhor possa parecer serem nossas teorias uma espécie de mitologia e, no presente caso, mitologia nada agradável. Todas as ciências, porém, não chegam, afinal, a uma espécie de mitologia como esta? Não se pode dizer o mesmo, atualmente, a respeito da sua física?

Para nosso propósito imediato, portanto, isto é tudo o que resulta daquilo que ficou dito: de nada vale tentar eliminar as inclinações agressivas dos homens. Segundo se nos conta, em determinadas regiões privilegiadas da Terra, onde a natureza provê em abundância tudo o que é necessário ao homem, existem povos cuja vida transcorre em meio à tranqüilidade, povos que não conhecem nem a coerção nem a agressão. Dificilmente posso acreditar nisso e me agradaria saber mais a respeito de coisas tão afortunadas. Também os bolchevistas esperam ser capazes de fazer a agressividade humana desaparecer mediante a garantia de satisfação de todas as necessidades materiais e o estabelecimento da igualdade, em outros aspectos, entre todos os membros da comunidade. Isto, na minha opinião, é uma ilusão. Eles próprios, hoje em dia, estão armados da maneira mais cautelosa, e o método não menos importante que empregam para manter juntos os seus adeptos é o ódio contra qualquer pessoa além das suas fronteiras. Em todo caso, como o senhor mesmo observou, não há maneira de eliminar totalmente os impulsos agressivos do homem; pode-se tentar desviá-los num grau tal que não necessitem encontrar expressão na guerra.

Nossa teoria mitológica dos instintos facilita-nos encontrar a fórmula para métodos *indiretos* de combater a guerra. Se o desejo de aderir à guerra é um efeito do instinto destrutivo, a recomendação mais evidente será contrapor-lhe o seu antagonista, Eros. Tudo o que favorece o estreitamento dos vínculos emocionais entre os homens deve atuar contra a guerra. Esses vínculos podem ser de dois tipos. Em primeiro lugar, podem ser relações semelhantes àquelas relativas a um objeto amado, embora não tenham uma finalidade sexual. A psicanálise não tem motivo por que se envergonhar se nesse ponto fala de amor, pois a própria religião emprega as mesmas palavras: “*Ama a teu próximo como a ti mesmo.*” Isto, todavia, é mais facilmente dito do que praticado. O segundo vínculo emocional é o que utiliza a identificação. Tudo o que leva os homens a compartilharem de interesses importantes produz essa comunhão de sentimento, essas identificações. E a estrutura da sociedade humana se baseia nelas, em grande escala.

Uma queixa que o senhor formulou acerca do abuso de autoridade leva-me a uma outra sugestão para o combate indireto à propensão à guerra. Um exemplo da desigualdade inata e irremovível dos homens é sua tendência a se classificarem em dois tipos, o dos líderes e o dos seguidores. Esses últimos constituem a vasta maioria; têm necessidade de uma autoridade que tome decisões por eles e à qual, na sua maio-





ria devotam uma submissão ilimitada. Isto sugere que se deva dar mais atenção, do que até hoje se tem dado, à educação da camada superior dos homens dotados de mentalidade independente, não passível de intimidação e desejosa de manter-se fiel à verdade, cuja preocupação seja a de dirigir as massas dependentes. É desnecessário dizer que as usurpações cometidas pelo poder executivo do Estado e a proibição estabelecida pela Igreja contra a liberdade de pensamento não são nada favoráveis à formação de uma classe desse tipo. A situação ideal, naturalmente, seria a comunidade humana que tivesse subordinado sua vida instintual ao domínio da razão. *Nada mais poderia unir os homens de forma tão completa e firme, ainda que entre eles não houvesse vínculos emocionais.* No entanto, com toda a probabilidade isto é uma expectativa utópica. Não há dúvida de que os outros métodos indiretos de evitar a guerra são mais exequíveis, embora não prometam êxito imediato. Vale lembrar aquela imagem inquietante do moinho que mói tão devagar, que as pessoas podem morrer de fome antes de ele poder fornecer sua farinha.

O resultado, como o senhor vê, não é muito frutífero quando um teórico desinteressado é chamado a opinar sobre um problema prático urgente. É melhor a pessoa, em qualquer caso especial, dedicar-se a enfrentar o perigo com todos os meios à mão. Eu gostaria, porém, de discutir mais uma questão que o senhor não menciona em sua carta, a qual me interessa em especial. Por que o senhor, eu e tantas outras pessoas nos revoltamos tão violentamente contra a guerra? Por que não a aceitamos como mais uma das muitas calamidades da vida? Afinal, parece ser coisa muito natural, parece ter uma base biológica e ser dificilmente evitável na prática. Não há motivo para se surpreender com o fato de eu levantar essa questão. Para o propósito de uma investigação como esta, poder-se-ia, talvez, permitir-se usar uma máscara de suposto alheamento. A resposta à minha pergunta será a de que reagimos à guerra dessa maneira, porque toda pessoa tem o direito à sua própria vida, porque a guerra põe um término a vidas plenas de esperanças, porque conduz os homens individualmente a situações humilhantes, porque os compele, contra a sua vontade, a matar outros homens e porque destrói objetos materiais preciosos, produzidos pelo trabalho da humanidade. Outras razões mais poderiam ser apresentadas, como a de que, na sua forma atual, a guerra já não é mais uma oportunidade de atingir os velhos ideais de heroísmo e a de que, devido ao aperfeiçoamento dos instrumentos de destruição, uma guerra futura poderia envolver o extermínio de um dos antagonistas ou, quem sabe, de ambos. Tudo isso é verdadeiro, e tão incontestavelmente verdadeiro, que não se pode senão sentir perplexidade ante o fato de a guerra ainda não ter sido unanimemente repudiada. Sem dúvida, é possível o debate em torno de alguns desses pontos. Pode-se indagar se uma comunidade não deveria ter o direito de dispor da vida dos





Carta de Freud

indivíduos; nem toda guerra é passível de condenação em igual medida; de vez que existem países e nações que estão preparados para a destruição impiedosa de outros, esses outros devem ser armados para a guerra. Mas não me deterei em nenhum desses aspectos; não constituem aquilo que o senhor deseja examinar comigo, e tenho em mente algo diverso. Penso que a principal razão por que nos rebelamos contra a guerra é que não podemos fazer outra coisa. Somos pacifistas porque somos obrigados a sê-lo, por motivos orgânicos, básicos. E sendo assim, temos dificuldade em encontrar argumentos que justifiquem nossa atitude.

Sem dúvida, isto exige alguma explicação. Creio que se trata do seguinte. Durante períodos de tempo incalculáveis, a humanidade tem passado por um processo de evolução cultural. (Sei que alguns preferem empregar o termo “civilização”). É a esse processo que devemos o melhor daquilo em que nos tornamos, bem como uma boa parte daquilo de que padecemos. Embora suas causas e seus começos sejam obscuros e incerto o seu resultado, algumas de suas características são de fácil percepção. Talvez esse processo esteja levando à extinção a raça humana, pois em mais de um sentido ele prejudica a função sexual; povos incultos e camadas atrasadas da população já se multiplicam mais rapidamente do que as camadas superiormente instruídas. *Talvez se possa comparar o processo à domesticação de determinadas espécies animais, e ele se acompanha, indubitavelmente, de modificações físicas; mas ainda não nos familiarizamos com a idéia de que a evolução da civilização é um processo orgânico dessa ordem.* As modificações psíquicas que acompanham o processo de civilização são notórias e inequívocas. Consistem num progressivo deslocamento dos fins instintuais e numa limitação imposta aos impulsos instintuais. Sensações que para os nossos ancestrais eram agradáveis, tornaram-se indiferentes ou até mesmo intoleráveis para nós; há motivos orgânicos para as modificações em nossos ideais éticos e estéticos. Dentre as características psicológicas da civilização, duas aparecem como as mais importantes: o fortalecimento do intelecto, que está começando a governar a vida instintual, e a internalização dos impulsos agressivos com todas as suas conseqüentes vantagens e perigos. Ora, a guerra se constitui na mais óbvia oposição à atitude psíquica que nos foi inculcada pelo processo de civilização, e por esse motivo não podemos evitar de nos rebelar contra ela; simplesmente não podemos mais nos conformar com ela. Isto não é apenas um repúdio intelectual e emocional; nós, os pacifistas, temos uma intolerância *constitucional* à guerra, digamos, uma idiosincrasia exacerbada no mais alto grau. Realmente, parece que o rebaixamento dos padrões estéticos na guerra desempenha um papel dificilmente menor em nossa revolta do que as suas crueldades.

E quanto tempo teremos de esperar até que o restante da humanidade também se torne pacifista? Não há como dizê-lo. Mas pode não ser utópico esperar que esses





Carta de Freud

dois fatores, a atitude cultural e o justificado medo das conseqüências de uma guerra futura, venham a resultar, dentro de um tempo previsível, em que se ponha um término à ameaça de guerra. Por quais caminhos ou por que atalhos isto se realizará, não podemos adivinhar. Mas uma coisa *podemos* dizer: tudo o que estimula o *crescimento da civilização* trabalha simultaneamente contra a guerra.

Espero que o senhor me perdoe se o que eu disse o desapontou, e com a expressão de toda estima, subscrevo-me,

Cordialmente,

SIGM. FREUD □

© Imago Editora



Revista de Psicanálise, Vol. VIII, Nº 2, agosto 2001 □ 213





Atenção montador
a página **214** é branca





Artigos





Atenção montador
a página **216** é branca





A Interfase Édipo-Narciso

Julio Moreno, Buenos Aires*



Painel do XXIII Congresso da FEPAL, Gramado, 4 de setembro de 2000.
* Membro Efetivo da Associação Psicanalítica de Buenos Aires.

Revista de Psicanálise, Vol. VIII, Nº 2, agosto 2001 □ 217





O título desta mesa, “A Interfase Édipo-Narciso”, parece-me feliz, embora “interfase” seja uma palavra que está um tanto na moda e as modas costumem desgastar os sentidos. “Interfase” chega até nós da termodinâmica dos processos irreversíveis em que designa uma superfície que separa dois estados (ou “fases” como a água e o ar, ou a derme e a epiderme). Essas zonas não constituem limites nítidos, mas uma espécie de frente fractal extremamente ativa na qual ocorrem importantíssimos eventos, irreduzíveis às leis que “explicam” o que acontece nas fases que separam¹.

O *narcisismo* – entendido como aquele ato psíquico que Freud descreve em 1914 e que estabelece o eu como um objeto libidinizável – é a marca de um *alguém*, a colocação de um marco na imagem daquilo que supomos ser. Mas, em si mesmo, esse *alguém* fundado pelo narcisismo não é semantizável. O puro narcisismo somente conjuga territórios simétricos como os do apaixonamento e da agressividade. A oscilação entre sentir-se valorizado ou lixo, dentro da lógica unitária do narcisismo, não tem saída.

Para que esse *alguém* imaginário possa circular, de alguma maneira deve inserir-se em uma estrutura capaz de articulá-lo, torná-lo semântico através de um traço que o represente. Essa é a função do *complexo de Édipo* e da interfase que descreve o título da mesa. A inserção do narcisismo transferido para um órgão supervalorizado (o pênis) permite – segundo Freud – que, através do complexo de castração, esse valor privilegiado – conferido para o eu no narcisismo e transferido ao falo na fase fálica – devesse ser um traço privilegiado que, agora sim, é semantizável e capaz de tramitar questões cruciais como as da própria identidade e a diferença dos sexos.

Isto é, a etapa fálica do desenvolvimento sexual seria a interfase que habilita a inserção do narcisismo na estrutura edípica².

Se isso é inegável desde a perspectiva psicanalítica clássica, neste trabalho proponho a idéia de que essa tentativa de apresentar diferenças constitui tanto uma explicação (com o intento de reduzir uma problemática real a uma problemática entre signos), como uma defesa diante da apresentação de diferenças essenciais e ilógicas.

Temos uma particular dificuldade em nos relacionarmos com o inexplicável, em enfrentarmos o mundo sem crenças nem articulações lógicas das diferenças. Como

1. A outra origem possível do termo é a da divisão mitótica na qual “interfase” designa um estado de aparente quietude entre fases da mitose.

2. Gostaria que, já neste ponto, ficasse claro que as “etapas” ou “fases” – das quais fala Freud e que menciono aqui – não deveriam ser entendidas como os passos de uma linha temporal ou genética do desenvolvimento, mas como *tempos lógicos* do mesmo (com toda a complexidade dada pela *nächtraglich*). Portanto “interfase” Édipo-Narciso não corresponde a um fato histórico ocorrido em um tempo pontual, mas a uma forma de moldura fractal onipresente no cômputo psíquico.





passamos de uma crença para outra? Como se substitui uma teoria explicativa de um fenômeno por outra? Comumente, para o registro histórico do que permanece em nós disso tudo, as velhas teorias são substituídas por novas que explicam “melhor” um mesmo fato. Esse processo de substituição gera a falsa idéia de que a teoria “progride” no sentido de conduzir-nos para uma última e definitiva verdade.

Seria lógico supor que entre a vigência das crenças exista um tempo sem explicação alguma de um fenômeno. Tão lógico como presumir um tempo de nudez em uma troca de roupa. Esse tempo de nudez, sem crença, diante de uma diferença ilógica, corresponderia à sua apresentação como incógnita sem sustentação teórica. Mas, na história, esse tempo entre a teoria fálica e a da castração não aparece, isto é, ou não existe, ou sua existência foi apagada. Penso que o motivo fundamental para isso é que o humano evita denodadamente ficar, por assim dizer, “suspense” diante de diferenças essenciais, singularidades ilógicas ou estranhezas inapreensíveis.

Minha hipótese é que, na interfase Édipo-Narciso, a tentativa de “explicar” a identidade e a diferença de sexos, além de um passo a frente na razoabilidade dessas questões, constitui uma verdadeira defesa diante da impossibilidade de se representarem a diferença dos sexos e a identidade.

• • •

Sempre chamou a atenção de Freud que, “*apesar de serem tão óbvios os sinais da diferença entre homens e mulheres, as crianças não escolham este fato fundamental como ponto de partida das suas explorações sexuais*” (Freud, 1925, p.248). Com efeito, as teorias sexuais infantis parecem mais um modo de negar o mais visível da “realidade” que de reconhecê-la.

A efetividade do complexo de castração em lançar o Édipo das meninas e sepultar o dos meninos deve-se – conforme Freud – a que aquele age em plena fase fálica (a “*organização genital infantil*” descrita por Freud relativamente tarde, em 1923.). Essa fase, por sua vez, consiste em uma quantidade de deslocamento do valor narcisista do eu para um traço ou atributo: o falo. A fase fálica sustenta-se na teoria fálica “*que consiste em atribuir a todos, inclusive às mulheres, a posse de um pênis*” (Freud, 1923, p.141). “Pênis”, na teoria fálica, não diz nada a respeito da diferença de sexos, pois não se concebe que exista um ser humano (para o Pequeno Hans, nem um ser vivo) sem o tão precioso órgão. Na verdade, o coração da teoria fálica infantil consiste em que o valor narcisista seja transferido a (e denotado por) um traço: o falo. Por isso, sob sua égide, como no narcisismo, tudo é reversível e simetrizável e sempre é possível “ser como outro”. É a interfase que permite a articulação da problemática do ser com a do ter, e é a presença da temática do ser, própria do narcisismo, o





que explica a dramaticidade mortal com a qual costuma apresentar-se o tema da castração.

Então, como todos sabemos, para as crianças normais as coisas não ficam restritas à etapa fálica. Nós humanos temos determinados recursos para raciocinar sobre diferenças. Conforme Freud (1937), até o final dessa etapa emerge um potente impulso para pesquisar que faz vacilar sua lógica rudimentar. (A visão dos genitais do outro sexo, a chegada de irmãozinhos e o fato de que as crianças habitam um mundo onde “se sabe” que nem todos têm pênis a fazem insustentável.) Finalmente a teoria fálica cai, dando passagem à teoria da castração. Conforme Freud, essa nova teoria é a que ficará valendo como última explicação da diferença sexual. Por isso sua presença marcará a “*rocha viva*” (p.216) de toda análise, o último recurso, inapelável, sobre a diferença sexual que – para a psicanálise freudiana – se constitui “*na*” diferença na qual se baseia, no fundo, qualquer diferença.

Segundo essa nova teoria, a diferença entre homens e mulheres apóia-se em que aqueles têm pênis e essas não; e o motivo para isso é que elas em algum momento foram *privadas* desse órgão (porque o possuíam e o retiraram, ou porque ainda não lhes deram.) Embora a teoria da castração admita que existe diferença de sexos, e nisso há um “progresso” em relação à fálica, é tão “machista” como ela. Esse machismo surge de que o valor narcisista é transferido para o órgão masculino e gera, por isso, nos que o têm, temor (de serem castrados), e nos que não o têm, inveja (do valioso atributo).

Como podem perceber, a nova teoria não declara que a mudança de sexos seja impossível, somente assinala que essa teria conseqüências e indica qual deverá ser a rota dessa mudança: para ser do outro sexo é necessário esperar a reintegração do pênis, ou pagar o preço da castração. Dentro da teoria da castração, a diferença de sexos é tão logicamente razoável, de tal modo um fato reversível, que, de acordo com Freud, passamos a vida temendo e/ou desejando essa mudança que se circunscreve à posse ou não de um único elemento. (Somente o sexo masculino é nominável: em tal teoria, “mulher” é simplesmente não-homem e nisso se parece às teorias estruturalistas que consideram que o par presença/ausência – associado ao conceito de “local” – é capaz de explicar toda diversidade³.)

Ou seja, a teoria fálica, que obscurece a própria existência da diferença “*mais evidente entre os humanos*” e que vem do narcisismo, cai diante da *apresentação* da diferença essencial, irreversível e irracional dos sexos, diante do fato de que ser homem ou ser mulher são alternativas sem volta. Diante da horrível evidência do *dois*

3. Determinados desenvolvimentos feministas, ao proclamarem igualdade para o homem e para a mulher, na verdade coincidem, aproximando-se, por um caminho diferente, do objetivo central da teoria fálica no qual mulher e homem são seres simétricos, especulares, complementares.





sem *três*, da diferença essencial, o menino, a menina (e a humanidade) adotam a teoria da castração, que propõe um mundo fictício no qual existe a complementaridade e reversibilidade em um passado além (lhe cortaram) ou no futuro (já lhe crescerá). A angústia de castração baseia-se justamente em considerar que homem e mulher são potencialmente iguais ou igualáveis no passado ou no futuro⁴.

A hipótese que quero apresentar é que a teoria da castração é, além de explicativa, defensiva, na medida em que ao mesmo tempo obscurece o que pretende “expor”: a diferença entre os sexos. Por sua vez, pela interfase, esta envolve o ser do sujeito que desde o narcisismo se constitui alienado. A diferença obscurecida à qual me refiro é uma diferença essencial, sem complementaridade, reversibilidade nem articulação possíveis. Mesmo quando, desde nossas aspirações narcisistas e nossa disposição bissexual, o pretendamos, não é possível ser homem e mulher. Masculino/Feminino constitui um *dois* irredutível para *um* e não entrelaçável por um *três*, uma diferença que não permite qualquer articulação. Assim, a teoria da castração pretende articular o inarticulável e, embora seja capaz de relacionar traços ou atributos do diferente, esconde o fato de que não é disso que se trata.

Nesse sentido o resultado final da interfase Édipo-Narciso constitui um redobrado falseamento da questão da identidade: por um lado o narcisismo estabelece uma alienação essencial na nominação do eu no cômputo psíquico. O complexo de Édipo fará que esse *um* seja capaz de integrar uma lógica contábil (um *três*), mas ao custo de desnaturalizar totalmente a questão da diferença essencial que pretendia “explicar”. E aqui negativo por negativo não torna positivo nada além de virtualidades.

O notável é que a teoria da castração não é somente a idéia, inferida por Freud, que as crianças e os neuróticos têm sobre a diferença dos sexos, mas também a concepção que ele aparenta ter da mesma (pelo menos antes da década de 30) e a que funciona na sua teoria do desenvolvimento da sexualidade. É que Freud parece obstinado em defender o argumento simples e elegante de que homens e mulheres temos a mesma disposição biológica, e a diferença sexual é definida somente por ter ou não pênis. Em 1926 sintetiza esse pensamento, citando a frase de Napoleão: “*A anatomia é o destino*” (p.173) à qual – acredito que sem deformar a idéia de Freud – *caberia* agregar-lhe ... “*e o pênis é a anatomia*”. A teoria freudiana não dá muita importância

4. Não poderia dizer que a teoria da castração é uma invenção falocentrista de Freud, é o resultado de suas agudas observações que o levaram a reconhecer o falocentrismo do mundo infantil e a neurose de sua época. Após tudo, a teoria da castração não é tão absurda. Para ser semiótica, uma diferença requer uma marca e resulta de algum modo lógico que a escolha da mesma recaia no pênis. Tanto porque, efetivamente, é algo visível neles e não nelas como porque esse órgão vinha sendo centro do interesse investigativo e narcisista, sede de poderosas sensações (nas meninas, o clitóris) e organizador de pulsações.





ao que poderia ser denominado “condições de início” do desenvolvimento de um homem ou de uma mulher. Nem no que se refere à disposição biológica que poderiam acarretar centenas de milhões de anos de evolução com diferenças entre machos e fêmeas, nem no fato de que nascemos para um mundo que tem diferentes compartimentos determinados para ambos que antecedem a consternadora visão do pênis ou sua ausência. O menino e a menina, para Freud, têm a mesma disposição bissexual. O posicionamento como homem ou mulher é o resultado de um trabalho do desenvolvimento. Nesse trabalho, possuir ou não um pênis é o fator determinante, a visão da não semelhança anatômica gerará o desenvolvimento de quase *todas* as diferenças existentes entre os que têm (homens) e os que não têm (mulheres). Todos levamos impressa a marca desse fundamental acontecimento na nossa vida como uma insuperável “*rocha viva*”.

Talvez não seja casualidade o fato de que eu esteja apresentando estas questões sobre os frágeis alicerces da razoabilidade da identidade (“eu sou eu”) e da diferença de sexos nos tempos da queda do pensamento moderno, quando a proliferação do diferente parece arrasar com a lógica binária do falocentrismo e de qualquer concepção universalista. A epopéia freudiana, ao pretender explicar-nos a origem das posições masculina e feminina através das teorias fálica e da castração, constitui uma monumental tentativa moderna de desvendar um dos maiores mistérios da humanidade, o da diferença dos sexos, através de um único elemento significante. Consegui-lo permitiria um universo todo razoável e sem inconsistências. Frege também tentou fazê-lo através da sua genial teoria dos números, outorgando valor numeral zero para o conjunto vazio (boa analogia com o que estamos vendo!). Mas, se revisarmos as datas, notaremos que a brutal e definitiva queda da tentativa de fundamentar a teoria dos números na racionalidade da lógica foi executada por Gödel (1938), quando a vida de Freud se apagava. Freud, como excelso representante do pensamento moderno, tentou uma teoria para o desenvolvimento psicosexual na qual ficam excluídos os pontos de inconsistência e as diferenças irreduzíveis⁵. Talvez – como demonstra o Teorema de Gödel para a teoria dos números – não exista qualquer possibilidade de que as inconsistências sejam abolidas de um sistema lógico. As inconsistências essenciais são insuperáveis: a diferença mulher/homem excede amplamente o que a teoria da castração pode explicar, e não existe qualquer possibilidade de que eu narcisista, ainda que articulado pelo Édipo, cubra os significados que dão conta do ser de quem fala. Mas justamente o contato com essas inconsistências abriga a capacidade de mudanças radicais que caracteriza o propriamente humano. (Nisso a teoria da castração – final da evolução da interfase Édipo-Narciso –, duplica

5. Somente a partir de 30 a sexualidade feminina, como enigma, teve lugar na sua obra.





o efeito de obscurecimento que a posição de considerar que *tudo* no mundo psíquico está determinado tem sobre diferenças essenciais e novidades radicais.)

Minha opinião é que homens e mulheres somos diferentes e que, mesmo quando essa diferença (como tantas outras) não é semantizável nem articulável, ela é capaz de produzir – via conexão de inconsistências – importantíssimos efeitos. O narcisismo e o complexo de Édipo apresentam-se como uma tentativa de cancelar a apresentação de inconsistências (diferenças essenciais e ilógicas), mas não o conseguem (como demonstra a reparação da falha dessa tentativa nos sintomas). Tampouco pode a interfase Édipo-Narciso conter a potência *acontecimental* do contato com essas inconsistências, como o demonstram os fenômenos do amor e da criatividade, que sempre abrem caminhos no além da lógica que circunscreve essa interfase. Refiro-me ao fato de que os aparelhos psíquicos, em si inconsistentes para vencer diferenças essenciais, podem eventualmente produzir encontros precisamente através desse ponto cego, dessa mesma diferença que os faz inconsistentes, do que costuma emergir algo excessivo como o amor e a criatividade. □

Referências

- FREUD, S. (1914). On Narcissism: an Introduction. *S.E.*, Vol. XIV, p.69. London: Hogarth Press.
———. (1925). Some Psychological Consequences of the Anatomical Distinction Between Sexes. *S.E.*, Vol. XIX, p.248. London: Hogarth Press.
———. (1923). The Infantile Genital Organization. *S.E.*, Vol. XIX, p.141. London: Hogarth Press.
———. (1937). Analysis Terminable and Interminable. *S.E.*, Vol. XXIII, p.216. London: Hogarth Press.
———. (1926). Dissolution of the Oedipus Complex. *S. E.*, Vol. XIX, p.173. London: Hogarth Press.
GÖDEL, K. (1938). In: Casti, J.L. *Complexification* (1994). London: Abacus Books.

Julio Moreno

Las Heras 2925, PB “4”
1425 – Buenos Aires – Argentina
E-mail: julmoreno@fibertel.com.ar

© Revista de Psicanálise – SPPA





Atenção montador
a página **224** é branca





Materno ou feminino? A “rocha da origem” como guardiã do tabu do incesto com a mãe*

*Florence Guignard***, Paris



* GUIGNARD, F. (1999). Maternel ou féminin? Le “roc d’origine” comme gardien du tabou de l’inceste avec la mère. In: *Clés pour le féminin*. Paris: P.U.F.
Conferência realizada em agosto de 1999 na SBPSP.
** Membro da Sociedade Psicanalítica de Paris.

Revista de Psicanálise, Vol. VIII, Nº 2, agosto 2001 □ 225





Problemática

Sempre me pareceu extremamente delicado formular uma definição positiva do feminino sem cair no positivismo fálico de que é testemunha a aporia freudiana sobre o conceito de masoquismo dito “feminino”. Isso me levou, há doze anos, a propor uma representação de tipo “Faixa de Mobius” para configurar as ligações existentes entre masoquismo e feminilidade. Levando adiante a teorização da economia pulsional na mulher, as proposições de Jacqueline Schaeffer sobre a noção de “derrota” denotam o mesmo interesse de pesquisa.

A meu ver, as teorias psicanalíticas são elaboradas no psiquismo humano seguindo as mesmas modalidades que as teorias sexuais infantis e desempenham o mesmo papel defensivo dessas face ao irrepresentável da pulsão. Portanto, todo discurso sobre a sexualidade do ser humano pode ser considerado como uma tentativa reasseguradora de formalização “meta” face ao irrepresentável dos movimentos pulsionais e de sua distribuição entre o investimento do si mesmo e do próprio corpo, por um lado, e o investimento do Outro e de seu corpo, por outro. Nesse ponto apóio inteiramente a opinião de Jacques André lembrada no início desta obra.

Por outro lado, a reflexão teorizante do psicanalista, que não poderia se dedicar senão a delinear a sexualidade psíquica, lida mal com o fatual de que depende. Então, como falar de uma sexualidade genital num indivíduo homossexual, ou do investimento sexual do maternal numa mulher sem filhos? Surge logo a tentação de recorrer ao que denomino “causalidade curta”, buscando na história do sujeito as razões de seu estado atual. Mergulha-se, assim, na psicopatologia, e qualquer tentativa de desenvolver uma reflexão metapsicológica é inundada pelo fatual do passado.

Entretanto, o fatual é incontornável. Convém, pois, fazer uma escolha dentro dele, renunciando ao projeto megalomaniáco de esgotar completamente a questão. Além do mais, a complexidade de cada destino individual é tamanha, que seria ingênuo esperar de tal reflexão uma contribuição direta à interpretação de um destino humano específico.

Assim, escolhi refletir aqui sobre as exigências econômicas do investimento pulsional pela mulher adulta e mãe em seu filho e no homem que a ama, sendo esse o pai da criança. Partindo do duplo postulado segundo o qual as pulsões sexuais são oriundas da *Mischung* de Eros com a pulsão de morte, elas próprias dando origem às pulsões do ego, procurarei compreender e descrever o modo pelo qual os investimentos sexuais se distribuem na mulher adulta e mãe, entre o feminino e o materno. Embora rigorosa, essa delimitação levar-me-á, contudo, a delinear muito brevemente minhas hipóteses sobre o desenrolar dos investimentos sexuais da menina.





Destinos ocultos do feminino e do materno

Na mulher, os órgãos de prazer sexual e os órgãos de reprodução compartilham o mesmo destino anatômico com relação ao fato de estarem ocultos à visão. Classicamente, nos textos freudianos, nenhuma diferença é feita quanto à figurabilidade dessas duas ordens de órgãos femininos, tratados de uma maneira geral como inexistentes dentro do modelo da teoria sexual infantil fálica que organiza o complexo de castração masculino.

Entretanto, os destinos desses dois conjuntos de órgãos femininos começam a se diferenciar assim que são considerados do ponto de vista de seus investimentos pulsionais respectivos e de sua representação psíquica pelo sujeito – deveria dizer “sujeita”? Na verdade, pode ser que, no homem, essa diferenciação permaneça obscura pelo papel da analidade no sentido de “servir para tudo” e que nos encontremos aqui diante da proposição freudiana segundo a qual “... anatomia é destino”.

Embora as significações decorrentes apresentem indubitavelmente diferenças conforme o sexo do recém-nascido, a *infans*-menina me parece seguir o mesmo destino do *infans*-menino no que se refere à constituição de seus primeiros espaços psíquicos em relação identificatória com a capacidade materna de pensar, no espaço do “materno primário”, e com o desejo da mãe pelo terceiro paterno, no espaço do “feminino primário”. Além da alegria da descoberta, no espelho, de si-mesmo-fora-da-mãe, é o rosto da mãe-ocupada-com-um-outro-desejo que, “do outro lado do espelho”, subitamente revelará o terceiro ao *infans*, dentro desse espaço do “feminino primário”. Assim, o “pouco demais” da mulher maternal será precocemente acrescido pelo “demais” da mãe sexual. Podemos, portanto, considerar o espaço do “feminino primário” como o lugar da constituição da bissexualidade psíquica, na complexidade quase imediata dos processos identificatórios do *infans* com a mãe psiquicamente ausente, por um lado, e com o objeto de desejo que a “torna ausente”, por outro lado.

Na *infans*-menina, a orientação edipiana inicial de suas pulsões sexuais ajudará a desenvolver suas identificações com o feminino de uma mãe duplamente “ausentada”, por seu investimento atual no pai da criança e, antes disso, pelo investimento em seu próprio objeto paterno interno.

Essas identificações iniciais com o feminino da mãe serão necessárias para a menina edipiana de três, quatro anos organizar a temporalidade de seus desejos edipianos. Postergando os projetos do seu próprio feminino – casar-se com papai, quando for grande ou quando mamãe morrer – ela vai se permitir desenvolver simultaneamente, e por cisão, suas identificações primárias com o materno da mãe, expressas nas brincadeiras com bonecas e em sua eventual colaboração com os cuidados dis-





Florence Guignard

pensados pela mãe aos filhos nascidos depois dela. Assim, recuperará, no plano do materno, a fantasia do feminino de ser a mulher do pai.

A ferida narcísica da renúncia forçada a seus desejos edípianos de conseguir do pai relações sexuais e um filho vai levá-la a desenvolver, através do recalçamento que se estabelece durante o período de latência, a introjeção do objeto paterno. No mesmo movimento, graças à cisão própria da lógica do inconsciente, ela fortalecerá suas identificações masculinas com esse objeto perdido e estenderá seu projeto de futuro para a obtenção das qualidades paternas, cujo representante inconsciente é o órgão viril, portador de uma parte de seu narcisismo. Essa distorção da percepção e da representação de seu próprio corpo também vai contribuir de modo eficaz para o recalçamento de suas representações do intercâmbio sexual dos pais e para a negação da sexualidade daquela que foi, e sempre continuará sendo, o seu primeiro objeto de investimento e de perda.

Uma bissexualidade psíquica equilibrada supõe, tanto para o menino quanto para a menina, a introjeção identificatória “suficientemente boa” do materno e do feminino, evidentemente seguindo destinos próprios do sexo da criança. Na menina, tal introjeção será particularmente requerida no plano de seu ego corporal em razão de seu destino de mulher e de mãe.

Na puberdade, a instalação do ciclo menstrual confronta a menina, pela primeira vez, com a experiência proprioceptiva de seus órgãos reprodutores: útero, ovários, trompas. Essa experiência estabelece uma exigência de trabalho psíquico, principalmente de figuração do invisível, que só é revelado através de cenesias dolorosas e diante da visão do sangue da menstruação, o que sempre mobiliza um certo grau de angústia, até mesmo de terror. Frequentemente mascarada pelo trabalho psíquico ligado ao desenvolvimento dos seios, trabalho mais fácil porque baseado na percepção visual, a elaboração pré-consciente relativa aos órgãos reprodutores mobilizará regressivamente as problemáticas oral e anal, que podem, às vezes, levar ao desastre evidenciado pela patologia da anorexia mental.

Na economia específica da adolescência, as atuações e as somatizações disputam espaço na vida psíquica do sujeito. Ao invés de se dividir em pequenas quantidades, a energia pulsional transborda, escapa, explode e depois acaba faltando quando menos se espera. Numerosas, durante esse período, as atuações expressam essencialmente o componente narcísico da relação que o sujeito mantém com seus objetos internos, tanto paternos e maternos como transgeracionais e grupais, que constituem seu superego. Esse é duramente posto à prova pela intensificação das pulsões genitais, o que normalmente acarreta uma reorganização edípiana destinada a reger a sexualidade adulta e a relação de casal, pelo menos até que o nascimento dos filhos a ponha novamente em jogo.





Se a saída da infância naturalmente estende sua sombra de luto sobre as duas fases da adolescência, geralmente é seu aspecto maníaco que podemos observar na primeira fase, ligada à importância inteiramente nova que assumem as relações grupais. No momento em que seu ego está abalado e enfraquecido pelos choques violentos da pressão pulsional pubertária e pelas novas exigências da realidade externa, no momento em que sua bissexualidade psíquica está às voltas com a exigência de identidade definitiva ligada ao gênero de que biologicamente fazem parte, os adolescentes muitas vezes buscam nessa pseudofamília, que é “o grupo”, espelhos quebrados em que pode se mirar seu ego fragmentado.

Inversamente, a segunda fase da adolescência caracteriza-se tanto pela descoberta da solidão humana como pela experiência das relações de casal, com as angústias específicas ligadas a elas. Assim, essa fase é a ocasião de todos os perigos depressivos e, mais especificamente para a menina, é a ocasião do possível desastre da integração das primeiríssimas relações identificatórias com uma mãe que se tornou, desde então, tanto sua rival edípica como o modelo de suas identificações secundárias.

Nesse intermédio da adolescência em que sua feminilidade só consegue desabrochar esporadicamente, ao passo que a maternidade constitui ainda um temor, até mesmo um perigo, as identificações paternas podem ocupar o primeiro plano para a menina, ora de modo criativo em atividades sublimatórias, ora de modo caricatural e até psicopático. Frequentemente projetará suas necessidades de maternidade nos meninos, objetos de seus investimentos amorosos, enquanto a economia pulsional recentemente requerida por suas primeiras experiências sexuais poderá, numa problemática de intrusão de seu invólucro psíquico, fazer com que regrida para uma forte demanda oral e até mesmo para uma grave patologia predominantemente somática. Assim, a menina irá expressar, em suas identificações pubertárias com ambos os pais, aquilo que se refere aos problemas transgeracionais deles.

Atingida pela experiência de penetração sexual, a representação inconsciente dos limites do seu corpo muitas vezes poderá apresentar uma patologia, geralmente transitória, às vezes duradoura, à qual uma gravidez inesperada e indesejada poderá pôr fim, embora fazendo surgir outros problemas.

Se a vida onírica da adolescência expressa antes de mais nada a divisão da personalidade, ela é igualmente testemunha da problemática do espelho, do duplo, do gêmeo, que diz respeito particularmente à integração da bissexualidade naturalmente predominante na adolescência. Os sonhos relativos ao materno constituem a expressão da identificação inconsciente da adolescente com a problemática de sua própria mãe sobre essa questão. Como aquela jovem “*just married*” que, após as relações sexuais, sonha que dá à luz um bebê minúsculo e o joga no lixo. Ao acordar, fica





Florence Guignard

indignada com esse sonho, contrário a seus desejos conscientes de gravidez. Somente vários anos depois poderá ficar sabendo que sua mãe abortou um primeiro filho...

A mulher que se tornou mãe

Nos dois sexos, os processos identificatórios do “materno primário” contêm o germe da descoberta da alteridade e da diferença de gerações, ao passo que os processos identificatórios do “feminino primário” contêm a descoberta inicial da diferença dos sexos. É contra essa dupla diferença que os desejos edipianos irão posteriormente organizar suas defesas e dar lugar a toda a tragédia edipiana fundadora do humano. Escrevi em outro trabalho que os quatro aspectos da fantasia originária constituem um conjunto defensivo organizado pela negação e se apresentam em relações de dupla inclusão: o retorno à vida intra-uterina constitui uma negação do nascimento, e a castração torna-se, a partir daí, a versão complementar, em uma relação de dupla inclusão, enquanto negação da individuação. A sedução, por sua vez, situa-se enquanto negação da pulsão, numa relação de dupla inclusão com a cena primária que exprime então a negação da diferença dos sexos e das gerações.

A experiência fatural da maternidade evidentemente dá à mulher adulta uma oportunidade específica de elaborar psiquicamente essas diferenças fundadoras. A prática no tratamento analítico com pacientes mulheres permitiu observar que, nos discursos das mulheres que se tornaram mães, normalmente existe uma nítida distinção do investimento inconsciente pelas pulsões sexuais e pulsões do ego, entre os órgãos de prazer sexual – vagina e seus anexos semi-externos: clitóris, grandes e pequenos lábios –, e os órgãos reprodutores – útero e seus anexos internos: trompas e ovários. Cada um desses dois grupos de órgãos produz um modo diferenciado de figuração e desempenha um papel específico como aglutinador de elementos diferentes – freqüentemente antagônicos – de sua organização fantasmática, relacional e identificatória.

Se a patologia do investimento pulsional dos órgãos sexuais é conhecida há muito tempo, essa distinção entre órgãos sexuais e órgãos de reprodução em relação a seu investimento pelas pulsões sexuais e pelas pulsões do ego, a meu ver, até agora não foi levada em conta. Uma mulher pode viver a experiência da sexualidade adulta de modo inteiramente satisfatório, mas enfrentar grandes dificuldades, por ocasião de uma gravidez, para investir seus órgãos reprodutores. Ora, a integração dessas duas correntes no plano das pulsões do ego é indispensável para instalar, no psiquismo da mulher que se torna mãe, a proibição do incesto com o filho que está para nascer.





O investimento, pela mulher, dos órgãos de prazer sexual, apóia-se, dentro e para além do princípio do prazer, no apassivamento próprio do masoquismo erógeno, masoquismo comum a ambos os sexos, segundo Freud. Contudo, esse investimento nem sempre foi discriminado, no inconsciente, do investimento da sexualidade do objeto materno interno, na fantasia da cena primária. Podemos observar essa confusão geracional em todas as manifestações da histeria, tanto masculina como feminina. Em ambos os sexos, esse investimento inconsciente prevalente da sexualidade da mãe interna combina-se, devemos lembrar, com o da sexualidade do objeto paterno interno, na homossexualidade e, respectivamente, nas perturbações da potência e do prazer sexual.

O investimento, pela mulher, dos órgãos de reprodução é duplo: no plano manifesto é de natureza narcísica, portanto, relativo à identidade e, desse modo, confunde-se com o investimento dos órgãos de prazer sexual. Mas, no plano latente, esse investimento é essencialmente de natureza auto-erótica e se apóia naquilo que denomino “masoquismo materno” que, a meu ver, é o único masoquismo específico da mulher e constitui o avatar próprio da identidade do “materno primário” na menina. É como o caso daquela adolescente gravemente doente que deu à luz sem ter percebido uma gravidez que, devido a seu estado, os médicos com certeza teriam interrompido.

Assim, nas mais variadas configurações da atividade sexual, o material analítico das jovens mulheres que no momento não têm projeto de ter filhos revela que, inconscientemente, elas vivem o aspecto potencialmente auto-erótico de seu útero como consideravelmente indiferenciado de seu investimento inconsciente intenso e muito ambivalente do útero de sua mãe, enquanto lugar da fantasia originária do desejo de retorno fusional, proibido para todo o sempre. Essa vivência se expressa particularmente nas preocupações hipocondríacas observadas até nos aspectos psicossomáticos da psicopatologia da menstruação e da esterilidade dita psicogênia. Os desenvolvimentos propostos por Sylvie Faure-Pragier permitem profundas reflexões nesse campo.

De modo complementar e antagônico, a menina inveja e ao mesmo tempo ataca as capacidades criativas do útero da mãe. As perturbações ginecológicas dessa – principalmente a histerectomia – são vividas pela filha como um ataque pessoal não apenas no registro do temor de uma retaliação, mas também como destruição de um lugar que, na fantasia, continua lhe pertencendo. Creio que o desejo da menina de roubar os conteúdos do corpo materno – desejo evidenciado nos estudos de Mélanie Klein sobre o Édipo feminino – assinala também a negação da perda do continente uterino, lugar tão cobiçado quanto seu conteúdo. Essa configuração desempenha, aliás, um papel primordial na prevalência funcional dos mecanismos de





Florence Guignard

identificação, tanto projetiva-histórica como introjetiva, na relação mãe-filha.

Quando as coisas vão bem, a primeira gravidez pode permitir à jovem renunciar a seu desejo de posse do útero materno, do mesmo modo que teve que renunciar a possuir sexualmente a mãe na corrente invertida de seu Édipo. A marca do útero materno pode, então, assumir uma valência identificatória introjetiva seguindo a mesma via das identificações introjetivas pós-edípicas. Então e somente então, ela conseguirá se apossar de seu próprio útero para representá-lo e investi-lo com seu autoerotismo. Note-se que isso diz respeito ao que Freud formulou sobre a maternidade constituindo a última etapa do desenvolvimento psíquico da mulher.

Entretanto, na época da maternidade, restará à mulher aproximar-se de uma terceira etapa dessa temporalidade referente à relação com seus órgãos reprodutores como parte de seu próprio corpo. Na verdade, terá que aceitar “alugá-lo” para esse recém-chegado da geração seguinte: o filho que ela carrega e para o qual deverá garantir “continência” e bom desenvolvimento *in utero*.

As patologias mais ou menos sérias da gravidez estão freqüentemente ligadas ao fracasso de alguma dessas três etapas. A forma mais corrente desse fracasso é constituída por uma fantasia, mais ou menos atuante na relação posterior com o bebê, que esse filho pertenceria à própria mãe, segundo modalidades que nem sempre são redutíveis a um dos dois esquemas classicamente reconhecidos, a saber: dar à mãe um bebê roubado e tido com pai, ou dar à mãe um bebê dentro de uma fantasia homossexual em que a filha assume o lugar do pai. Certas mulheres cujo ego é frágil mantêm, às vezes por muito tempo, o investimento e a imagem de seus órgãos reprodutores em um estado de indiferenciação identificatória muito infantil com os de sua própria mãe. Os avatares do *post-partum* freqüentemente podem ser compreendidos e analisados sob esse ângulo.

Certas formas de homossexualidade feminina podem igualmente ser consideradas como a expressão mais evidente desse desejo de retorno ao útero materno. Então, o prazer sexual da mulher homossexual se dá mais a partir do investimento fantasmático do útero materno do que em relação a uma reivindicação fálica defensiva contra a castração. Aliás, podemos lembrar que esses dois investimentos se situam numa relação de duplo encaixe, pelo menos seguindo minha hipótese sobre as fantasias originárias.

Mesmo não se tratando de seu próprio corpo, os homens não são poupados, por essa defasagem geracional, de seus investimentos em relação ao corpo da mulher, visto serem também oriundos do útero materno. Embora mascarada, devido ao destino que é a anatomia, essa defasagem geracional não deixa de existir neles. Simplesmente fica mais fácil para eles convocar suas defesas anais, como mostra a prevalência – nas teorias sexuais infantis descritas por Freud, bem como na teoria analítica





freudiana – das representações propostas pela analidade.

A escuta analítica das defesas contra essa defasagem geracional ligada ao investimento inconsciente que o homem faz do útero materno permite distinguir duas valências principais em seu investimento do corpo do Outro como instrumento de prazer: além das defesas gerais bem conhecidas como regressão à oralidade – fantasia da “vagina dentada” – ou regressão à analidade expulsiva – *inter faeces et urinas nascimur*, prevalência de reações de aversão pelo corpo da mulher que se tornou mãe – podemos considerar que o desejo de penetração anal, tanto na heterossexualidade como na homossexualidade, não denota apenas inveja da feminilidade, mas também e além disso inveja da maternidade como negação do nascimento e retomada da esperança de “entrar secretamente por trás”, depois de ter sido “expulso pela frente”. Para o homem, a valência incestuosa da maternidade permanece muito fortemente investida e assim muito fortemente recalcada. É por isso que, do mesmo modo que a relação sexual deliberadamente retirada de todo contexto amoroso constitui uma defesa contra as angústias de castração – o que mostra a expressão pré-genital “*tirer un coup*”¹ – também o “desejo de ter um filho”, no homem, demonstra a dupla valência incestuosa do desejo masculino, não apenas quanto aos órgãos de prazer sexual da mãe, mas ainda quanto ao retorno a seu útero.

Materno/feminino: a alternância

No Tibet, quando alguém faz uma parada no topo de um colo² do Himalaia, lança-se em direção ao novo vale pronunciando alegremente uma expressão bastante violenta que significa mais ou menos “Ao diabo, esse lugar do passado, lancemo-nos em direção ao futuro!”

Empregarei esse “ditado” tibetano como metáfora do recalçamento primário do investimento do útero materno pelas pulsões sexuais do sujeito, recalçamento consecutivo à inevitável realidade do não retorno após a expulsão do nascimento. A clínica evidencia que o futuro desse investimento do lugar de onde viemos segue caminhos diversos, freqüentemente aleatórios tanto no plano relacional quanto identificatório. Se prestarmos atenção, descobriremos que o investimento feito pelas pulsões sexuais dessa incontornável testemunha da diferença de gerações que é o útero materno é considerável. É diferente do investimento da vagina e mobiliza, em todo ser humano, homem ou mulher em qualquer idade, o desejo e a culpa inconsciente de dar um filho à mãe ou às mulheres que a representam.

1. Literalmente “dar um tiro”, figuradamente “ter uma relação sexual” (N. da T.).

2. Colo: depressão entre 2 elevações que pode servir de ligação entre elas (N. da T.).



Florence Guignard

Édipo furou seus olhos para não ver que fora com a própria mãe que tivera filhos. Assim, além do prazer proibido da penetração vaginal, ele havia entrado novamente, por intermédio de seu esperma, no próprio útero do qual havia saído. Ultrapassando essa passagem – o colo do útero – entre o lugar anatômico do prazer da mulher e o lugar de reprodução que pertence à geração seguinte, ele transgrediu irremediavelmente o tabu do incesto com a mãe e aboliu qualquer diferença entre a sua geração e a de seus filhos. O incesto realizado diz respeito ao filho que está para nascer, com o qual o pai se encontra, então, em rivalidade fraterna direta, às custas da anulação de sua função paterna.

Se nos lembrarmos que “...o ego é antes de tudo um ego corporal”, é legítimo interrogarmo-nos sobre a natureza do trabalho psíquico que vai requerer da mulher, a partir do recalçamento originário do investimento do útero materno, o privilégio de sua função fisiológica de mãe e pesquisar por qual figuração cenestésica o lugar psíquico do feminino e o do materno vão estar, na mulher, ligados um ao outro.

Nos tratamentos analíticos de mulheres, a culpa ligada ao desejo sexual e a culpa ligada ao desejo de ter um filho não têm as mesmas origens nem as mesmas incidências. A primeira dessas culpas, em relação com o prazer feminino, está ligada à importância do movimento introjetivo liberado por esse prazer. Esse movimento apaga por um momento todos os limites: os do sujeito – por altivez narcísica –, os dos sexos – por identificação projetiva – e os das gerações – por fusão efêmera dos investimentos pulsionais do útero e da vagina.

Quanto à segunda dessas culpas, a que está ligada ao desejo de ter um filho, creio ter mostrado suas origens e esboçado seus avatares. O recalçamento do desejo de retorno ao útero materno é mantido com o auxílio de uma cisão e de uma negação da expulsão do nascimento. O retorno desse investimento recalçado evidentemente existe. Em nossas teorizações psicanalíticas, ele se manifesta, por exemplo, no que descrevemos como “para-excitação”, “continente”, qualidades de “*holding*” da mãe “suficientemente boa”, “atenção flutuante” do analista e “capacidade de *rêverie* da mãe”.

Segundo minha hipótese, a não ser recorrendo a uma solução perversa, o investimento do materno e o do feminino pela mulher adulta e mãe só podem funcionar alternadamente e sob o signo da culpa. A integração da maternidade e da feminilidade efetivas no plano do real exterior constitui a partir de então um “logro” de integração do materno e do feminino psíquicos.

Esse obscuro objeto de investimento que é o útero, por um lado, esse outro lugar tão contestado na nomenclatura das zonas erógenas que é a vagina, por outro lado, e finalmente esse lugar pré-genital fácil de ser evocado, porque unissexual, que é o ânus, encontram-se em uma situação de proximidade geográfica que faz com que





se confundam as pistas e se condensem as representações dos órgãos investidos pelas pulsões sexuais.

A defesa pela analidade será mais facilmente tomada pelo menino e pelo homem, dentro da perspectiva de uma teoria sexual infantil “unissex” constitutiva do complexo de castração masculino. Nesse sentido e, embora eu não compartilhe inteiramente a idéia de Michel de M’Uzan segundo a qual a mulher escaparia das fantasias de castração, concordo com seu pensamento de que essa configuração defensiva não vem em primeiro lugar na organização psíquica da mulher.

A defesa pela hipocondria, e até pela depressão, que é abordada por Monique Cournut nessa mesma obra, será mais freqüentemente utilizada pela menina e pela mulher, dada a importância de sua identificação primária com os órgãos de reprodução maternos, que vem ocultar a castração primária devida à expulsão pelo nascimento. A meu ver, não é necessário invocar a sofisticação do domínio anal como propõe Lou Andréas Salomé e “*louer*”³ – no duplo sentido do termo – o ânus à vagina para explicar, na mulher, o investimento pulsional da mais específica de todas as zonas erógenas do corpo da mulher. Isso equivale à “vagina espaço virtual” de certos cursos de anatomia...

A “rocha da origem”, guardiã da proibição do incesto com a mãe

Tendo chegado a este ponto de minha reflexão e com referência à minha experiência da escrita de o *Sorriso do Gato*, não saberia hoje dizer qual dos dois, o feminino ou o materno, é o mais irrepresentável. Tenderia mais a pensar que é o limite entre o materno e o feminino, metaforizado pelo colo do útero, que é irrepresentável, porque é o próprio limite do incesto. Em todo caso, é esse limite irrepresentável que torna ao mesmo tempo possível e imperativo para a mulher adulta e mãe organizar suas pulsões sexuais e suas pulsões do ego na alternância entre o feminino e o materno.

Aliás, talvez o homem mantenha mais facilmente do que a mulher a negação e a irrepresentabilidade desse limite entre o materno e o feminino no conjunto de sua recusa da feminilidade. Pelo fato de a experiência da maternidade romper esse limite em sua realidade corporal – o colo e a vagina como dois lugares de “passagem obrigatória” que, ao mesmo tempo, se eclipsam com a passagem do recém-nascido – a mulher, em contrapartida, deve forçosamente restabelecer tal limite no plano de sua realidade psíquica. Essa é sua forma de negação do feminino.

3. Alugar e louvar (N. da T.).



Florence Guignard

“*Chacun voit midi à sa porte*”⁴, diz o provérbio. O reconhecimento da diferença dos sexos implica, como sabemos, a aceitação da pertinência a um sexo biológico determinado e a renúncia a pertencer ao outro sexo. Esse reconhecimento passa pelo abandono das teorias sexuais infantis, isto é, pelo abandono de um pensamento mágico onipotente.

Em “Análise terminável e interminável”, Freud considera a recusa da feminilidade como a “rocha da origem” com a qual se choca a aceitação da pertinência a nosso sexo biológico, pertinência que, por definição, implicaria reconhecer que existe um outro sexo. Segundo sua teorização unissexual do complexo de castração, ele descreve essa recusa como uma reivindicação da posse do pênis pelos dois sexos humanos.

Gostaria de trazer agora um ponto de vista complementar: se, como propus no início deste trabalho, considerarmos que as teorias psicanalíticas se elaboram no psiquismo humano de acordo com os mesmos procedimentos que as teorias sexuais infantis e que elas inevitavelmente conservam um papel defensivo face ao irrepresentável da pulsão, deve existir um motivo econômico defensivo para essa “obstinação” teórica exclusiva com relação ao pênis nos dois sexos.

Minha hipótese é que esse motivo reside na ambigüidade da enunciação feita por Freud do que ele denomina “rocha da origem”: a “recusa do feminino”. De fato, segundo minha hipótese sobre os quatro aspectos da fantasia originária, o feminino recusado não se refere somente à fantasia de castração enquanto negação da individualização, mas se refere também a seu complemento, à fantasia de retorno *in utero* enquanto negação do nascimento e, portanto, da temporalidade e da morte. Ora, se os dois outros aspectos da fantasia originária – sedução e cena primária – se referem essencialmente à *visão* do feminino de uma mãe excitante como parte de um casal parental que desperta ciúme e inveja, esses dois aspectos – castração e retorno *in utero* – referem-se principalmente ao *negativo*: a castração como perda de identidade e a morte como fim inevitável do nascimento.

Portanto, a “recusa do feminino” é mais precisamente a recusa da sexualidade da mãe. É uma rocha da origem que funciona como fundamento biológico do Édipo e da interdição do incesto com a mãe, incesto esse que carrega a marca da saída de toda temporalidade e, portanto, de toda humanidade.

Essa recusa assume formas diferentes no menino e na menina, no homem e na mulher.

No menino, e depois no homem, a recusa do feminino está ligada ao temor de tornar-se passivo; assume um lugar organizador maior sob a forma do complexo de

4. Cada um vê o que lhe convém (N. da T.).





castração como defesa contra um “demais” da descoberta do desejo sexual da mãe pelo pai e seu pênis, descoberta que poderia ameaçar seu sentimento básico de identidade masculina devido aos avatares de sua rivalidade edipiana com o pai.

Na menina, e depois na mulher, a recusa do feminino assume um lugar organizador primário, sob forma de temor do incesto com a mãe e, secundariamente, sob forma de reivindicação fálica, avatar do desejo de obter uma criança do pai. Nesse ponto, eu seguiria a ordem proposta por Melanie Klein, pondo, no caso da menina, o desejo de ter um filho em primeiro lugar e em segundo lugar o desejo de ter um pênis. A reivindicação fálica da menina, e depois da mulher, constitui uma defesa contra um “demais” da descoberta do desejo sexual do pai pela mãe e sua vagina, descoberta que poderia ameaçar seu sentimento básico de identidade feminina devido aos avatares de sua rivalidade edipiana com a mãe.

Conclusão

Quando as pulsões sexuais do *infans* investem seu primeiro objeto – a mãe –, deveríamos levar em conta o fato de que, antes dos seios e, depois, antes da vagina, essas pulsões visam igualmente, na fantasia, ao interior do corpo da mãe, a esse útero absolutamente escondido e perdido para sempre, objeto paradigmático do incesto edipiano cuja retomada da posse faria desaparecer a dupla diferença, dos sexos e das gerações, que fundam o desenvolvimento psíquico humano.

Essa catástrofe é evitada pela cisão desse desejo louco em dois movimentos antagônicos cujas forças contrárias se neutralizam. Na verdade, o desejo de possuir um pênis ou a angústia de perdê-lo pode desenvolver seus avatares à vontade enquanto a recusa do feminino estiver lá, como uma rocha, para negar o objeto que esse pênis permitiria atingir a fim de fecundá-lo.

Segundo a mesma perspectiva, a alternância dos investimentos da mulher entre o materno e o feminino constitui uma outra defesa, complementar, para manter cindidas numa neutralidade ativa as forças contrárias constituídas pelo desejo de ter um pênis e pela recusa da feminilidade. □

Referências

- BÉGOIN GUIGNARD, F. (1987). Le féminin et le maternel. La mère et le maternel, Colloque de l'Institut des psychologues cliniciens, *Les Cahiers de L'IPC*, n. 5.
BOKANOWSKI, T. (1998). *De la pratique analytique*. Paris: P.U.F.
BRUSSET, B. (1998). *Psychopathologie de l'anorexie mentale*. Paris: Dunod.





Florence Guignard

- FAURE-PRAGIER, S. (1997). *Les bébés de l'Inconscient*. Paris: P.U.F.
- FREUD, S. (1912). Sur le plus général des rabaissements de la vie amoureuse. In: *La vie sexuelle*, 4e. ed. Paris: P.U.F., 1973.
- . (1923). Le moi et le ça. OCF XVI, Paris: P.U.F.
- . (1937). L'analyse avec fin et l'analyse sans fin. In: *Résultats, idées, problèmes*, vol. 2. Paris: P.U.F., 1985.
- GREEN, A. (1990). *Le complexe de castration*. Paris: P.U.F.
- GUIGNARD, F. (1996). Éprouvé d'amour, déni d'amour. *Revue française de Psychanalyse*, LX/3, 805-812, Paris: P.U.F.
- . (1997). *Épître à l'objet*. Paris: P.U.F.
- . (1995). Le maternel et le féminin, deux espaces de la vie psychique. *Revue de psychologie clinique et projective*, n. 1, Paris.
- . (1996). *Au vif de l'infantile*. Lausanne et Paris: Delachaux & Niestlé.
- . (1997). Entre clivage et partage: la relation mère-fille. *Cahiers de l'EPCI*. Paris, mars 1997.
- NEYRAUT, M. (1978). *Les logiques de l'inconscient*. Paris: Hachette.
- SCHAEFFER, J. (1997). *Le refus du féminin*. Paris: P.U.F.
- . (1998). Crise d'hystérie: libido en crise. *Revue française de Psychosomatique*, 13/1998. Paris: P.U.F.

Tradução de **Marilda Pedreira**
Revisão de **Nilde J. Parada Franch**
Junho de 1999

Florence Guignard
Square D'Orleans – Pavillon 7, 80 rue Taitbout
75009 – Paris – France
E-mail: flogui@aol.com

© Revista de Psicanálise – SPPA





Impromptu

*Cintia Buschinelli**, São Paulo

São sugeridos, como uma peça musical em cinco partes, de improviso, os movimentos possíveis de um analista em estado de ser. A apreciação de uma obra de arte e a contemplação do encontro entre professor e alunos são apresentadas como experiências análogas à situação analítica, propondo que a possibilidade da análise não está na natureza do objeto a ser analisado, mas sim na particularidade do olhar que sobre ele recai.



* Candidata do Instituto de Psicanálise SBPSP.





Primeiro movimento: aproximação

Assim que chega, ele se dirige ao fundo da sala. O caminhar lento disfarça o cansaço exigido pelos degraus da escada, único caminho para se chegar até lá.

“Sentem mais perto, há lugar aqui na frente”, ele diz.

As palavras são acentuadas pelo movimento das mãos reforçando um sentido afetivo que ali se manifestava. Elas colocavam em evidência uma possível necessidade daquele homem, qual seja, de aproximação. Se fora esse o desejo expresso naquelas palavras, ele pôde ser aplacado de imediato, pois os ouvintes ali presentes, sem titubear, atenderam com satisfação indisfarçável o pedido anunciado: deixaram vagas suas cadeiras e aproximaram-se.

Segundo movimento: o que é dentro?

Cabe perguntar o que exatamente acontecia àquele homem que o induzia a dizer aquelas palavras que se repetiram sistematicamente nos encontros subsequentes com a mesma melodia afetiva afinada aos gestos das mãos?¹

O que havia no interior daquele homem que o persuadia a apelar às pessoas ali presentes que se aproximassem? Quais seriam as intenções, não presentes em sua consciência, que comandavam sua fala, seu movimento?

O que se passava no interior daquele homem, caso algo se passasse, cabe dizer, pouco importa, simplesmente porque o dentro tanto quanto seu oposto, o fora, pouco esclarecem, quando a experiência que se procura compreender, como neste caso, é de natureza emocional. A pergunta, o que há dentro, afasta o observador do acontecimento afetivo, que é rico de significações, todas elas presentes no próprio momento em que ele se apresenta. O sentir não se constitui como um subproduto resultante de um processo interno qualquer:

“...o sentir é uma atividade, não um produto” (Langer, 1971).

A apreensão, ou seja, o conhecimento imediato por meio da percepção daquela experiência afetiva particular não poderia se reduzir à busca dos processos internos que produziram aquele gesto, aquelas palavras. Caso fosse essa a direção do

1. Sobre este acontecimento, ele próprio, em outra ocasião, apresenta os motivos para tal pedido. Em seu trabalho “Psicanálise: evolução e ruptura”, Isaías Melsohn diz o seguinte: *“Tudo isto que venho descrever, sou capaz de captar independentemente da palavra. O meu corpo reage movido pelas variações ponderais da extensão e pelas solicitações emocionais da cor. Algo semelhante ocorreu quando pedi a vocês que se sentassem mais próximos, preenchendo as fileiras. Esta nova organização do espaço humano me é mais familiar e mais grata”*.





olhar de quem o observava, ou mesmo fora esse o efeito que aquelas palavras produziram nos ouvidos de quem as ouvia, é certo concluir que algo se perdeu nesse caminho. A busca de traduzir sentidos ocultos pode trazer em si mesma uma restrição do acontecimento afetivo.

Terceiro movimento: totalidade

As noções dentro e fora pouco esclarecem a respeito da experiência emocional em si, que se apresenta tal qual uma moeda de dupla face, na qual cara e coroa existem inextricavelmente ligadas.

A submissão de experiências emocionais ao corte dentro/fora elimina aquilo que a constitui em essência, ou seja, como a expressão da totalidade dos sentidos possíveis que a abarcam.

Portanto a análise das experiências afetivas não seria propriamente análise no sentido estrito do termo, já que nesse caso não é apropriado que se faça uma quebra dos componentes que as constituem. Uma decomposição do afeto desordenaria seus elementos essenciais, reduzi-lo-ia, se não a pó, ao menos a alguma coisa qualquer, uma outra experiência, não mais aquela que se procurava compreender.

A compreensão dos movimentos afetivos, pelo contrário, requer uma síntese que se daria através da fusão do afeto com o contexto sobre o qual ele está se expressando. Assim a intenção de compreender o “*sentem mais perto*” somente seria alcançada se fosse reconhecido o pano de fundo daquela expressão afetiva que se encontra tão presente e se mostra tão necessário quanto ela para o reconhecimento da experiência.

“...*Enfim, temos de considerar na palavra antes de ser pronunciada o fundo de silêncio que não cessa de rodeá-la, sem o qual ela nada diria, ou ainda por a nu os fios do silêncio que nela se entremeiam*” (Merleau Ponty, 1991).

Não podemos esquecer que também o silêncio é parte constituinte do contexto no qual está inserida a expressão afetiva. O silêncio não é o vazio, nem mesmo a ausência de cor, ou sequer a entrelinha entre significados. Ele não é o avesso da fala, muito menos a falta de comparecimento da palavra. Ele é uma voz que deve ser escutada.

E a emoção em si, como se constitui?...

“*A emoção tem uma estrutura temporal e qualitativa; tem um ritmo de ascenso e decréscimo, uma ordem em meio a oposições, ambigüidades e contrastes. Tudo isso constitui sua forma... Um complexo emocional, pois tem forma e matéria. A arte é um instrumento para a concepção da pura forma das emoções humanas*” (Melsohn, I., 1996).





Cintia Buschinelli

A obra de arte se oferece, portanto, como palco para a apreensão da forma das emoções. Vamos então à apreciação de uma delas, uma tela de Miró², por exemplo.

Para se alcançar o sentido de um quadro de Miró, não é preciso que se saiba a exata quantidade de tinta amarela que o pintor adicionou ao azul para produzir uma certa tonalidade deveras peculiar de um leve traço distraído presente no fundo da tela. Não, o sentido do quadro se constrói sob o impacto do olhar do observador sobre a obra, um olhar que pouco se interessa pelas apuradas técnicas do pintor. Um olhar singular que está incluído na experiência afetiva que se desenrola como sua parte constituinte.

Walter Erben observa Miró trabalhando em uma de suas obras. O modo como ele expressa suas observações mostra-se como um exemplo de apreensão de uma experiência emocional em sua totalidade:

“Por vezes o pintor respirava mais pesadamente como se tivesse dificuldade em absorver a totalidade da experiência. Depois acenava com a cabeça e franzia os lábios. Quanto a mim, dei-me conta de que minha tensão inicial desaparecera dando lugar a uma calma que não vinha de dentro de mim, mas sim da paisagem que tinha a minha frente, como se a paisagem estivesse a exprimir com uma intensidade crescente aquilo que eu estava a sentir momento a momento. E à medida que as graduações de cor se foram tornando mais claras e mais definidas e as formas mais sólidas, a quietude que sentia dentro de mim foi ganhando também uma substância” (1997).

Fica em evidência nesta descrição que Erben apresenta, do momento no qual contempla Miró em atividade, o quanto ele próprio está imerso na emoção que procura descrever. Tanto quanto o pintor, Erben está mergulhado por inteiro nesse acontecimento afetivo, despontando como co-autor desse espaço de criação.

A apreensão dos sentidos das experiências afetivas segue o mesmo trajeto da observação de uma obra de arte e dá-se pelo mesmo caminho, por meio da percepção da totalidade de impressões sensíveis que adquirem significação no momento exato no qual a emoção ocorre. É esse o percurso que se espera seja trilhado pelo psicanalista.

2. Joan Miró nasce em Barcelona, em 1893. Inicia seus estudos na escola de Belas-Artes de la Lonja, por onde passara Picasso. Posteriormente vai para a vanguardista Escola D'Arte de Francisco Galí. Em 1912 produz desenhos usando o sentido do tacto, com olhos vendados, bem como as primeiras pinturas a óleo. Insere-se no movimento surrealista, embora possua singularidades que o distanciam desse movimento. Durante seus oitenta anos realizou inúmeras exposições, tendo sua obra reconhecida pela leveza e humor.

“A sua arte nos conduz às raízes fundamentais da existência humana. Vai buscar a sua própria existência nesta experiência e permite que toda a gente (de boa vontade) participe nela.” (Düchting H. assim se refere a Miró no último capítulo do livro *Joan Miró 1893-1983 – O homem e a obra*, 1997).



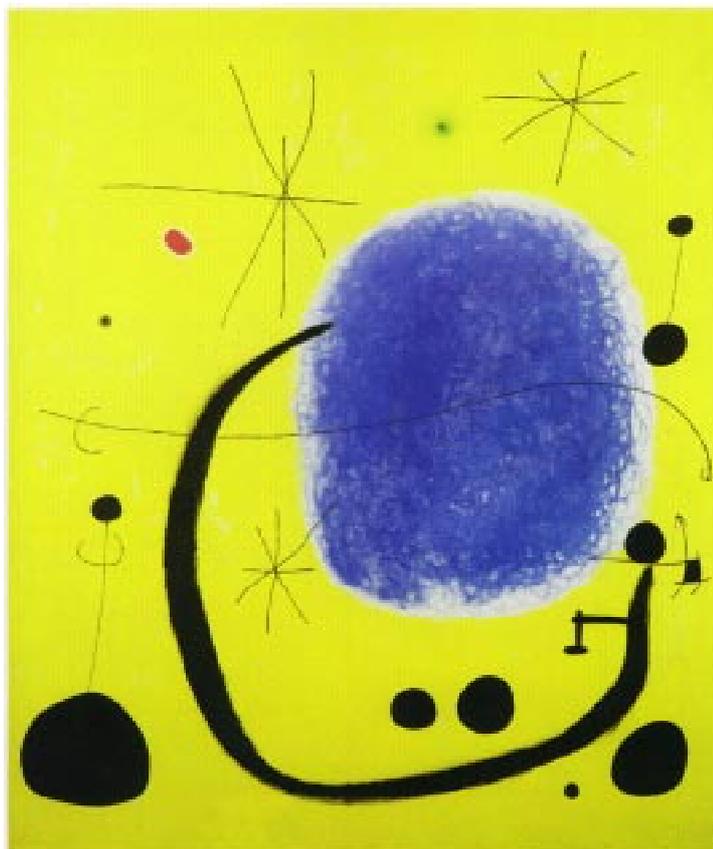


Quarto movimento: significação

O quadro de Miró é reconhecido por meio de uma sensação particular de leveza, uma alegria discreta que escapa por entre um sorriso distraído em quem o observa. Uma emoção estética, ou seja, uma entre a diversidade de emoções possíveis suscitadas pelo encontro entre a obra de arte e seu observador.

“O objeto artístico revela as modulações afetivas da alma humana que podem ser concebidas no objeto” (1995). Ou ainda: *“A percepção artística é produto de um tipo específico de organização do campo sensível; ele é o resultado de uma abstração sensível que dá realce a qualidades expressivas”* (Melsohn, I., 1991).

El Oro del Cielo Azul, tela de 1967, pode ser apreciada a partir das mais diversas impressões. Walter Erben assim a vê:



Joan Miró, *El Oro del Cielo Azul*, 4.12.1967. © ADAGP, Paris, 2001. A reprodução em cores dessa obra encontra-se na terceira capa do presente volume.

“Esta obra da fase final da vida de Miró possui uma qualidade maravilhosamente poética, com pontos de contato com a arte asiática. Sob uma brilhante superfície amarela, com umas quantas fendas brancas para que a tela possa “respirar”, foram distribuídas estrelas e linhas – tão finas como cabelos –, bem como algumas pintas sombrias, pretas, parcialmente ligadas por umas linhas muito finas.

Um imenso movimento negro lança-se na direção da forma azul à direi-





Cintia Buschinelli

ta. Esta forma, contudo, não foi pintada sobre a superfície amarela (se o tivesse sido, teria resultado verde), mas sim inserida numa abertura oval da tela branca. A pinta vermelha no canto superior esquerdo também foi pintada assim. Essas duas cores mantêm o seu equilíbrio face à extrema energia do amarelo. Uma minúscula pinta verde paira sobre o oval azul, demonstrando um método de pintura diferente – um suave mergulho na tinta enquanto esta inda estava úmida, a fim de se obter um efeito nebuloso. Além disso a forma azul foi pintada com movimentos circulares de um pincel semi-seco, de tal forma que a superfície branca permanece esbatidamente visível. A pintura recusa qualquer interpretação fixa. O seu efeito poético depende do equilíbrio das cores, composição de símbolos, bem como de sua complexa estrutura no que toca às técnicas artísticas (1997).

Essa experiência, tal qual toda e qualquer experiência emocional que, neste caso, estaria exemplificada no contato entre a obra de arte e o observador, formula-se pela construção de um significado, ou seja, pelo processo de simbolização.

Cabe dizer que não se trata de reconhecer a simbolização como uma espécie de abstração superior, que seria possível apenas em momentos de requintada elaboração mental. Muito pelo contrário, a experiência humana desde a mais simples até aquela que se poderia considerar a mais sofisticada, toda ela sem exceção está moldada em símbolos, uma espécie de selo de humanidade.

É comum que se pense em “experiência simbólica” como uma particularidade de certas expressões humanas, aquelas que requerem decifração. Essa visão induz a equívocos significativos, principalmente quando o foco de atenção é a compreensão da natureza do sentir.

A minuciosa descrição que Erben nos oferece do *Ouro do Azul* apresenta-se com tal clareza e exatidão, que seria possível pensar que ela estivesse em conformidade com o real, como se fora uma representação fiel da natureza do quadro. Tal pensamento, caso surgisse em nossa mente, teria ainda como argumento a reforçá-lo o fato irrecusável de ser um quadro um objeto concreto, sólido e pouco sujeito a mudanças, qualidades absolutamente favoráveis para uma descrição imutável do que ele, por ventura, possa representar. Mas, ao final de seu comentário, ele nos diz: “...a pintura recusa qualquer interpretação fixa”...

A concretude do quadro não o condena a uma única interpretação daquilo que ele representa, muito menos na determinação apriorística das emoções que ele possa desencadear em quem o observa.

Se as possibilidades de interpretações de uma obra de arte são incontáveis, o que dizer das manifestações afetivas de um corpo em constante movimento, em contínua vibração?





Quinto movimento: o alargamento da consciência

Diversas são as funções que os analistas atribuem às interpretações que oferecem aos seus pacientes. É certo que essas atribuições, em geral, estão em consonância com as abordagens teóricas que adotam para suporte de seu trabalho. “*Cabe ao analista conceber a forma da emoção que o paciente vive*” (Melsonh, I., 1996).

Se caso a teoria que se preconiza supõe a noção de inconsciente como um reservatório de experiências esquecidas que contaminam sorrateiramente as ações humanas, as interpretações têm como alvo primordial oferecer ao paciente um instrumental de domínio sobre esse desconhecido que o habita.

Por outro lado, se o analista considera as experiências emocionais como formas de estruturação da consciência, as interpretações que oferece ao seu paciente são concebidas como a expressão de um acontecimento emocional presente, atual, na qual a própria interpretação surge como parte constituinte do acontecimento afetivo que se desenrola. O inimigo oculto, o inconsciente, é, neste caso, desprezado.

Qualquer uma dessas formas de prática analítica precariamente descritas acima oferecem ao paciente, por caminhos aparentemente diferentes, a ampliação de sua consciência.

Quer seja a partir da crença, quem sabe dogmática, de que o inconsciente está no comando das ações humanas, ou de que sua existência seja sem relevância para a compreensão tanto do funcionamento psíquico quanto de suas manifestações, é através da consciência que as transformações, caso sejam possíveis, se viabilizam.

Os pontos de partida de todo trabalho analítico, tanto quanto os caminhos por eles trilhados são os mais diversos, contudo, todos eles, sem exceção, procuram desembocar num ponto comum, qual seja, a ampliação da consciência

Uma consciência mais ampla possui flexibilidade, o antídoto mais eficaz contra a rigidez paralisante disseminada pela neurose. □

Summary

The possible movements of an analyst in state of being are suggested as a musical play in five parts, *impromptu*. The appreciation of a work of art and the contemplation of the meeting teacher/students are presented as experiences similar to the analytic situation, proposing that the possibility of the analysis is not in the nature of the object to be analyzed, but in the particularity of the sight that befall on it.





Cintia Buschinelli

Referências

- ERBEN, W. (1997). *Joan Miró 1893-1983, O homem e a Obra*. Germany: Taschen Germany.
- LANGER, K.S. (1962). *Ensaio Filosóficos*. São Paulo: Cultrix.
- MELSOHN, I. (1989). Sentido. Significação. Sonho. Linguagem: reflexões sobre a forma de consciência no processo analítico. *Rev.Bras.Psi*, vol XXIII, n 5.
- . (1991). Notas críticas sobre o Inconsciente. Sentido e significação. A função expressiva e a constituição do sentido. *Revista Ide*, (21) S.P.
- . (1995). O mítico, o estético e a psicanálise. Percurso. *Rev de Psi*, ano VII, n. 15.
- . (1996). *Psicanálise. Evolução e Ruptura: contribuição para a semiologia da sessão psicanalítica. Bion em São Paulo. Ressonâncias*.
- MERLEAU PONTY, M. (1991). *Signos*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.

Cintia Buschinelli

R. Gracindo de Sá, 71
01443-080 – São Paulo – SP – Brasil
E-mail: cintiab@uol.com.br



© Revista de Psicanálise – SPPA





As cartas 46 e 52 de Freud a Fliess: significado para a obra freudiana e a psicanálise contemporânea

Roaldo Naumann Machado, Porto Alegre*

As cartas 46 e 52 a Fliess fazem parte de um acervo de documentos testemunhas do início da reflexão psicanalítica de Freud. O autor procura relacioná-los com ulteriores desenvolvimentos da teoria freudiana e psicanalítica, como os de repressão primária, instinto, estratificações psíquicas, sempre considerando o fato de serem trabalhos que principiam o estudo da psicanálise.

* Membro Efetivo da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.





Introdução

Estes documentos, redigidos por Freud há mais de um século, são o testemunho, juntamente com outros trabalhos, como o “Projeto de psicologia” (1895), do início do pensamento psicanalítico. Revelam, dentre outros aspectos, a sagacidade de Freud e o prenúncio de inúmeros tópicos mais tarde desenvolvidos e definitivamente incorporados ao texto psicanalítico.

Reporto-me, neste trabalho, à edição das obras completas de Sigmund Freud da Amorrortu Editores, 1988. A versão, portanto, para o português é de minha autoria, e qualquer imprecisão deve ser a mim atribuída.

Carta 46

Trata-se, juntamente com a carta 52, de um dos primeiros documentos de Freud, no qual sua imaginação metapsicológica se encontra em franca expansão. São documentos compactos, nos quais pequenos parágrafos contêm, condensadas, um grande número de idéias desenvolvidas, algumas com certa anterioridade, outras com posterioridade. Freud trata, basicamente, de constituir uma teoria que o ampare na tentativa de desvendar os enigmas psíquicos.

Assim, notam-se na sua descrição, primeiramente, os dois grandes períodos de transição A e B, entre os 8 e 10 anos e 13 e 17 anos. Freud refere-se aos mesmos como grandes períodos de transição, nos quais “a maioria das vezes ocorre a repressão”. Do ponto de vista do aparelho psíquico, um período de transição, e isso aparece com mais detalhe na carta 52 e no capítulo VII da “Interpretação dos sonhos”, é um período no qual uma forma de transcrição psíquica se encontra incapaz de organizar o conteúdo do aparelho. É necessária uma nova forma que ressignifique o conteúdo já presente em lógicas posteriores. Também, devido a novos fatos inerentes ao desenvolvimento, uma forma torna-se incapaz de dar sentido a um conteúdo. Assim, esse sentido organizador em sucessivas formas decorre de uma complexa relação entre o que Freud denominará de instinto (*Instinkt*), pulsão (*Trieb*) e cultura. Já no “Projeto de psicologia” (1895), Freud afirmava: “... *Toda teoria psicológica digna de alguma consideração haverá de oferecer uma explicação da memória*” (p.343). Retornaremos a esse assunto ao comentarmos a carta 52, logo a seguir. Portanto, nesses dois grandes períodos encontramos transformações significativas das formas expressivas do que, posteriormente, se chamará de “pré-consciente”. São períodos repressivos, e aqui já podemos notar que, para Freud, a repressão contém em si própria o organizador e o patológico. Trata-se da *Aufhebung* (dialética), segundo tradução e comentá-





rios de Jean Hyppolite a “Die Verneinung” (“A negativa”), de Freud (1925h) (cf. Machado & Outeiral, 1998). É possível que a intensidade da repressão determine o sentido organizador e/ou patológico preponderante.

Prosseguindo em sua linha de pensamento, Freud afirma que uma lembrança sexual de uma época anterior “... aporta à psique um excedente sexual que produz efeitos de uma ‘inibição-pensar’ e brinda à lembrança, como as suas conseqüências, o caráter obsessivo (compulsivo), o caráter do não-inibível” (p.270). Ora, estamos diante de uma das primeiras concepções de Freud acerca do trauma psíquico. Um excedente sexual que, não encontrando transcrição, significado, elaboração ou repressão, produz uma inibição do pensamento. Poderíamos acrescentar, tal excedente sexual que encontra expressão através de representações (lembranças), as quais suscitam e dão forma ao referido excedente sexual, obstrui e, até mesmo, em algumas circunstâncias, pode decompor o aparelho psíquico, a menos que sobrevenha a repressão. Se essa falha, a inibição do pensar expressa-se através de pensamentos obsessivo-compulsivos, tanto da lembrança em si como de suas conseqüências, isto é, suas transformações, derradeira tentativa do nosso “ego oficial” (carta 52) de conter as referidas representações investidas por esse excesso libidinal. Como dissemos, talvez seja esse um dos primeiros aportes de Freud à teoria traumática. O caráter do não-inibível é atribuído, em outros trabalhos (“Projeto de psicologia”, “Interpretação dos sonhos”, etc.), ao processo primário, enquanto que o pensar, que inibiria ou transcreveria o não-inibível, ao processo secundário.

Examinando um pouco mais a idéia de que determinadas lembranças ou restos mnêmicos provocam uma inibição do pensamento, quando acrescidas de um excedente sexual *a posteriori* (cf. carta 52), podemos nos reportar a um exemplo estudado pelo próprio Freud (1918b). Assim, determinados restos mnêmicos, como a diferença de sexos, existem, estão registrados visualmente, mas carecem de significado. Apenas num momento ulterior, poderíamos dizer, com o surgimento das pulsões fálico-uretrais (através também da significação das chamadas profantasias), tais restos mnêmicos adquirem sentido (o sonho típico do “Homem dos lobos”). Assim, esse excedente sexual, originado do surgimento das pulsões fálico-uretrais até então não-dominantes, dá o sentido ao resto mnêmico derivado da observação da diferença entre os sexos e da cena primária, agora prenhes de significados e investimentos. O caráter de desprazer para um estrato psíquico (carta 52) aciona a repressão, pois as vivências ocorridas na época Ia possuem o caráter de “não-traduzíveis”. Essa é uma das idéias de trauma *a posteriori* relatada por Freud, como dissemos, no relato da história clínica do “Homem dos lobos” (1918b). A “cena primária”, assistida aos 1 ano e 6 meses, só encontra significado aos 4 anos, expressando-se através do referido sonho.





Uma situação como a descrita é excessivamente traumática e adquire significado *a posteriori*, originando o que hoje descreveríamos como uma enfermidade narcisista grave. Essas idéias encontram maior desenvolvimento em trabalhos como “Inibição, sintoma e angústia” (1926d), quando Freud compara a fobia do pequeno Hans com a do pequeno russo (“Homem dos lobos”). Devido ao excesso traumático que, como não-inibível, fica excluído dos processos repressivos do desenvolvimento (pausas sexuais), o contra-investimento não implica o estabelecimento de novas lógicas estruturantes do psiquismo e desemboca em organizações lógicas anteriores (carta 52), como a melancolia, isto é, a procura do desejado e perdido ou do não-vivido, ou na tentativa de transformação do passivo no ativo, como também é típico do “Homem dos lobos”, situação que apenas perpetua o trauma.

Até o momento, sempre quando tratávamos do conceito “repressão”, o mesmo podia ser situado naquele denominado de “repressão secundária” (Freud, 1915d). A imaginação de Freud, nesses primórdios, não cessa. Afirma que cenas sexuais, precursoras da chamada “cena primária”, como afirma Strachey em nota de pé de página, relativas à época Ia, correspondem “... ao caráter do não-traduzível”. A energia legada às mesmas não encontra processamento psíquico e segue o caminho, após a repressão da conversão. Estamos diante de uma inibição do pensamento algo diferente da referida até há pouco. Se às primeiras cabe um pensamento obsessivo-compulsivo, expressadas em representações-palavras carentes de sentido para o pensar originado do processo secundário, e isto é típico do que, posteriormente, Freud denominará de repressão secundária (1915d), o caráter “não-traduzível” nos reporta a um outro fenômeno no qual as referidas representações-palavras são insuficientes para processar o conteúdo de tais representações. Hoje sabemos que também a “conversão” é expressão da repressão secundária, como o próprio Freud escreveu em vários trabalhos (1900a, 1915d, 1915e). Estamos, entretanto, examinando este peculiar aspecto: “não-traduzível”.

Veja-se, por exemplo, a afirmação de Freud no texto sobre “O inconsciente” (1915e): “*De igual modo, o aludido mecanismo de subtração de um investimento pré-consciente não funcionará quando estiver em jogo a figuração da repressão primordial (primária); é que neste caso está presente uma representação inconsciente que ainda não recebeu qualquer investimento advindo do pré-consciente, portanto, dali não poderá ser subtraída. (...) ... a sua produção (repressão primária) só pode ser produzida e mantida pelo suposto de um ‘contra-investimento’ mediante o qual o sistema pré-consciente se protege contra o assédio da representação inconsciente*” (p.178). Assim, a cultura representada pelo pré-consciente não oferece a palavra para a referida tradução de certas representações. Falamos aqui das representações inconscientes acionadas pelas pulsões fálico-uretrais (protofantasias) que se es-





tabelecem no sistema inconsciente e reorganizam a cadeia simbólica. Um exemplo bem claro desse raciocínio é expressado por Freud em “Uma criança é espancada” (1919e). Naquele momento, Freud refere-se à segunda frase, isto é, “meu pai me espanca”, profundamente reprimida, porém já contendo uma ressignificação por repressão e regressão da frase original “meu pai me penetra”, essa, sim, sob repressão primária intraduzível.

Esse mesmo mecanismo do “não-traduzível” podemos encontrar nas alusões de Freud à “repressão orgânica” (1905d, 1930a). Nessas, o sentido do olfato sofre uma “repressão orgânica” causada pelo desenvolvimento da bipedestação e da visão. O sentido do olfato, portanto, só poderá encontrar tradução através de outros sentidos, por exemplo, do gosto (cheiro doce, amargo, etc.).

Assim, restos mnêmicos oriundos das mais variadas fontes sensoriais encontram um pré-consciente incipiente, carente de palavras para a retranscrição, e isso é repressão primária, no sentido estrito (Freud dá um outro sentido à defesa ou repressão primária em sentido amplo no “Projeto de psicologia”) (cf. Machado, 1999). Tais cenas que, não encontrando traduções, independentemente dos períodos nos quais os movimentos pulsionais as façam recrudescer, gerarão o que conhecemos como “psiconeuroses”, e a histeria é o paradigma das mesmas. Quanto mais teríamos a acrescentar à teoria da histeria?

Freud, porém, nos fala da defesa (cf. carta 52). O que é exatamente uma defesa? Ora, um “excedente sexual” que não encontra significação impõe ao aparelho psíquico existente um excesso traumático. A defesa é necessária, pois, do contrário, o aparelho psíquico se decompõe. Há de ser barrada a lembrança plena de excedente sexual. Lembremos: há de ser barrada tanto a lembrança como a sua conseqüência. O excedente sexual, por si, não pode criar nenhuma repressão. Freud, portanto, é perfeitamente claro, quando atribui a defesa a um “suposto ego”. O excedente sexual é apenas o primeiro momento, a defesa, o segundo, e o retorno do reprimido que acede à consciência, como descreve Freud logo a seguir, o terceiro momento.

A idéia de que as cenas sexuais da neurose obsessiva pertençam à época Ib (latência) é reformulada posteriormente, com a descoberta do complexo de Édipo. Freud sempre conservou a idéia (1918b) de que um núcleo histérico (uma lógica histérica) precedia uma lógica obsessiva. Assim, o núcleo histérico via repressão e regressão encontra na linguagem somática (1895d, 1926d) sua significação. Já a progressão, embora sob o efeito da repressão, encontra na representação-palavra da latência o contra-investimento defensivo.

O parágrafo relacionado às histerias puramente somáticas corresponde a uma idéia contemporânea de Freud (1895d), que sofrerá ulterior desenvolvimento com a conceituação de neuroses atuais e psiconeuroses. Freud (1916-17, 1926d) manterá





permanentemente a idéia de que o núcleo de uma psicose é uma neurose atual, e isso está de acordo com suas concepções metapsicológicas (cf. Machado, 1993).

Os conceitos relacionados à paranóia são de difícil compreensão. O mais óbvio é que, e Freud desenvolverá essa tese posteriormente, nessa última patologia, a repressão que estrutura as histerias e as neuroses obsessivas está ausente. Portanto, as grandes barreiras “*da moral e do horror ao sexual*”, estabelecidas fundamentalmente nos períodos de pausa sexual A e B, não estão edificadas. “*O excedente sexual preenche as condições do ataque de angústia*”. Sinteticamente, a primeira idéia sobre a angústia na qual uma libido objetual, não encontrando suas metas específicas de descarga ou enlace psíquico, origina a angústia. Em 1926(d), Freud acrescenta a essa posição a idéia de que o fundamento da angústia é o despreendimento do que chamou de libido narcisista (1914c), embora a que causa o fundamento da neurose atual ainda seja a libido objetual não ligada.

As reflexões sobre o tornar-se consciente dizem respeito principalmente a uma consciência secundária. Examinaremos esse ponto mais detidamente ao discutirmos a carta 52. É através da representação-palavra que o inconsciente acede à consciência. O que emerge é um “compromisso” entre os “diversos poderes psíquicos”, isto é, entre processos desinibidos (primários) e processos com inibição do pensar (secundários). “*O resultado do compromisso é ‘incorreto’, análogo a uma falácia*”. Estamos, portanto, diante dos sintomas.

Freud ainda alude à psicose como “... o crescimento dos processos desinibidos até estar em posse exclusiva do caminho que leva à consciência-palavra”. Afirma também que o que separa os processos inibidos dos desinibidos, o que impede as diversas transcrições associativas possíveis é o desprazer (princípio do prazer-desprazer).

Carta 52

A importância deste pequeno comunicado é ímpar para a metapsicologia freudiana e, certamente, para a metapsicologia contemporânea.

O fato de que “... o nosso mecanismo psíquico foi gerado por uma estratificação sucessiva ...” implica uma noção de força ordenadora que provoca, de tempos em tempos, essas novas transcrições. Já no “Projeto de psicologia” (p.342), Freud nos afirmava que “... nelas [nas vias do sistema nervoso] estão prefiguradas certas orientações de condução ...” (cf. Machado, 1999). Dessa noção derivará o conceito futuro de instinto (*Instinkt*) (Freud, 1916-17, 1918b, 1939a, 1941f). Trata-se de algo herdado que provoca, independentemente do meio, uma direção de desenvolvimento





que segue uma linha determinada. Este “saber prévio”, como denomina D. Maldavsky (1986), organiza o sistema formal pelo qual os registros mnêmicos se organizarão, assim como contereão, de acordo com Freud (1912-13, 1916-17, 1985[1915]), determinadas profantasia, expressões da memória vivencial da espécie. Não é nosso propósito discutir aqui o debate contemporâneo sobre essas idéias. Deve ser ressaltado, entretanto, que é exatamente na inter-relação entre instinto (*Instinkt*), como esse saber prévio, genético, e a pulsão (*Trieb*), através das vivências obtidas da percepção dos processos corporais e contextuais, que é estabelecida a possibilidade desse desenvolvimento ordenado. Freud (1918b, 1939a, 1941f) alude à possibilidade conflitiva entre instinto e contexto, quando o saber da espécie não coincide com a vivência individual.

Esta carta, datada de 1896, ressalta novamente a idéia há pouco referida de que toda a psicologia científica deverá explicar a memória. É exatamente uma tentativa nesse sentido. Portanto, “... a mesma não preexiste de uma maneira simples, sim de maneira múltipla, registrada em diversas variedades de sinais ... que sofrem reordenamentos, segundo novos nexos, uma retranscrição” (p.274). Esta memória, portanto, está inscrita num aparelho psíquico não localizável, isto é, “... as diversas transcrições estão separadas também segundo seus portadores neurais (de uma maneira não necessariamente tópica ...)”. Notamos aqui, de acordo com E. Stengel (1973), introdutor do estudo de Freud sobre as afasias (1891), que há uma continuidade conceitual do aparelho da linguagem não localizável para um aparelho psíquico também não localizável. O primeiro é o predecessor do segundo, e essas idéias contrapunham-se a toda a neuropsicologia clássica do fim-de-século passado.

Assim, Freud admitia na época três transcrições, provavelmente mais. Hoje sabemos, inclusive a partir dos próprios estudos de Freud (1923b, 1926d, 1933a) e de Abraham (1924), da existência de pelo menos sete lógicas sucessivas da inscrição da erogeneidade, na medida em que o psíquico emerge do somático: somático, oral primário, oral secundário, anal primário, anal secundário, fálico-uretral e genital.

Segue-se, então, o primeiro diagrama do aparelho psíquico, em tudo semelhante ao esboçado alguns anos depois, no capítulo VII da “Interpretação dos sonhos” (1900a). As três transcrições são os restos mnêmicos ou sinais de percepção, a inconsciência ou inconsciente propriamente dito (representação-coisa) e o pré-consciente (representação-palavra) (cf. Freud, 1900a, 1915e).

“*P(W)* são neurônios onde se geram as percepções às quais a consciência se acrescenta”. A idéia de que a consciência é o lado subjetivo de processos objetivos que ocorrem no sistema ω aparece na seção 8 do “Projeto de psicologia” (1895). Freud acrescenta que “... consciência e memória se excluem mutuamente ...”, e essa noção estará presente em toda a obra freudiana (1900a, 1915e, 1923b, 1940a). É





importante observar que Freud se refere aqui a uma consciência original ou primária, pois, logo a seguir, afirma, em relação à pré-consciência, que nessa, “... *de acordo com certas regras ...*”, é obtida uma consciência-pensar secundária principalmente através das representações-palavras. Em trabalho recente (Machado, 1999), procurei comentar o que julguei um pequeno tropeço de Freud, que, ao se referir à consciência, disse: “*o preenchimento dos neurônios ω com Q_n talvez só possa acontecer desde ψ , pois não atribuímos a este terceiro sistema (ω) nenhum enlace direto com ϕ* ” (p.356). Na ocasião, referi outro escrito de Freud, um pouco posterior (Carta 39, 1896, p.437): “... *a coincidência destas quantidades mínimas com a qualidade fielmente transferida a eles desde o órgão terminal é, de novo, a condição da gênese da consciência. Agora interpolo estes neurônios ω entre os neurônios ϕ e ψ , de modo que ϕ transfira sua qualidade a ω* ”.

Qual a razão desse tipo de distinção conceitual? Só podemos entender a consciência primária como a decorrência do enlace direto entre ϕ e ω . É a “*qualidade fielmente transferida*” na forma de uma periodicidade ou numa relação entre os movimentos do mundo com os movimentos neuronais que implica exatamente essa periodicidade, captada pelo sistema da atenção que vai possibilitar o lado subjetivo da consciência pelo sistema ω . Freud discute com detalhes essas proposições nas seções 7 e 8 do “Projeto de psicologia”, incluindo a possibilidade da captação de uma ritmicidade monótona mais afim dos processos afetivos, incluídos na série prazer-desprazer que precederiam a captação do mundo sensorial mundano. Alguns anos mais tarde (1911b), Freud retorna a essa hipótese: “... *ao aumentar a importância da qualidade exterior, cobram relevo também os órgãos sensoriais dirigidos ao mundo exterior e à consciência acoplada a eles que, ademais das qualidades de prazer e desprazer, as únicas que lhe interessavam até então, aprendeu a capturar as qualidades sensoriais. Instituiu-se uma função particular, a atenção ...*” (p.225). Novamente aqui vemos a preocupação de Freud com a consciência primária, isto é, esse lado subjetivo dos processos objetivos ocorridos no sistema ω .

Estamos, assim, nos referindo a essa consciência primária, enlace direto do sistema ω às sensações advindas do corpo e do mundo sensorial. Muitos anos mais tarde, D. Meltzer (1973) afirma que “... *a consciência é um ponto infinitesimal comprimido entre a lembrança e a antecipação que se liga às mesmas pela atenção, o fio que transforma os ‘eventos’ em experiências ...*”, e se o próprio D. Meltzer (1973) equipara o autismo a uma descarga semelhante a um *petit mal* epiléptico, podemos supor uma impossibilidade de processamento adequado dessa consciência primária e sua progressiva transformação em consciência secundária, o que implicaria uma inadequada integração dos sistemas ω (consciência) e ϕ (percepção) com ψ (memória). Repare-se que Freud (1911b) completa o comentário sobre a atenção: “... *instituiu-se*





uma função particular, a atenção, que iria explorar periodicamente o mundo exterior a fim de que seus dados já fossem conhecidos antes que se instalasse uma necessidade interior inadiável” (p.225). Dois momentos, nos quais a consciência primária participaria, integrada com a memória: o registro da necessidade e o de vivência de satisfação (com o mundo exterior), o que implicaria uma constância qualitativa estratificada como memória. Em ambas, a atenção, reflexa ou dirigida, participaria, estabelecendo a possibilidade da instituição da consciência secundária.

Tomamos, assim, esses pequenos supostos, condensados em poucas frases, para alertar sobre a profundidade do pensamento freudiano há mais de cem anos. Passemos ao Ps(Wz), sinais de percepção ou restos mnêmicos. Correspondem à primeira transcrição e são insuscetíveis de consciência. A lógica de articulação dos mesmos é a simultaneidade. Poderíamos afirmar que, diante da aparição de uma necessidade, o resto mnêmico deverá aparecer imediata ou simultaneamente. O aparelho psíquico é muito rudimentar, e se tal suposto não se cumprir, o frágil “ego prazer purificado”, como Freud o denomina (1915c), estará ameaçado de decomposição. As afecções psicóticas e narcisistas possuem tal lógica como organizadora do seu aparelho psíquico. D. Maldavsky (1986), trabalhando sobre o texto freudiano, mostra-nos como tais registros se organizam sobre a erogeneidade oral primária, oral secundária e anal primária. Prevalecem economicamente a organização libidinal narcisista primária e as identificações primárias.

Já os registros Ic (Ub) correspondem à segunda transcrição e são denominados de inconsciência. Seus nexos lógicos são causais e analógicos (Freud, 1900a). Correspondem a lembranças de conceitos não acessíveis à consciência. Podemos atribuí-los às inscrições registradas sob a organização anal secundária, fálico-uretral e genital. Os nexos causais originam determinados conceitos que, organizados pela significação das protofantasias, dão origem às teorias sexuais infantis, complexos de Édipo e castração, esses sim, profundamente inconscientes (Freud, 1915e).

Prc(Vb), isto é, a terceira transcrição, é ligada à representação-palavra. A consciência-pensar liga-se basicamente ao nosso “eu-oficial” (cf. Freud, 1911b) e o organiza e torna consciente o inconsciente de acordo com certas regras. A afirmação de Freud, na carta 52, de que “... *por certo, esta consciência-pensar secundária é de efeito posterior na ordem do tempo* ...” deve ser tomada referencialmente à consciência primária, discutida há pouco. Corresponde “... *à reanimação alucinatória das representações-palavras*”. Freud, no “Projeto de psicologia” (1895), nos afirma que a palavra nasce aderida à coisa. Volta a afirmar tais conceitos anos mais tarde (1915e, 1923b). Postula, portanto, que a alucinação dos fonemas, que se inscreveram como restos mnêmicos auditivos, aderem às representações-coisas e fornecem este todo mais complexo denominado representação-palavra (Freud, 1891, 1915e). É necessá-





rio que uma representação-palavra seja uma retranscrição, uma nova tradução de uma representação-coisa. Portanto, e isto é postulado por Freud (1914c, 1915e), quando a libido é retirada da representação-coisa, estaremos diante de uma palavra sem representação, e isto é próprio, por exemplo, das esquizofrenias.

O importante é que, em momentos sucessivos, uma transcrição é traduzida em outra. Portanto, a segunda ressignifica o conteúdo da primeira, e a primeira é necessária para estruturar o sentido da segunda: “*são operações ocorridas em épocas sucessivas da vida*”. Podemos aqui notar o sentido organizador do instinto (*Instinkt*). Essas são as defesas normais, nas quais uma transcrição não exclui a outra e, sim, a ressignifica. Trata-se da construção do nosso patrimônio egóico, uma transformação da quantidade em qualidade, na qual sempre cedemos algo de erogeneidade para criar a sensorialidade, a temporalidade e a espacialidade: “... *a espacialidade acaso seja a projeção do caráter extenso do aparelho psíquico*” (Freud, 1941f, p.302).

A idéia da psiconeurose como uma incapacidade de tradução do material psíquico praticamente não sofreu nenhuma alteração até os dias atuais. Freud nos dá, nessa pequena carta, uma noção clara dos processos defensivos normais e patógenos. A nova transcrição implica que a energia (libido narcisista) tramita sob uma nova lógica organizadora. A incapacidade de transcrição, por repressão, se dá por desprazer que convoca uma perturbação do pensar, impedidora da ressignificação. Essa é uma defesa patógena. Nesse mesmo texto, Freud nos propõe outra forma, que gera a incapacidade de tradução.

Portanto, a defesa normal dá-se entre transcrições da mesma variedade e, poderíamos acrescentar, de transcrições menos complexas às mais complexas. Quando isso não ocorre e “... *a re-escritura posterior falta, a excitação é tramitada segundo leis psicológicas que valiam para o período psíquico anterior. (...) ... certas províncias serão regidas por ‘fueros’, aparecem sobrevivências*” (p.276).

Seguem-se explicações sobre o reforço “atual” que um excedente sexual empresta a uma lembrança, tornando-a desprazerosa, traumática e necessitada de repressão. Já abordamos esse tema ao comentarmos a carta 46. Não custa, entretanto, lembrarmos que, para Freud, e isto permanece durante toda a obra (conferir, por exemplo, “Uma criança é espancada” [1919e]), “... *a condição da defesa patológica (repressão) é, então, a natureza sexual do sucesso e sua ocorrência dentro de uma fase anterior*”.

Há pouco falamos que Freud aludia a outra forma na qual a tradução não ocorria. Convém deter-nos um pouco sobre esse tema. Assim, Freud afirma: “... *quando uma vivência sexual é recordada com diferença de fase, um desprendimento de prazer gera a compulsão e um desprendimento de desprazer, a repressão. Em ambos os casos, a tradução aos signos de uma nova fase parece estar inibida*” (p.277). Todas





essas observações serão reelaboradas à luz de novos conceitos como os de “compulsão à repetição”, “pulsão de morte”, “masoquismo erógeno originário”, etc. (1919h, 1920g, 1924c). A erogeneidade excessiva e tóxica é expressão da compulsão à repetição, portanto, impeditiva de novas sensorialidades, novas traduções. Assim, “... *outra consequência das vivências sexuais prematuras é a perversão, cuja condição parece ser que a defesa não ocorra antes que o aparelho psíquico esteja completado, ou que não se produza qualquer defesa*” (p.277). Portanto, na histeria, a repressão. “*Na verdade, a histeria não é uma sexualidade desautorizada, é, melhor dizendo, uma perversão desautorizada*”. Está inaugurado o estudo do “negativo” (Freud, 1905d, 1925h; Green, 1993).

Já mais para o final da carta, Freud, pela primeira vez, como assinala Strachey, fala-nos sobre o conceito de zona erógena. Entretanto algo mais é acrescentado quando, ao referir-se às zonas erógenas abandonadas, antecipa futuros conceitos, das fases sexuais do desenvolvimento e das pulsões parciais. O conceito de angústia liga-se ainda à libido sexual insatisfeita, especialmente à libido proveniente das zonas erógenas abandonadas, como foi sua formulação até 1926 quando conceituou sua segunda teoria da angústia. No ciclo desta diferenciação e limitação, “... *residiria o progresso da cultura, do desenvolvimento da moral e do indivíduo ...*”, propostas essas desenvolvidas em seus trabalhos culturais (Freud, 1912-13, 1927c, 1930a, 1939a).

Conclusão

As cartas de Sigmund Freud são um tesouro inesgotável de idéias sobre a metapsicologia psicanalítica. Desde suas origens até expressões conceituais mais elaboradas, caberia um estudo mais detalhado das mesmas, com o intuito de relacioná-las à sua obra e à psicanálise contemporânea. Muitas outras reflexões poderiam ser desenvolvidas a partir das cartas 46 e 52. Procurei enfocar apenas o que me pareceu mais chamativo, portanto, desde já, um ângulo de observação bastante incompleto. Se o objetivo a ser alcançado foi estimular um estudo mais acurado dessas obras um tanto quanto “desligadas”, com o fim de “ligá-las”, incorporá-las ao estudo contemporâneo da psicanálise, sentir-me-ei recompensado. □

Summary

The letters 46 and 52 to Fliess are part of a set of documents which shows the beginning of Freud's psychoanalytic reflection. The author tries to relate them to





future development of the Freudian and psychoanalytic theory, like the primary repression, instinct, psychic stratification, always considering the fact of being papers which begin the study of psychoanalysis.

Referências

- ABRAHAM, K. (1924). Breve estudo do desenvolvimento da libido visto à luz das perturbações mentais. In: *Teoria psicanalítica da libido*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.
- FREUD, S. (1891). La afasia. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1973.
- . (1895d). Estudios sobre la histeria. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.2. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- . (1900a). La interpretación de los sueños. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.1. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- . (1905d). Tres ensayos de teoría sexual. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.7. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- . (1911b). Formulas sobre los dos principios del acontecer psíquico. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.12. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- . (1912-13). Totem y tabú. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.13. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- . (1914c). Introducción del narcisismo. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.14. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- . (1915c). Pulsiones y destino de pulsión. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.14. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- . (1915d). La represión. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.14. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- . (1915e). Lo inconciente. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.14. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- . (1916-17). Conferencias de introducción al psicoanálisis. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.15-16. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- . (1918b). De la historia de una neurosis infantil. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.17. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- . (1919e). Pegan a un niño. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1988. v.17.
- . (1919h). Lo ominoso. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.17. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- . (1920g). Mas allá del principio de placer. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.18. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- . (1923b). El yo y el ello. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.19. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- . (1924c). El problema económico del masoquismo. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.19. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- . (1925a). Nota sobre la pizarra mágica. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.19. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.





As cartas 46 e 52 de Freud a Fliess: significado para a obra freudiana e a psicanálise contemporânea

- _____. (1925b). A negativa. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.19. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- _____. (1926d). Inibición, síntoma y angustia. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.20. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- _____. (1927c). El porvenir de una ilusión. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.21. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- _____. (1930a). El malestar en la cultura. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.21. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- Freud, S. (1933a). Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.22. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- _____. (1939a). Moisés y la religión monoteísta. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.23. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- _____. (1940a). Esquema de psicoanálisis. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.23. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- _____. (1941f). Conclusiones, ideas, problemas. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.23. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- _____. (1950a). Carta 39 a W. Fliess. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.1. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- _____. (1950a). Carta 46 a W. Fliess. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.1. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- _____. (1950a). Carta 52 a W. Fliess. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.1. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- _____. (1950a[1895]). Proyecto de psicología. In: Freud, Sigmund. *Obras completas*, v.4-5. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- _____. (1985[1915]). *Neuroses de transferência: uma síntese*. Rio de Janeiro: Imago, 1985.
- GREEN, A. (1993). *El trabajo de lo negativo*. Buenos Aires: Amorrortu, 1995.
- HYPOLITE, J. Comentario falado sobre a “Verneinung” de Freud. In: *Ensaio de psicanálise e filosofia*. Rio de Janeiro: Taurus-Timbre, 1989.
- MACHADO, R. (1993). Neurose atual (*Aktualneurosen*). *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, v.15, n.3, p.200-5, 1993.
- _____. (1999). *O Projeto de Freud (1ª parte) diante de uma lente contemporânea*. Trabalho publicado na Revista da SPPA, v. VI, n.1, p.53-74, 1999.
- MACHADO, R. & OUTEIRAL, J.O. (1998). *Freud e Winnicott: algumas divagações sobre “Die Verneinung” (negação) e o espaço transicional*. Trabalho não publicado.
- MALDAVSKY, D. (1986). *Estructuras narcisistas: constitución y transformaciones*. Buenos Aires: Amorrortu, 1986.
- MELTZER, D. et alii (1973). *Exploración de autismo*. Buenos Aires: Paidós, 1975.
- STENGEL, E. (1973). *Introducción al trabajo de S. Freud: La afasia*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1973.

Roaldo Naumann Machado

Praça Dom Feliciano, 78/705
90020-160 – Porto Alegre – RS – Brasil

© Revista de Psicanálise – SPPA





Atenção montador
a página **260** é branca





Espaço mental e pacientes borderline: considerações em torno da evolução de um caso

Cristina Fabião, Braga – Portugal*

Este trabalho discorre sobre a separação primitiva em relação ao objeto e sobre as vicissitudes e transformações que podem ocorrer no espaço mental de pacientes borderline, nos quais falha a elaboração dessa separação. Partindo de material clínico de uma paciente borderline que tinha sido dependente de heroína, a autora procura mostrar a natureza e conteúdos do espaço interno, bem como a sua evolução no decurso do processo analítico. É abordada a questão da capacidade para representar em relação com a natureza do espaço interno e com a capacidade negativa. As identificações e a realidade edipiana são ilustradas e discutidas através do material clínico, principalmente partindo dos sonhos da paciente.

* Membro Associado da Sociedade Portuguesa de Psicanálise.





Cristina Fabião

Pensamentos e sentimentos, como os exércitos, precisam de sítio para manobrar, e o local de manobra pode determinar a batalha.(...) O ser humano existe e pensa em termos espaciais.(...) O espaço torna-se o contexto e a perspectiva para o pensamento.

Grotstein, J.S. (1978). Inner space: its contents and coordinates.

Int. J. Psychoanal. 59, 55.

O sentimento interno de ter um espaço próprio, de ocupar/ter um lugar, é um sentimento básico no estabelecimento da identidade. Muito se pode inferir, em termos psicopatológicos, da forma como um paciente ocupa o espaço, ou usa o corpo, ou ainda a folha de papel de que dispõe para se expressar, modos esses afins no sentido de traduzir ou comunicar o estado e a natureza do espaço interno.

Questões teóricas complexas e problemas técnicos igualmente difíceis colocam-se no tratamento de pacientes em que o espaço interno está patologicamente alterado e/ou ocupado por determinado tipo de objetos (Bodner, 1997, p.8.), ou ainda ativamente mantido como um espaço bidimensional ou unidimensional (Meltzer, 1985, p.97-98).

Essa atividade visa impedir a tridimensionalização do espaço interno (Thomas, O.H., "On potential space", *Int. J. Psychoanal.*, 1985:66,129), ou a existência da função analisante da personalidade, impedir a existência de um vértice de observação em relação ao mundo interno, ou o habitual trânsito dos protopensamentos até a existência de um aparelho para pensar.

O processo terapêutico a se iniciar com o paciente não tem, então, como objetivo de primeira linha possibilitar o insight, mas permitir a criação sustentada de um espaço interno onde não sejam permanentemente destruídas as ferramentas para o trabalho do sonho, do pensamento, onde seja possível tolerar a aquisição de significados. Para que numa análise possa haver significações ocultas a desvelar, é necessário que exista, no paciente em causa, um espaço do domínio das significações, ocupado por imagens e significados elementares, entretanto recalcados no sentido freudiano. No entanto, em alguns doentes que procuram um analista, não se encontra com facilidade, no início do processo, um espaço que possa ser habitat para um mundo psíquico à procura de condições de existência e de expansão (Bion, 1982, p.125). Não existe, de início, espaço para a não-coisa, estando a capacidade negativa bloqueada pela forma concreta e positiva como são experienciadas as emoções ligadas à ausência do seio (Isaacs, 1992, 101), ficando o mundo interno povoado de objetos concretos, de coisas em si. Quando a ausência do seio não pode ser tolerada e percebida como uma não-coisa, por não haver continente para a dor mental que esse pro-





cesso implica, existe na personalidade uma luta ativa contra tudo o que possa dar notícias dessa ausência e adotam-se soluções que alteram os equipamentos que, em nível psíquico, podem fornecer sinais sobre esse fato primordial.

Essa atividade da área psicótica da personalidade implica a alteração do sistema perceptivo. Ocasiona “*transformações mentais onipotentes e ilusórias: estados mentais maníacos, dependência de drogas ou retirada masturbatória que subjazem à catástrofe mental*” (Di Masi, 2000, p.11).

Tais situações clínicas colocam sempre a questão da analisabilidade, mesmo quando a análise não é entendida como sinônimo de cura, mas como meio de apoiar o contato do paciente com a realidade. Mesmo que, como referem alguns autores, a analisabilidade não possa ser sopesada sem a avaliação concomitante da disponibilidade/capacidade da mente do analista para conter determinado tipo de casos (Ferro, 1998, p.30).

“*A psicose pode ser vista como uma forma destrutiva de lidar com a dor mental*” (Di Masi, 2000, p.11). Quando as sensações/emoções primitivas experimentadas na ausência do seio não encontram um objeto disponível capaz de contê-las e transformá-las, conferindo-lhes uma natureza suportável, o estado mental que se instala é o resultado da retirada de existência dessa experiência da ausência e a retirada de existência do objeto que a ocasiona. Esse objeto (o seio) passa a não ter, internamente, nenhuma característica, nenhuma duração (no tempo), nenhuma posição (no espaço).

Bion refere que esse estado não é estático e que existe uma força que continua a exercer-se depois de o objeto ter sido aniquilado, a qual lhe destrói a existência, o tempo e o espaço (...) Essa força é dominada pela intenção invejosa de possuir tudo o que possuem os objetos existentes, incluindo a sua existência (Bion, 1982, p.117).

Nas condições delineadas acima, de impossibilidade de transformação dos estados sensoriais/emocionais relacionados com a separação do seio, observamos clinicamente as crianças incontidas, que não param de chorar até a exaustão, as crianças que atravessam a infância não adormecendo senão agarradas a uma parte do corpo de alguém, as crianças que desencadeiam alguns tipos de doença que concorrem para uma permanente monitorização do seu estado clínico e, portanto, nunca se deixam sós, sobretudo ao adormecer, as crianças que não toleram a saída do quarto dos pais, de junto da mãe, sinais de incapacidade séria para o contato com os outros, a socialização, a menos que estejam na presença do objeto securizante.

Pretendo assinalar e ilustrar a procura obstinada e desesperada que, nessas situações, é feita pela parte onipotente da personalidade, para, paralelamente à negação da existência do objeto real, que frustra, afirmar a existência, na realidade, de um objeto substituto, de uma mãe idealmente compreensiva, capaz de engendrar um sen-





Cristina Fabião

timento permanente de bem-estar (Bion, 1982, p.75).

Na análise desses pacientes, o analista é poderosamente solicitado, pela identificação projetiva, a ser, na realidade, essa mãe idealmente compreensiva, que mantenha a ilusão de uma situação de não contato com a realidade da separação e da ausência do objeto. O paciente começa a análise propondo-se viver para o analista, dentro do seu mundo interno, muitas vezes rondando e permanecendo grandes períodos do dia no espaço físico em torno do consultório. Esse movimento compreende, para o paciente, a contrapartida de que o analista vive para ele, só pensa nele, de que o analista aceita, na realidade, ser encerrado e aprisionado nessa função de subtrair o paciente ao contato com o não-seio e as emoções a ele ligadas.

Essa convicção não se mantém sem o recurso a estados de alucinação, que servem para excluir o contato com o presente, durante o qual o paciente poderia ter a percepção de que não está acompanhado pelo analista, ou está acompanhado por um analista não totalmente gratificante, duas experiências que, nesses casos, se equivalem, porque transmitem ao paciente a impressão de que o seio próximo da perfeição foi destruído.

Trata-se daqueles pacientes que conseguem quebrar a relação com a realidade presente através de um estado de gratificação alucinatória, no qual se crêem em contato físico com o analista idealizado, quando esse está ausente, assim como conseguem quebrar a relação com o analista presente durante a sessão. O analista presente é acusado e recriminado pela óbvia distância em que se encontra do analista perfeitamente compreensivo. Essa solução para conseguir negar a existência da realidade do outro como objeto presente e objeto ausente implica a degradação progressiva do aparelho perceptivo e bloqueia o contato com o não-seio que, então, não se distingue das emoções violentas e apaixonadas, das sensações físicas que esses pacientes experimentam, de uma forma concreta, na ausência do objeto (Bion, 1982, p.141; Isaacs, 1992, p.100).

Quando se apresenta, na situação analítica, uma circunstância que logra alcançar o self, que permanece em estado alucinatório, e comunicar a impressão de que o analista tem uma vida própria com outros objetos de relação, que tem uma mente própria para além do espaço interno disponível para o paciente e da dedicação demonstrada em relação a ele, de que, para além do “espaço” que o paciente ocupa no interior do analista, há outros espaços ocupados por outros objetos, a relação transferencial-contratransferencial torna-se palco de uma grande violência e turbulência mentais, podendo considerar-se várias hipóteses de resolução de uma tal situação.

Nessa circunstância, o self onipotente, com a natureza que apresenta nos casos a que nos referimos, desencadeará muito provavelmente um ataque dirigido não só contra a situação edipiana, mas contra a pré-concepção edipiana, degradando o





aparelho que poderia tornar inteligível a relação com os pais (Bion, 1982, p.72). Dessa forma, a evolução depende da capacidade do analista para conter tanto os ataques da parte mais violenta e primitiva do paciente à integridade do aparelho mental do próprio analista, transformando-os em tempo útil, quanto as emoções que suscitam em si próprio, de modo que possam ser prevenidos actings graves por parte do analista.

Nos casos em que esse ataque ao aparelho de pensar do paciente e do analista é mais insidioso, é muito importante o grau de autonomia do self (que pode ouvir o analista e considerar as suas palavras não como coisas em si) em relação à organização tirânica que procura confundir, destruir as novas aquisições decorrentes do trabalho analítico, sem que, em espaço algum, o paciente possa ter a consciência da destruição que ele está efetuando em relação aos objetos que povoam e começam a estruturar o espaço mental.

Caso clínico

Apresento, a seguir, material clínico de um caso, o da sra F.

Quando vem procurar-me, está há alguns anos sem consumir heroína, embora recorra regularmente ao álcool. Nas entrevistas iniciais comunica um grande mal-estar em relação à mãe, ao qual chama culpa e que atribui ao fato de a ter julgado mal e também de estar muito afastada dela.

Após o seu nascimento, a mãe adoeceu gravemente durante meses com uma depressão pós-parto, e aos três anos teve outra irmã (A). Tornou-se a protegida de uma prima do pai, a prima R., solteira, sem cujo contato físico não adormecia. Prometeram-se repetidamente, uma à outra, viverem para sempre só as duas, sem mais ninguém.

Nas primeiras sessões, queixava-se continuamente de que não era vista, “não lhe prestavam atenção” e “não tinha lugar”. No entanto, verificou-se que, quando em relações não diádicas, o seu primeiro impulso, muitas vezes consumado, era fugir, esconder-se, puxar a cadeira para trás. Mas isso só se pôde saber depois de um período em que a paciente foi, pouco a pouco, abandonando o consumo dos tóxicos para poder permanecer sem fugir, em contato físico com o lugar, para poder sair de casa.

Nos primeiros tempos da análise, sobretudo através de sonhos, a paciente expressa a surpresa sentida diante de uma fala que parece criar objetos antes inexistentes (invisíveis), mas que, simultaneamente, podem queimar/doer. Assim, em um dos sonhos, aparece pela primeira vez “a menina vadia”, que vagueia como uma mendiga pelas ruas, num envolvimento ruidoso, maníaco e feérico, mas com uma nota interes-





Cristina Fabião

sante: existe no sonho uma luz que, ao ser projetada, cria, ela própria, os objetos (uma taça, um martelo, um tridente), deixando a menina maravilhada... Porém, quando a luz recai na mão de um homem, ele diz: “Isto queima!”

Passado pouco tempo, relata um outro sonho em que, estando numa casa que habitara na infância com a irmã A, entra num quarto escuro cuja persiana não consegue abrir e chama a mãe. A fita da persiana tinha um nó que já não existe quando é a mãe que a puxa. E o quarto ilumina-se. Noutro contexto alguém fala numa amiga que “está muito mal, está alcoólica”. A sra. F sente que é a hora da sessão. No dia seguinte, já acordada, descobre que o quarto escuro era o da prima R... “e que a minha mãe vem iluminar”.

A relação terapêutica é aqui claramente percebida como a oportunidade de uma companhia para entrar no quarto escuro da relação enlouquecedora, com objetos internos e externos.

A) Em busca de imagens e formas que contenham e transformem o terror sem nome

A paciente comunica que sente que vai iniciar um período semelhante a outros seus conhecidos em que sonha com “coisas animais”. Esse pressentimento vai se confirmar. Anda agitada, sempre sob ameaça de que “vai acontecer alguma coisa má: é uma coisa física, eu posso senti-la aqui” (entendo que no peito). Nesse período, as sessões servem para a evacuação de relatos e emoções relativos a discussões que ocorrem com o companheiro.

Procura com muita frequência um pretexto para desencadear uma discussão tumultuosa que se prolonga, às vezes, pela noite adentro. Gradativamente compreendendo que o objetivo é embarcar num crescendo de palavras e ações destrutivas (durante as quais parte objetos), dirigidos em última análise aos objetos internos, para se desfazer da raiva/ameaça /coisa física impossível de conter nesse nível tão elevado de material não transformado e impossível de transformar: “Há uma parte de mim que está fechada que *quer pôr tudo fora*. Eu sei que não posso continuar assim, tomar mais comprimidos. Pensei cortar os pulsos, não cortei. Peguei numa faca, vai me levar a caminhos ruins. Só que o outro caminho é muito mais difícil e doloroso que o que eu esperava, não o alcanço. Quando parece que já dei um passo, afinal estou na mesma.”





B) A atividade onírica como criadora do espaço interno

“A procura e a descoberta de elementos percebidos no espaço fazem parte integrante da operação pela qual a realidade (...) adquire significação” (Bion, 1982, p.122).

Graças sobretudo aos sonhos é que a área não psicótica da personalidade se foi apresentando, expandindo, afirmando, ganhando e definindo um espaço. Também devido aos sonhos, em particular, é que a sra. F foi comunicando o modo como uma parte do self atuava para destruir os objetos mentais existentes, para destruir o sentido do espaço e do tempo. Através da atividade onírica, da procura de sentido para as imagens, do encontro de narrativas elementares no espaço analítico (Ferro, 1998, p.110), foi-se construindo um espaço mental periclitante e ameaçado até então e que durante bastante tempo ainda permaneceu ameaçado, sobretudo sob a forma de actings que visavam expulsar os novos objetos mentais juntamente com as partes do self que poderiam promover a tolerância à sua existência.

A sra. F relata um sonho que tivera havia anos (mas que só depois situa no tempo): aparece-lhe “a Isabel, madrastra de uma amiga de infância. Não pode ser: a Isabel está morta,” diz para si, surpresa. No sonho a Isabel respondia: “Não sabia? Morri, mas estou aqui!” “Eu estava impressionadíssima...” Interpreto dizendo-lhe que a mãe que ela, na infância, sentia como madrastra e julgava morta afinal estava viva dentro dela. A paciente responde: “Acha que é?...Ah! Esse sonho foi quando eu tentava deixar a heroína; a minha mãe recebeu-me em casa. Tinha outra vez a minha mãe.”

I. A experiência da ausência (não-seio): esboços da distinção entre representações do objeto e sensações/emoções vividas na ausência

Numa das últimas sessões antes da primeira interrupção para férias de verão, ela traz o seguinte sonho: “Estava na casa dos meus pais à porta. Bati. Veio uma pessoa com um cão muito grande que ladrou para mim. Meu Deus, vai soltar o cão! Lá no fundo vi a minha mãe. O cão soltou-se. Pensei: eu vou fugir para a minha mãe. Foi por que estava lá no fundo a minha mãe, que uma coisa má não me fez mal? Por que eu tive a imagem da minha mãe lá no fundo?”

Existe um elemento onírico, uma imagem/continente que contém a experiência emocional feita com um seio que securiza e alimenta e que estrutura, ainda que debilmente, a travessia interna através dos maus objetos e dos elementos beta, não





Cristina Fabião

transformados, que ameaçam “atacar” durante a separação. Interpreto-o nesse sentido, mas a paciente replica: “Pois é, mas um lado meu destrói essa imagem”.

O cão ou a “coisa animalesca” (concreta, positiva) e a imagem que essa coisa não deixava ver/alcançar no fundo (essa representação no espaço negativo da não-coisa) deixam de coincidir. É possível, no fundo, um espaço vazio, disponível para a representação, que não está bloqueado pelas sensações/emoções concretas e ameaçadoras ligadas à não-coisa (o cão que ameaça atacar). O fato de essas duas realidades se distanciarem no espaço mental, não coincidirem num ponto e ser criado um “lá” mais ao fundo, um cenário (um continente), é um progresso no sentido da tridimensionalização do mundo mental. Esse fato está relacionado com a possibilidade da percepção da passagem do tempo e da existência de um futuro “lá no fundo” que trará a analista de volta. Começa a existir um espaço para a realização negativa, onde se aloja uma imagem do seio. Mas é justamente a representação interna do seio que a paciente comunica que é atacada. Muito mais tarde na análise, relatará que alguma coisa dentro dela lhe dizia, de cada vez que se sentia identificada internamente com a função continente da analista: “Tu não és essa!”, sugerindo-lhe que a sra. F só era verdadeiramente ela própria, quando estava “estragando e destruindo” essas imagens. “Ultimamente, quando começo a destruir coisas, há assim uma coisa dentro de mim a dizer: és tu que estás fazendo isto, ninguém te está fazendo nada.”

Depois da interrupção para férias, traz um sonho que parece conter o anúncio da possibilidade de salvaguardar a parte “nova” da personalidade, um espaço onde podem encontrar-se significados e onde esses podem ser mantidos ao abrigo da invasão e da proliferação dos elementos não transformados, do terror sem nome. No sonho, a mãe diz ao irmão, que se sentia triste porque “os bichos estavam comendo as coisas dele”: “Não faz mal, desde que o bicho fique nas coisas velhas; não pode é passar para as coisas novas”.

II. A separação do objeto e o Édipo precoce

Durante os primeiros anos de análise e em consonância com material já apresentado acima, os sonhos da sra. F vão mostrar repetidamente a alteração que se opera no seu espaço interno, cada vez que é colocada em contato com a realidade edipiana: fica sujeita ao mundo de terror das “coisas em si” (“cobras” ou “aranhas” que a envolvem, que começam a crescer-lhe no lugar dos braços, “feridas horrendas” que lhe aparecem na pele, no rosto e se alastram vertiginosamente, ameaçando cobri-la por completo), patenteando o ataque destrutivo desferido contra a barreira de contato, os objetos internos que vão “nascendo” e povoando uma área mental que come-





ça a ser mais segura. “Queria ir às compras com a minha mãe; ninguém me ligava. Fui ter com uma amiga; estávamos bem dispostas. De repente apareceu o meu irmão. De repente, na piscina vi uma coisa a ondular. Era a ondulação de uma cobra, a piscina estava cheia de cobras invisíveis! Pronto, lá vinham outra vez as cobras!”

Com a ruptura do envolvimento que a atenção exclusiva do objeto primário implica (apareceu o irmão), rompe-se a débil barreira que a protege da invasão dos objetos ameaçadores, das coisas em si, que não se distinguem da sua representação. A entidade que desfere esses ataques, o self onipotente, voraz, invejoso, esse acaba por “ser visto”, narrado e contido através de sonhos e do trabalho elaborativo em torno dos sonhos. Nesses, habitualmente, encontra-se na casa da sua infância e, à mínima frustração, vê indícios que apontam para o perigo da desorganização do espaço. Os quartos, afinal, não estão no sítio habitual, as paredes deformam-se, os tetos ameaçam aproximar-se do chão. Esse ataque ao sentimento do espaço interno que começa a existir é levado a cabo num inconfundível ambiente de festa maníaca e triunfal, onde pontificam figuras da infância com as quais a parte mais destrutiva do self se identifica. Num dos sonhos, porém, faz o percurso pelas várias divisões da “casa ao contrário”, irritada, dizendo alto que as coisas não estão no lugar e, embora não encontre o seu quarto, que procurava, ameaça o representante desse self maníaco, figura muito poderosa no mundo infantil, dizendo-lhe que vai contar à analista.

Em certas fases da análise, impressionava-me muito a intrusão de um corpo (a imagem onírica de um corpo) – vegetal ? animal ? fetal? – no espaço que ele próprio criava pela sua intrusão. Essa imagem, às vezes ameaçadora, outras vezes estranha, que reclamava voz, depois palavra, reclamava a condição de humano. Após uma curta interrupção no trabalho da análise, traz o seguinte sonho: “Eu estava numa sala, havia uma estante com livros. Havia camas também, eu estava deitada. Ao lado, alguém estava noutra cama. Mas eu olhei, e havia um bife muito grande! Pensei: vou picá-lo para ele ficar mais tenro. Mas ele tinha uma parte muito dura. Dei-lhe um golpe fundo. Havia lá dentro uma coisa branca, uma veia, afinal estava vivo. Transformou-se numa pessoa toda feita dessa carne. A cabeça estava aberta, via-se dentro. Eu me senti enojada. Era uma pessoa se mexendo, saía-lhe uma película do corpo que ela deitou fora e ficou uma pessoa normal. Mas de um lado da cara estava tudo aberto, e se via, dentro, o branco. Eu fiquei horrorizada! Mas era uma pessoa minha, com quem eu tinha que estar. Disse: olha para mim! Mas eu não conseguia olhar. Uma pessoa veio-lhe fazer um carinho, um beijo. Quem tinha que fazer isso era eu, mas não consegui. Me levantei, mas aquela pessoa – que horror! – veio atrás de mim. Eu tinha que estar ali, mas não conseguia!”

A existência de “outra cama” faz emergir o self que tem sido tratado apenas como carne, mas que quer nascer, ser “pessoa normal”, ainda que com a “cabeça





Cristina Fabião

aberta”. Comento que a ferida do nascimento costuma ser no umbigo, mas que é na cabeça/mente dela que ainda está aberta a ferida da separação: “Engraçado que não acordei aterrorizada. Voltei a ver aquelas imagens. Tenho a sensação que tenho que me despir daquelas coisas que não deixam o meu corpo se mexer. Fui ao banco. Dei as minhas voltas todas e fiz isso sem tomar nada. Antes era o que eu fazia.”

Como se ilustra acima, a paciente lograr atingir uma representação interna do self sentida como mais autêntica, que integre realidades internas até então impensadas, ou clivadas e alienadas por identificação projetiva noutros objetos, tem efeitos marcantes no sentimento de si própria, na identidade.

Durante muito tempo, ao longo do processo analítico, não me era possível tomar consciência da realidade edipiana como estando na origem de ataques à função alfa e ao aparelho de pensar da paciente. Não me era possível fazê-lo durante a sessão. Só fora dela é que eu podia compreender e “ver” o Édipo precoce como o desencadeador de um processo interno extremamente destrutivo das funções mais amadurecidas da personalidade da sra. F. Provavelmente o self onipotente conseguia por identificação projetiva uma aliança secreta com os objetos imaturos e narcisistas da analista, ao ponto de cegá-la e impedi-la de “ver” e compreender que não podia fazer à paciente as mesmas promessas trocadas com a prima R: que viveríamos as duas sozinhas, sem mais ninguém..., levando-a, numa palavra, a não “ver” a existência da realidade edipiana.

III. Espaço mental e identificação com a função continente (Dias e Fleming, 1994, p.11 e 12)

Escolhi um sonho para ilustrar as mudanças operadas no espaço interno, nos objetos internos, na forma como esses objetos se relacionam entre si, na identificação com a função continente da analista.

O sonho, relatado na última sessão antes de um interrupção para férias de verão, acontece no quinto ano de análise. A paciente vinha de muitas formas comunicando o medo que sentia por ter que se encarregar, durante as férias, de um “bebê muito pesado”, “que não sabia como a mãe conseguia pegar nele”, ou de “uma menina que queria histórias, mas não queria lê-las, queria que lhe lessem as histórias”. Comunica também a enorme irritação sentida em relação a esses personagens, irritação que vinha sendo interpretada como sinal do self invejoso que não tolera pensar que ela poderá não conseguir cuidar da F bebê e da F menina-que-quer-histórias, exatamente como a analista a trata, quando em presença dela: “Eu hoje tive muitos sonhos e todos eram com pessoas muito agitadas à minha volta, os meus vizinhos





numa festa. Preparavam umas seringas, se injetavam. Eu os avisei que isso era ruim, mas eles, meio eufóricos, não ligavam ao que eu dizia. Depois, no liceu, estudantes partiam vidros, atiravam coisas pelo ar. Eu passava, eu era uma passante que olhava para aquilo tudo. Tentava encontrar pessoas com quem falar, e era tanta gente na festa que eu não percebia. Achava que era um exagero aquela festa. Depois, havia uma piscina; a água estava muito suja. Atiravam-se lá para dentro e tentaram puxar-me, mas eu não fui. Depois, eu percebi que aquilo tudo era um sonho e acordei dentro do sonho. Mas, meia aflita, me lembrei de si. Vim aqui correndo, contei-lhe o sonho e fui embora, já muito mais aliviada. Fui para casa. Havia uma festa em minha casa e trocavam prendas. Minha irmã mais velha dava prendas tão bonitas! Eu também queria aquelas prendas. Depois olhei, e a filha dela estava muito triste: tinha morrido uma amiga dela. Eu queria consolá-la e a abracei, para ver se ela se sentia melhor. Acordei com um bocadinho de tristeza por causa da minha sobrinha e pensei que não consegui lhe falar, mas pensei: pelo menos consegui abraçá-la e fiquei com ela.” Após um comentário meu, referindo-me empaticamente à dificuldade em explicar à sobrinha que a amiga não morreria, mas iria voltar na data em que recomeçariam as sessões, a paciente acrescenta: “A minha sobrinha me disse assim: tu não percebes que a minha melhor amiga morreu; eu queria lhe dizer qualquer coisa, mas não saía nada.” Realmente a paciente estava comunicando que a analista “não percebe” que existe ainda dentro dela a crença de que a melhor amizade é a de um objeto onipotentemente submetido e aprisionado, que não dá prendas a mais ninguém. Mas agora essa parte do self é representada estando, de alguma forma, em contato e parece triste. Pode-se “estar ali com ela”, “abraçar-se”. No final da sessão, refere: “Realmente, eu quando a abracei, me senti melhor. Quase que estava abraçando a mim mesma, me consolando..., mas há qualquer coisa que me diz que isso não serve de nada”.

Nesse sonho, a paciente pode ser “uma passante”, uma observadora do que se passa no mundo interno, podendo recusar propostas do self maníaco que pretende confundir-la e intoxicá-la. No espaço interno, o contato com o seio analítico permite a identificação com um continente que transforma os vizinhos tóxico-dependentes maníacos e eufóricos na sobrinha triste que sente a dor da morte da amiga. Simultaneamente existe o self que destrói o valor emocional do vínculo criado com a filha/sobrinha inconsolável e incompreendida.

“Uma boa análise deve ser capaz de explorar todos os aspectos do inconsciente que estão a operar simultaneamente. Entendo, portanto, que devemos sempre identificar a área principal do inconsciente especificamente implicada no distúrbio e no tipo de comunicação analítica” (Di Masi, 2000, p.9). Creio que esse é o desafio que o caso que apresentei coloca, sobretudo no que se refere ao estado, natureza e





Cristina Fabião

evolução do espaço mental e, logo, da capacidade de pensar e funções integrativas da personalidade.

Para além de se exigir familiaridade com as teorias utilizadas em psicanálise, é necessário flexibilidade ao nível da escuta e flexibilidade que permita a aplicação da técnica adequada decorrente da apreensão, em cada momento, de qual é “*o inconsciente a que nos dirigimos*” (Di Masi, 2000, p.9), de qual é a natureza do espaço mental que temos perante nós. □

Summary

This work is about the primitive separation from the object and about the processes and transformations that may occur in borderline patient's mental space, who fail to elaborate that separation.

With clinical material, from a borderline patient that had been a heroin addict, the author intends to show the nature and contents of inner space, as well as its evolution during the analytical process. It is discussed the capacity to representation in relation to inner space nature and to negative capacity.

Identifications and Oedipus reality are illustrated and discussed through clinical material, mainly patient's dreams.

Referências

- BICK, E. (1968). The experience of the skin in early object-relations. *Int. J. Psycho-anal.*, 49, 484-486
- BION, W.R. (1982). *Transformations. Passage de l'apprentissage à la croissance*. Paris: P.U.F. (Edição francesa de *Transformations. Changing from learning to Growth*.. London: William Heinemann, Medical Books, 1965).
- BODNER, G., (1997). Relación analítica y espacio mental. *Temas de Psicoanálisis*, Vol.II: 7-19.
- DIAS, A.; FLEMING, M. (1994). La fonction contenante de l'analyste. *Bulletin de la Société Psychanalytique de Paris*. nº31.
- DI MASI, F., (2000). The unconscious and psychosis. Some considerations on the psychoanalytic theory of psychosis. *The Int. J. of Psychoanal.*, 81:1-20.
- FERRO, A. (1998). *Na sala de análise*. Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, S. (1911). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. *Obras completas*. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- GRINBERG, L. y GRINBERG, R. (1993). *Identidad y Cambio*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 2ª ed.
- GROTSTEIN, J.S. (1978). Inner space: its contents and coordinates. *Int. J. Psychoanal.*, 59, 55.
- ISAACS, S. (1992). Nature et fonction du phantasme. In : *Développements de la psychanalyse*. Paris: P.U.F. Edição francesa de The Nature and function of phantasy. *Int. J. Psychoanal.*, 29(11).1948.

272 □ Revista de Psicanálise, Vol. VIII, Nº 2, agosto 2001





Espaço mental e pacientes borderline: considerações em torno da evolução de um caso

MELTZER, D., Scolmati, A. S. (1985) La maladie psychotique dans la petite enfance. In : *Lieu de l'enfance* nº3, p.97-98.

OGDEN, Th. (1985). On potential space. *Int. J. Psychoanal.*, 66, 129.

ROSENFELD, H. (1988) *Impasse e interpretação*. Rio de Janeiro: Imago. (Original: *Impass and Interpretation*. London: The new library of psychoanalysis, 1987).

Cristina Fabião

Largo de São Paulo, 13 – E4

4700 – Braga – Portugal

E-mail: cristinafabiao@hotmail.com

© Revista de Psicanálise – SPPA





Atenção montador

a página **274** é branca





Comunicação Breve





Atenção montador

a página **276** é branca





Psicanálise e complexidade*

Luiz Ernesto Pellanda**, Porto Alegre

A ciência é uma só. A questão central, hoje, é o enfrentamento complexidade versus reducionismo, no qual a psicanálise tem contribuído mais do que ela própria registra. Freud, apesar de si mesmo, rompe com o cartesianismo ao demonstrar a multicausalidade das neuroses. Bion e Matte-Blanco pavimentam essa mudança de paradigma, ao postularem a “reverie” como fundante de vida mental e a “Bi-lógica” como expressão do inconsciente.

Demonstrado que não se transmite conhecimento (mas o aprendizado é obrigatório), qual a ação terapêutica da psicanálise? Esta questão proposta por Strachey em 1934 está longe de encerrada. Proponho que somos partícipes de um processo de maturação que ocorre simultaneamente no analisando e em nós, sendo cada análise, na verdade, duas auto-análises correndo simultaneamente. Ou seja, trata-se de uma co-autoria, como o amor ou a vida.

* Este texto é o desdobramento de um *poster* aceito para exposição no Congresso de Nice. Seu conteúdo resultou denso, visto que cada uma de suas frases deveria ser multiplicada por dez ou mais. Não se trata, portanto, de um *paper* tradicional com a exposição de uma tese desenvolvida e concluída, mas de propostas para estudo e debate. O autor busca, assim, estabelecer um diálogo com os colegas que, porventura, estiverem interessados no tema.

** Membro Efetivo da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.





A ciência é uma só, e as divisões que usamos são todas artificiais e provisórias, estabelecidas tão somente por razões práticas ou didáticas. A questão que se põe hoje é *complexidade* versus *reducionismo*, e nisto a psicanálise tem contribuído muito mais do que ela própria o registra. A rigor, penso que a psicanálise não só é a primeira ciência da complexidade, como a que mais se aproxima deste conceito segundo o propõe Morin.

Quando Freud demonstra a multicausalidade das neuroses, no sentido de que não se tratava de uma cadeia simples de causa e efeito sucessivos, mas que se deveria buscar múltiplos *complexos* (ainda que não gostasse desta palavra pelo risco de tautologia), estava rompendo com os padrões cartesianos de ordenar o conhecimento e propondo um novo paradigma, apesar de si mesmo, de suas origens no que hoje chamamos de “ciência clássica”. Por tudo o que sabemos dele, Freud se sentia um cientista, o que, para seu tempo, implicava em aderir aos postulados cartesianos. Mas “*Ele subverte de modo fecundo os princípios positivistas...*” diz Assoun (apud Japiassu, 1998) e continua:

“(...) Aliás, é nesse movimento de fidelidade aos princípios cientificistas de seu tempo e de transgressão soberana, sob a pressão de seu objeto próprio, que reside um dos segredos da força do dispositivo do saber analítico.”

Tanto Bion quanto Matte Blanco, assim como Poincaré, que inaugurou a geometria não-euclidiana com o estudo das equações não lineares, são gênios que viveram décadas antes de seu tempo e que seus coetâneos não puderam acompanhar. Quando Bion postula a “*reverie*” como fundante da vida mental, está antecipando a compreensão atual de “entidade complexa”: a que necessita mais que o entendimento das partes para perceber o todo. Quando Matte Blanco transita pela matematização do inconsciente e revela toda uma nova lógica, descobre um mundo ainda inexplorado que apenas agora começa a ser visitado e mais por profissionais de outras áreas do que por psicanalistas! São exemplos de mentes que não se intimidaram por limites pré-dados, são “*transdisciplinares*”, ou melhor, “*supradisciplinares*” em sua origem.

Se mente e corpo, interno e externo, sujeito e objeto, são inseparáveis, então é necessário repensar o que fazemos: será mesmo que “*analisamos*” alguém, no sentido de produzir uma mudança *no* outro? Temos este poder? Qual é, mesmo, o meio de ação da psicanálise? Que ela faz bem, que pessoas que se analisaram saíram dela modificados, sabemos por experiência própria. Mas o que mesmo ocorreu? Strachey chamou de “*mutativa*” aquela interpretação que provoca mudança por ser “*completa*” naquele trabalho que se tornou clássico (1934) e que reforçou o sentimento oni-





potente de estarmos “mudando” nosso analisando. Mas o tempo que passa é o melhor remédio para certas questões: hoje poucos defendem essa posição cartesiana que consideram arrogante. Sabemos então que não somos deuses que “criam” saúde em nosso analisando, senão que somos partícipes em um processo que ocorre simultaneamente nele e em nós. Para mim, análise são *duas auto-análises que evoluem lado a lado*, em que pesem as diferenças de maturidade ou experiências entre os participantes, ou talvez exatamente por elas. Digo isto baseado no princípio de que não se transmite conhecimento, confirmando Freud, que diz ser impossível ensinar, porém, ao mesmo tempo, é inegável que “o aprendizado é obrigatório”. Também aqui a contribuição de Bion com o seu postular de um instinto epistemofílico (K) é fundante. A tarefa analítica é então propiciar o espaço onde ocorre a construção de conhecimento (a “mutação”), que é simultânea e *não separável* da construção de subjetividade. O “setting”, ou como se o queira chamar, é uma propriedade emergente da relação entre os participantes do processo psicanalítico e inclui o espaço geográfico e a constância emocional do analista, mas não está limitado a isto. Jean-Luc Donnet (2001) também parece pensar assim, ao cunhar o termo “site” para abranger esse “plus” em relação a “setting”.

Se é assim mesmo, então somente esta nova ciência da complexidade pode dar conta de tentar aproximações ao entendimento do processo como um todo. De que nova ciência falo? Daquela que nos propõe Edgar Morin (1983), que conceitua complexidade como “...*tudo o que se entretetece junto*”. Ele diz:

“Os sistemas de idéias obedecem a princípios de reunião que são princípios lógicos, mas (...) por detrás dos princípios lógicos há outros ainda ocultos a que se podem chamar paradigmas. Isso é, para conhecer o conhecimento científico, é necessário conhecer essa espécie de universo que se pode chamar noosfera, com sua noologia, ou seja, o modo de organização das idéias. Bem, essa ciência noológica não existe e seria desejável inventá-la” (Morin, 19, 1983).

Não apenas a completude da informação, senão também a capacidade de ordenar o que se sabe são cruciais para evitar a mutilação do pensamento. A especialização que fragmenta o conhecimento impede a totalização, a visão integrada do conjunto. Penso a psicanálise como o protótipo dessa ciência noológica.

Antônio Damásio, em seu recente livro *O mistério da consciência*, procura discriminar “conhecimento” de “consciência” e concorda com Morin que um indivíduo unicelular já demonstra todo o conhecimento necessário a sua sobrevivência. Damásio é também o primeiro cientista de um outro campo do conhecimento que





vejo reconhecer a originalidade e adequação do conceito de “autopoiesis”, de Maturana e Varela, por primeira vez explicitado em *El árbol del conocimiento* (1984) e depois ampliado, por exemplo, em um dos capítulos de Maturana em *Psicanálise Hoje: Uma revolução do Olhar* (1996). Autopoiesis implica em reconhecer que um ser individual e seu meio são uma unidade complexa e que não é possível pensar em um sem o outro. Mais ainda, o que caracteriza o ser vivo é justamente a capacidade de construir sua própria matéria partindo das disponibilidades do meio, como forma de manter sua unidade estrutural. É a *persistência da organização* o que caracteriza o ser vivo: a cada interação com seu meio, o ser se modifica de uma forma congruente com a mudança do meio (ou morre), mas *não há imposição do meio sobre o ser*. Há relação. Não é o frio das câmaras frigoríficas que “impõe” aos ratos fazer crescer seus pelos usualmente baixos, mas a capacidade de poder fazê-lo é que permite que passem a viver neste novo “meio”.

Heráclito tinha dupla razão para dizer ser impossível entrar duas vezes no mesmo rio: não apenas o rio não é mas o mesmo, como tampouco o é quem nele entrou; este também mudou, porque possui uma nova experiência (que impõe modificações no cérebro, inclusive proteicas), mudou, porque algumas de suas células mudaram. Talvez todas, se o intervalo o permitiu, salvo os neurônios, ainda assim, modificados...

A psicanálise está mudando; um de nossos periódicos mais representativos, o *International Journal of Psychoanalysis*, não só patrocina grupos de discussão pela Internet como dá espaço para cursos de neurociências. Uma boa parte dos nossos colegas já aceitam citações de autores de outras áreas do conhecimento sem estranheza, mas um significativo grupo se aferra na questão da “pureza” analítica, temendo que nos desvirtuemos, perdendo o rumo proposto por Freud. Mas qual é mesmo esse rumo proposto? Não é exatamente de estar aberto para as contribuições científicas que nos possam enriquecer? Que muda na psicanálise com os novos achados em neurociência? Na clínica, pouco ou nada. Na maneira de explicar alguns fenômenos, talvez. E com Maturana? Aí a questão é outra: a “Teoria de Santiago”, como às vezes é chamada, postula que seres vivos e meio são inseparáveis e objeto da observação dos cientistas. O que um observador percebe depende também da estrutura do próprio observador e será sempre uma interpretação dos fatos e não os fatos em si. O sistema nervoso não possui relação direta com o exterior, salvo por seus sensores e efetores, e tudo o que existe “dentro” são padrões de associações de neurônios e não “representação” do exterior. Os cientistas, então, se dividem em dois grupos: os que partem do princípio de que há um mundo pré-dado, “lá fora”, à espera de ser representado e os que pensam que tudo é interação, reconstruído dentro de cada ser a cada momento. As consequências epistemológicas e éticas são marcantes. Se o mundo





está dado, nada há a fazer, senão acomodar-se, submeter-se. Se podemos ver de modo diferente, então podemos mudar nós e o mundo.

Uma questão final: seres humanos somos “neotênicos” (Maturana, 1966b), isto é, somos dependentes do amor pela vida inteira. Acrescento que o amor é uma co-autoria: não se ama sozinho. Então, a vida é uma co-autoria também. □

Summary

Science is single and one. The central point is “complexity” versus “reductionism”. Here psychoanalysis has much more to contribute than it has realized. Freud, albeit himself, breaks the Cartesian Paradigm by demonstrating the multicausality of neurosis. Bion, saying the “reverie” is founding for mental life, and Matte Blanco, with his “Bi-Logic” also contribute to pave the way for this shift of paradigm.

Taking by granted that “knowledge cannot be transmitted”, but learning is forceful, what is, then, the therapeutic action is psychoanalysis? This question, proposed in 1934 by Strachey, is far from answered. To my mind, we, analyst and patient, are co-participant in this maturation process that occurs simultaneously in both. So, every analysis is in effect two auto-analysis ongoing side by side. Like love or life, it is also a co-authoring.

Referências

- DAMÁSIO, A. (1999). *O Mistério da Consciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- DONNET, J-L (2001). From the Fundamental Rule to the Analysing Situation. *Int.J. Psychoanal.* (2001) 82, 129 p.135.
- JAPIASSU, H. (1998). *Psicanálise. Ciência ou Contraciência?* Rio de Janeiro: Imago.
- MATURANA, H. (1996a). Biologia da Autoconsciência. In: *Psicanálise Hoje: Uma Revolução do Olhar*. Pellanda, N. e Pellanda, L.E. Org. Petrópolis: Vozes, 1996.
- . (1966b). Biologia e Psicanálise: o Amor como interface. In: *Psicanálise Hoje: Uma Revolução do Olhar*. Pellanda, N. e Pellanda, L. E. Org. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MATURANA, H. e Varela, F. (1984). *El Árbol del Conocimiento - Las bases biológicas del entendimiento humano*. Santiago de Chile: Editorial Universitária, 7ª ed., 1990.
- MORIN, E. (1983). *O Problema Epistemológico da Complexidade*. Lisboa: Publ. Europa-América, 2ª ed, s/data.





Luiz Ernesto Pellanda

STRACHEY, J, (1934). On the nature of the therapeutic action of psychoanalysis. *Int. J. Psychoanal.* 15
127–158.

Luiz Ernesto Pellanda

Rua Maestro Pena, 90
90660-060 – Porto Alegre – RS – Brasil
E-mail: pellanda@portoweb.com.br

© Revista de Psicanálise – SPPA





Seção Especial: Bion comentado – Parte 4





Atenção montador
a página **284** é branca





A Grade, 1963

Wilfred R. Bion



* Trabalho apresentado em encontro científico na Sociedade Britânica de Psicanálise em 2 de outubro de 1963, traduzido a partir do original que consta no livro *Taming Wild Thoughts*, de 1997, publicado pela Editora Karnac, de Londres.

Revista de Psicanálise, Vol. VIII, Nº 2, agosto 2001 □ 285





Este artigo visa a introduzir um método que achei útil à reflexão dos problemas surgidos durante o curso da prática psicanalítica.

Estamos familiarizados com as ansiedades que se manifestam no decorrer do tratamento de pacientes e também com a necessidade de manejar estas ansiedades através de nós mesmos sermos analisados. Atualmente estou interessado em um destes aspectos que parece ter recebido pouca ou nenhuma atenção, ou seja, o que poderia denominar-se de ansiedade razoável, que surge quando é claramente importante resolver um problema que é, dada a sua complexidade, muito difícil de solucionar. Devido a nosso trabalho, existe uma tendência a pensar em tal ansiedade como uma contratransferência e esquecer que poderia ser apropriado procurar por uma resposta adequada para um perigo. Minha abordagem não deve ser considerada como uma insinuação de que exista uma menor necessidade para a análise pessoal do analista. O que direi deveria, na realidade, contribuir à abordagem através da análise pessoal.

Meu tema não pertence diretamente à esfera de trabalho realizado em situações analíticas, tampouco esclarece como registrar as sessões. Mesmo assim, tem uma relevância no trabalho das sessões, porque os procedimentos que estou por expor realmente auxiliam a manter a intuição do analista em treinamento, por assim dizer, e efetivamente ajudam na impressão do trabalho das sessões na memória. Talvez isto possa, mais adiante, auxiliar no desenvolvimento de um método de registro escrito análogo àqueles utilizados com deleite pelos matemáticos, que podem registrar seus achados e utilizá-los para comunicação e futuro trabalho de suas descobertas, mesmo na ausência do objeto.

O instrumento que elaborei para esta tarefa é a Grade (Figura 1). Observar-se-á que existem dois eixos, um vertical, sinalizado por A-H, e outro horizontal, que é numerado de 1, 2, 3,... até n. O eixo vertical é genético e grosseiramente dividido por fases de sofisticação. O significado está indicado genericamente pelos termos que utilizei. Estes são termos emprestados da filosofia, dentre outras áreas, mas não devem ser compreendidos a partir do significado das disciplinas de onde se originam; devem ser considerados como tendo um significado essencialmente apropriado à psicanálise.

O eixo horizontal refere-se aos “usos” pelos quais os elementos no eixo genético são colocados. Anotei os números de maneira imprecisa, similarmente à forma que utilizei para anotar os termos do eixo vertical. Quando um elemento no eixo vertical parecer ser idêntico àquele no eixo horizontal, a confusão desaparecerá, na medida em que se tiver em mente que o termo no eixo vertical pretende denotar uma fase no desenvolvimento, enquanto que, no eixo horizontal, pretende denotar o uso que é feito do elemento.





O objetivo da Grade é auxiliar o analista na categorização dos discursos (statements). Não é uma teoria, apesar de teorias psicanalíticas terem sido utilizadas para sua construção, mas a Grade tem uma condição de instrumento. Uma palavra ou duas são necessárias para explicar a utilização que dou ao meu uso do termo “discurso” (statement).

Considero o termo “discurso” (statement) como qualquer coisa desde um grunhido inarticulado até construções muito elaboradas tais como este artigo. Uma única palavra é um discurso, um gesto ou uma careta são discursos; resumindo, refere-se a qualquer evento que faça parte da comunicação entre o analista e o analisando, ou qualquer personalidade e ela própria.*

O eixo horizontal é incompleto e, por conseguinte, é dividido com as colunas assinaladas, para indicar que as séries podem ser estendidas. Se ela deve ser tão ampliada, e caso o seja, de que forma, são pontos deixados para serem determinados no curso de seu uso. As colunas existentes foram utilizadas por mim, e eu não acredito que devam ser levianamente descartadas. Elas foram concebidas de início com o que denominei de um vínculo K na mente, mas sua utilidade não está prejudicada para L e H. Devo explicar que se pretende exprimir com K o domínio do aprendizado a partir da experiência, com L o domínio do amor em todos seus aspectos e com H o domínio do ódio. Supõe-se que os domínios são sobrepostos, apesar da rigidez que os sinais podem parecer comunicar. As letras L, H e K servem para facilitar a discussão, de uma forma similar à que será descrita posteriormente, quando discutir α e β .

Pretende-se relacionar o eixo horizontal com um discurso (statement) que é constante: seu significado muda apenas devido ao fato de que sua utilização se modifica de acordo com a coluna na qual se sinta ser apropriado colocá-lo.

A Coluna 1 tem o subtítulo “hipótese definitória”. Este termo, assim como muitos outros que utilizo, não é para ser tomado como possuindo o significado que ele já tinha isoladamente e de forma inalterada. É utilizado para indicar um aspecto dos discursos (statements) que pertencem àquela categoria ou nela são colocados. Discursos (statements) para os quais esta categoria é apropriada assinalam que elementos previamente considerados como não relacionados são considerados como constantemente associados (Hume, *Hume's Enquiries*; Poincaré, *Science and Method*) e tendo coerência. Um discurso (statements) nesta coluna deveria ser considerado como tendo importância, mas não significado. O termo “gato”, neste contexto, indica que o observador ficou convencido da conjunção constante de, digamos, pêlo,

* Devido à ampla disponibilidade de palavras em português possíveis para expressar a abrangente utilização que Bion faz do vocábulo “statement”, optamos por assinalar no original cada vez que este vocábulo aparece. Optou-se por usar “discurso”, na maior parte das vezes, por ser esse termo já consagrado pelo uso (Nota dos Revisores).





Wilfred R. Bion

vida, olhos e assim por diante. Esta conjunção constante é sentida como *não* sendo alguma conjunção constante prévia (Aristóteles, *Tópicos*, VI, 4, 141, & 26 sqq.), e o discurso (statement) pretende reunir os elementos constantemente associados e também definir a área na qual os elementos associados residem; é neste aspecto que isto se assemelha ao que é habitualmente considerado ser uma hipótese definitória. O fato de que o enunciado definitório não se refere a uma conjunção anterior levanta a objeção, feita algumas vezes, de que uma definição é negativa. A reunião de uma conjunção constante e o significado que ela carrega possibilitam o próximo passo do aprendizado: a tarefa de descobrir o que “gato” significa.

A Coluna 2 serve para categorizar o “uso” com que um discurso (statement) – de qualquer tipo que possa ser e por mais falso que seja no contexto – é colocado com a intenção de impedir um outro discurso (statement) que, independente de sua veracidade no contexto, envolveria uma modificação na personalidade e em sua concepção. Utilizei arbitrariamente o símbolo Y para enfatizar a relação íntima deste “uso” com os fenômenos conhecidos pelos analistas como expressões de “resistência”.

A Coluna 3 contém as categorias de discursos (statements) utilizadas para registrar um fato. Tais discursos (statements) estão preenchendo a função descrita por Freud como notação e memória (Freud, 1911b).

A Coluna 4 representa o “uso” descrito por Freud, no mesmo artigo, como a função da atenção. O enunciado (statement) “gato” seria, então, utilizado para assegurar sensibilidade à repetição da conjunção constante. Enunciados (statements) corretamente considerados como apropriados à Coluna 4 dizem respeito às conjunções constantes que *foram* previamente experimentadas, e o “uso” representado pelas categorias da Coluna 4 difere, neste sentido, do “uso” representado pela Coluna 1.

A Coluna 5, particularmente a palavra “Édipo”, requer algumas explicações. Na medida em que ela representa um “uso” similar à Coluna 4, pode ser considerada redundante. Fico relutante em descartá-la, em parte porque serve como exemplo de um “uso” que me faz ficar desestimulado de formular “usos” prematuramente. Uma crítica ao Édipo implícita na história (refiro-me especificamente à versão sofocliana) é a obstinação com a qual ele persegue sua investigação. Este aspecto da curiosidade pode parecer sem importância ao filósofo da ciência, mas é de importância clínica e, por isso, é valiosa sua inclusão com as Colunas 3 e 4 como representando algo que é mais do que uma diferença de intensidade, assim como 4 (Atenção) é mais do que um intenso 3 (Notação). Uma situação que servirá como exemplo é aquela em que o analista deve distinguir entre se permitir abandonar facilmente uma abordagem para a solução de um problema, ou pressionar esta solução além da capacidade de tolerância do paciente.

A última coluna, que denominei “Ação”, requer também alguns comentários.





Refere-se àqueles fenômenos que lembram uma descarga motora que objetiva descarregar “o aparato mental de acúmulo de estímulos” (Freud, 1911b, p.221). Para qualificar-se como inclusão nesta categoria, a ação deve ser uma expressão de uma teoria que é prontamente detectável – de outra forma ela não pode ser descrita como um “uso” de uma teoria. O problema de clarificar as categorias da Grade surge do fato de que a clarificação deve depender da experiência. A inclusão em uma categoria da Grade é, por si, uma designação (statement) do analista: todas as categorias da Grade devem ser consideradas como possuindo a qualidade das categorias da Coluna 1 no sentido em que elas são significativas, mas não podem possuir significado até o momento em que a experiência as invista de algum.

As duas primeiras fileiras do eixo genético podem ser discutidas ao mesmo tempo: os elementos- β e elementos- α pretendem denotar objetos que são desconhecidos e que podem até mesmo não existir. Referindo-me a elementos- α , elementos- β e à função- α , pretendo viabilizar a discussão de algo, ou falar sobre isso, ou pensar sobre isso antes de saber o que é isso. Correndo o risco de sugerir um significado, quando desejo que o sinal represente algo cujo significado seja uma questão aberta, a ser respondida pelo analista através de sua própria experiência, devo explicar que o termo “elemento- β ” objetiva abranger fenômenos que não podem ser considerados em absoluto como pensamentos. Nesta categoria estão incluídos os fenômenos que tentei descrever anteriormente em uma discussão sobre objetos bizarros (ver *Learning from Experience*). O problema, na minha opinião, surge devido à tendência de o significado insinuar-se prematuramente. Idealmente, qualquer significado que o termo acumule deveria derivar da prática analítica e somente da prática analítica. Muito disto é verdadeiro em relação ao elemento- α , exceto que este termo deveria abranger fenômenos que são em alguma medida considerados como pensamentos. Eu os consideraria como elementos que tornam possível ao indivíduo ter o que Freud descreve como pensamentos oníricos.

A fileira C inclui os sonhos e outros sistemas possivelmente organizados de pensamentos oníricos. O mito deve ser incluído, juntamente com estruturas organizadas que são formas primitivas de modelo.

Todas as fileiras, com exceção da primeira, servem para representar categorias de discursos (statements) que são insaturadas, isto é, capazes de acumular significado. Nesse sentido pode parecer enganador descrever a fileira E como constituída por pré-concepções que levam à exclusão das fileiras remanescentes, pois elas também são capazes de funcionar como pré-concepções (porque a pré-concepção pode se referir tanto a uma fase do desenvolvimento quanto a um “uso”) em uma ordem ascendente de sofisticação. Como já disse em outro momento, eu realmente não creio ser provável que, na prática analítica, um analista encontrasse qualquer coisa que





Wilfred R. Bion

fosse aceitável, através de qualquer padrão rigoroso de método científico reconhecido, para inclusão nas Fileiras G e H. Entretanto, creio ser importante que estas categorias existam, embora isto envolva o paradoxo de empregar ou parecer empregar padrões rigorosos de forma imprecisa. Uma razão para a existência de tais categorias baseia-se no fato de que discursos (statements) que, sob um minucioso exame analítico, se revelam inexatos, são freqüentemente empregados por cientistas e filósofos como se fossem precisos.

Se um artista competente, utilizando convenções artísticas familiares à civilização ocidental, tivesse que pintar um campo de papoulas, não deveríamos ter dificuldade em dizer que aquele era um campo de papoulas. Por que isto deveria ser assim? As linhas de um trecho reto de uma ferrovia seriam pensadas como sendo paralelas, mesmo que devêssemos reconhecer uma pintura na qual elas foram representadas por linhas que convergem. E assim por diante.

Proponho a utilização do termo “transformação” para descrever o processo, seja ele qual for, pelo qual o pintor transformou sua experiência em óleo e pigmento dispostos na tela. Mas não desejo que o termo signifique o que ele significaria se eu dissesse que um edifício foi transformado por um pintor e um decorador – que o campo de papoulas foi usado como um material bruto para a composição da tela, do óleo e do pigmento. Também não pretendo sugerir que o observador da pintura pense que ele descobriu a fonte do material bruto, caso ele descreva a pintura como um campo de papoulas. Resumindo, proponho que se utilize o termo “transformação” de acordo com minha descrição dos elementos da Coluna 1, como uma re-união de uma conjunção constante, de forma que eu possa ir adiante, com a ajuda deste termo, a descobrir o que a conjunção constante significa. A conjunção constante à qual meu termo se refere ocorre em sessões psicanalíticas, e espero, através deste termo, transmitir a experiência ao leitor. Se posso ter êxito no meu objetivo, espero que àqueles a quem transmiti isto sejam capazes de descobrir o significado do termo “transformação” e a experiência emocional dos elementos constantemente unidos que representei pelo termo.

Como um primeiro passo em direção à compreensão do significado, voltarei à discussão de meu modelo, o campo de papoulas e a pintura que o representa, e a meu “mito” de que o artista efetuou uma transformação. A realização – isto é, o campo de papoulas e todos os objetos similares – eu a representarei pelo símbolo “O”*.

Vou supor que, em análise, o meio utilizado para a transformação é o inglês coloquial. Quero dizer com isto que tanto a exatidão gramatical quanto a verbal não são buscadas e que a atitude e os gestos – movimentos musculares – fazem parte da expressão “inglês coloquial”. Mais adiante, presumirei que uma comunicação está

* Sem aspas no original (N. dos Revisores).





sendo feita pelo paciente e pelo analista. Por fim, vou supor que a parte analiticamente relevante das comunicações tanto do paciente quanto do analista se refere a uma experiência emocional. Por motivos de brevidade, utilizarei os seguintes sinais:

$T\alpha p$ significa o processo de transformação na mente do paciente; $T\alpha a$ representa o mesmo processo na mente do analista. De forma similar, $T\beta p$ e $T\beta a$ representam o produto final, o resultado do processo de transformação, a contrapartida analítica da pintura do artista. Em nosso trabalho, “O” deve ser sempre uma experiência emocional, pois a suposição em psicanálise é de que os pacientes vêm à procura de ajuda com uma dificuldade emocional e, presumivelmente, querem falar sobre ela.

Existem várias ramificações interessantes nas quais não posso entrar aqui. Somente é necessário considerar questões tais como aquelas que tocam a natureza da comunicação do artista – se ele está tentando registrar uma paisagem em particular ou suas emoções a respeito desta, se ele deseja ou não influenciar o público a quem o produto final será exposto e assim por diante – para ver as complexidades que estão envolvidas. Sendo assim, introduzirei somente mais um ponto, ou seja, a questão com a qual iniciarei: por que não existe dificuldade em reconhecer que uma pintura representa um campo de papoulas? Responderei isto dizendo que sempre existe algo na transformação que é invariante tanto para “O” quanto para $T\beta$, o produto final.

Retornando agora à Grade: eu disse anteriormente que esta é um instrumento para classificar e, principalmente, compreender discursos (statements). O objeto de minha discussão sobre as transformações serve para introduzir a idéia de que, na prática analítica, todos os relatos devem ser vistos como transformações. Mesmo uma única palavra como “gato”, juntamente com os elementos que a acompanham, tais como movimentos, entonação e assim por diante, é uma transformação de uma experiência emocional, “O”, em direção ao produto final, $T\beta p$. Cabe ao analista decidir quando a transformação está completa. Ele pode pensar que este ponto foi atingido com o pronunciamento de uma única palavra ou após uma comunicação verbal que tenha durado um tempo considerável.

As comunicações do analista podem ser examinadas minuciosamente através do mesmo modo de análise a que submeti as comunicações do paciente. Mas deve-se ter em mente que o objetivo do analista é o de dar uma interpretação. Qualquer interpretação é uma afirmativa (statement) e uma transformação, mas é também algo a mais e a menos do que ambos, e o termo “interpretação” deveria ser aplicado somente a algo específico à prática do psicanalista. Espero que a utilização da Grade para a classificação da fala (statement) do analista, assim como o exame da transformação, possa conduzir a uma compreensão mais clara das qualidades que são necessárias antes que uma manifestação verbal (statement) possa ser corretamente considerada como uma interpretação psicanalítica.





Wilfred R. Bion

Tenho tentado até agora definir alguns dos elementos envolvidos na observação. Todos podem ser incluídos sob um título que determina três coisas: o significante, seu significado e a interpretação do significado. Ver-se-á, então, que desejo estabelecer uma distinção entre o significado e a interpretação psicanalítica. Colocando isto de outra forma, acredito ser útil fazer uma distinção entre qual seria o significado da fala do paciente em uma conversa comum e qual é a interpretação disto quando esta ocorre em uma psicanálise e não em uma conversa comum.

Resumindo: o analista está preocupado em fazer observações de um comportamento no qual um número de componentes podem ser diferenciados. São eles a gênese e a utilização dos discursos (statements), a natureza do discurso (statement) como uma transformação, o processo pelo qual a transformação é efetuada ($T\alpha p$), o produto final da transformação ($T\beta p$), invariantes, e a categoria de transformação na Grade.

O analista, para observar corretamente, deve ser tão sensível quanto possível aos fenômenos que estão incluídos sob esse título. Quanto mais ele estiver apto a se aproximar deste ideal, mais próximo estará da essência primeira da psicanálise – ou de qualquer outra ciência – isto é, a observação correta. O complemento da essência primeira é a essência última – a interpretação correta. Quero dizer com essência “primeira” não apenas prioridade em tempo, mas prioridade em importância, porque, se um analista pode observar corretamente, sempre haverá esperança. Claro que isto é um grande “se”. Sem a essência última, ele não é um analista, mas se ele tem a essência primeira, ele pode se tornar um com o tempo; sem esta, ele jamais poderá tornar-se um, e nenhum acúmulo de conhecimento teórico o salvará. Isto me leva à reconsideração da natureza da interpretação.

A interpretação é um caso especial: é tal qual todos os outros discursos (statements) em análise, uma vez que tem, embora idealmente não devesse ter, todas as características que atribuí ao discurso (statement) e, como todos os discursos (statements), ela é uma transformação. A interpretação difere dos demais discursos (statements), porque deve ter características K e ser classificável em uma extensão restrita de fileiras. Em face disto, ela deveria ser restrita às Colunas 3, 4 e, mais raramente, 1 e 5. Quando eu tratar adiante do jogo psicanalítico (p.297), mostrarei que esta pode ser colocada hipoteticamente em qualquer categoria da Grade na qual o analista que a lê possa ser estimulado a encontrar uma seqüência útil de pensamento. Com estes pontos, tratarei posteriormente de discutir algumas das implicações de minha proposta para considerar apenas alguns aspectos de acontecimentos em uma sessão analítica, particularmente os da esfera das observações psicanalíticas. Isto já está implícito na aplicação das teorias psicanalíticas: desejo tornar explícito como esta teoria de observações deve ser vinculada às teorias psicanalíticas. Logo, se





a observação é consistente, a conclusão de que certo fenômeno observado parece aproximar-se da teoria psicanalítica será também consistente. Mas a consistência da conclusão está prejudicada se a teoria, que é sempre uma pré-concepção (Fileira D), distorce a seleção dos fatos a serem observados. O objetivo da Grade é ajudar o analista a desenvolver uma pré-concepção que *não* seja diretamente psicanalítica, de forma que as observações feitas não sejam destinadas a aproximar-se da teoria psicanalítica. Pois, se a pré-concepção é psicanalítica, existe claramente um risco de as observações feitas sob tal pré-concepção parecerem se aproximar da teoria psicanalítica, pois elas, de fato, derivam da mesma. Tal condição contribui para um raciocínio circular. Não tenho objeção ao raciocínio circular e discutirei a natureza de seus perigos posteriormente (p.295). Por hora, assumo o desejo de evitar um argumento circular para retornar à consideração dos “discursos” (statements). Estes, como já disse, devem ser considerados como sendo “transformações” no sentido em que utilizei o termo acima, mas, além das características já descritas, devem também ser reconhecidos como tendo o perfil de uma teoria. Em outras palavras, os objetos do estudo psicanalítico (objetos psicanalíticos) têm as características que reuni pelo termo “discurso” (statement), as características que reuni pelo termo “transformação” e, agora, também têm as características que desejo “reunir” pelo termo “teoria”. Discutirei, a seguir, o termo “teoria”.

Uma consulta à Grade mostrará que eu poderia igualmente bem escolher o termo “pré-concepção” (Fileira D), mas prefiro um termo que seja apropriadamente classificado numa categoria relativamente mais sofisticada.

A teoria, não importando qual possa ser o discurso (ou formulação), ou quais características ela tenha derivado de sua natureza como uma transformação, nunca é certa ou errada: ela é significativa. Existe muita confusão entre os cientistas no que diz respeito à crença de que as teorias são certas ou erradas e, em conformidade com isso, precisam ser validadas por testes empíricos. Devo, então, deixar claro que esta abordagem não é compensadora e que qualquer suposição na qual esteja baseada deve ser substituída, naquilo que diz respeito à psicanálise e no contexto desta discussão, pela suposição de que o objeto psicanalítico (= discurso – transformação – teoria) deve ser considerado em seus aspectos teóricos como se este fosse uma formulação atrelada a uma conjunção constante. Para tornar clara minha questão, escolherei um exemplo extremo.

Um paciente, mesmo consciente da aproximação de um carro, caminhou em direção a este, foi atropelado e teve ferimentos leves. Este resultado foi aparentemente um tanto quanto inesperado. Muitos de seus discursos (statements) haviam me levado a crer que ele estava dominado, no momento do evento, pela convicção de que ele era um sopro de flato.





Wilfred R. Bion

Os discursos (statements) que equivaliam à assertiva de que ele era um flato constituem um exemplo do que entendo por teoria.

Do ponto de vista do paciente, esta não era uma teoria que necessitava de validação para testar a verdade ou outro aspecto do discurso (statement). (Vou supor, de agora em diante, que o leitor está consciente do sentido especial com que utilizo o termo “discurso” [statement]). De acordo com minha teoria sobre o discurso (statement), ele estava envolvido em estabelecer seu significado. Além disso, o “discurso” (statement) não era apenas a exposição verbal que ele tentou me transmitir, mas era, na minha opinião – mesmo que eu não estivesse lá para ver –, provavelmente também o termo correto para aplicar ao próprio evento: era um discurso (statement) indistinguível dos muitos discursos (statements) dos quais, como seu analista, sou testemunha. Considerarei agora as implicações de encarar isto como uma comunicação (statement).

Vamos tomar primeiramente o ponto segundo o qual a comunicação (statement) nunca é certa ou errada, mas somente significativa. Qualquer opinião de que o episódio foi um teste empírico de uma hipótese leva a um beco sem saída. Mas se este é considerado como uma comunicação (statement) designada primeiramente a reunir uma conjunção constante e, então, dar o primeiro passo para estabelecer o significado da conjunção constante, certos aspectos do episódio tornam-se mais claros. O acidente e suas conclusões subseqüentes não contribuem para a formação de significado à comunicação (statement) de que ele é um flato. Para que tal contribuição seja possível, *uma realização* deve ser encontrada que se aproxime da comunicação (statement). Neste aspecto, a situação não difere em nenhuma forma daquela apresentada por um discurso (statement) altamente sofisticado tal qual a fórmula matemática para a expansão dos gases. Para o investigador, pegar um ônibus não adicionaria nada ao significado da fórmula. Porém, se ele estivesse para experimentar uma explosão, tê-lo-ia. Mas no exemplo que apresentei, a realização – o acidente de meu paciente – não se aproximou da teoria. Tampouco a falsificou. O que é exigido é uma realização que se aproxime da teoria. A partir de um ponto de vista sensato, ou que é genericamente conhecido como tal, é improvável que o paciente encontre, no mundo da realidade externa, qualquer *realização* que se aproxime suficientemente de sua comunicação (statement) para que se constitua um significado; nada existe que vá se conjugar com sua pré-concepção para que produza, assim, a concepção. Sendo assim, não pode haver qualquer desenvolvimento tal qual está representado pelo eixo vertical da Grade. Mas no mundo da realidade psíquica, existem *realizações* que se aproximam do discurso (statements) do paciente.

Este fato, reconhecido pelos psicanalistas desde que Freud fez suas descobertas, não é suficientemente levado em conta pelo cientista que considera que um único





fato negativo pode invalidar a teoria que ele parece contradizer. Tal atitude em relação à teoria ignora sua importância como um fator de crescimento mental. Ênfase no ponto, porque, para o analista, é essencial reconhecer esta qualidade do discurso (statement). O fato de que um discurso (statement), e qualquer teoria científica, possa ser igualado a uma *realização* no domínio da realidade psíquica é ignorado pelo cientista natural, porque é no mundo dos fatos físicos que ele busca sua aproximação e porque ele teme e lhe desagrada, com graus de intensidade variáveis, a existência de uma *realização* semelhante no reino da realidade psíquica. Isto era, com reservas, verdadeiro para meu paciente.

O discurso (statement) de meu paciente, seu relato do episódio e a exposição de seus sentimentos em relação a este exigiram uma interpretação de minha parte. Brevemente, parte da interpretação foi que ele pensou ser um flato. Tentei deixar claro que suas associações indicaram a presença de uma fantasia de que ele era um flato. Até onde poderia contar, existiam dois obstáculos principais para que ele compreendesse isto: primeiro, envolvia o reconhecimento de um domínio que ele temia e, segundo, se ele reconhecesse a *realização* (sua fantasia) como uma *realização* que correspondeu a seu discurso (statement), outros, incluindo a mim, o considerariam louco.

Obviamente isso tem substância. Para um observador externo, caso ele aceitasse o discurso, ele não esperaria que a realidade externa sustentasse uma *realização* que se aproximasse do discurso (statement), mas iria, outrossim, concluir que a explicação para o discurso (statement) do paciente era a de que o paciente era louco. Todavia, ignorando estes obstáculos, outro problema surge agora.

Se o discurso (statement) que o paciente é um flato possui, como sua *realização* aproximada, a fantasia de que ele é um flato, uma construção lógica, que é um raciocínio circular, começa a surgir. Isto é similar a outro raciocínio típico dele. Surgiria que ele estava bravo: ele estava bravo porque estava deprimido. Por que ele estava deprimido? Obviamente (em sua visão) porque estava bravo. E assim por diante. Considerarei, então, o raciocínio circular antes de entrar em maiores detalhes deste episódio.

Experiência de raciocínio circular, que eu possuo em considerável quantidade, convenceu-me de que não existe muito erro em sua lógica, que esta envolve a aceitação de uma teoria de causalidade e que provavelmente qualquer raciocínio lógico é essencialmente circular. Uma vez que estou disposto a acreditar nisto, mesmo nos exemplos clássicos de investigações lógicas, senti que as falhas dos raciocínios circulares, tais como aquelas de meu paciente, para levar a algum lugar, teriam que ser buscadas em qualquer outro lugar que não em suas circularidades. Decidi que as dificuldades que surgiram dependiam (para ampliar o uso do círculo como modelo)





Wilfred R. Bion

do diâmetro. Se o raciocínio circular tem um diâmetro suficientemente grande, seu caráter circular não é detectado e pode, por tudo o que sei, contribuir para descobertas úteis tal como entendo que seja a curvatura no espaço. Mas a curvatura no espaço, até onde eu sou capaz de compreender, supre-me com um modelo para o postulado de um raciocínio circular de um diâmetro tão grande, que é propício ao desenvolvimento do pensamento e da personalidade. Inversamente, o diâmetro pode ser tão reduzido, que o próprio círculo desaparece e apenas um ponto permanece. Similarmente ao raciocínio circular. Reafirmando isto no exemplo de meu paciente, o raciocínio circular acaba no ponto (pode não ser frívolo dizer “no ponto do argumento”) em que ele é um flato.

Tentarei tornar esta afirmação (statement) mais clara, retornando ao paciente e dando alguns detalhes sobre o que acontece, caso o argumento não seja diminuído desta forma.

Em um artigo que escrevi sobre o pensamento para a Conferência de Edimburgo (1962a), chamei a atenção para a relação de um “pensamento” e de um “não-seio”. O pensamento deve sua gênese à ausência do objeto. Não posso entrar na relevância disto quanto à natureza negativa de uma definição por falta de tempo, mas devo mostrar que o discurso (statement), como o elemento que reúne a conjunção constante, implica, ao mesmo tempo, que a conjunção constante *não* é nenhuma das conjunções constantes já estabelecidas.

Em alguns exemplos, o “não-seio” é significado, como foi, geometricamente. Isto significa que a contrapartida matemática de um pensamento é um ponto, algo que marca o local onde o seio estava. Da mesma forma, uma linha marca o lugar onde o pênis estava – o “não-pênis”. Os sucessivos ataques ao seio, o “não-seio”, o pensamento (o local onde o seio estava), são repetidos na mais complexa combinação de pensamentos logicamente combinados para formar um raciocínio. Testemunhamos, então, a redução da frutífera e crescente produção do raciocínio circular através de sucessivas diminuições do “diâmetro”, até que este se torna o raciocínio circular estéril, cujo “diâmetro” é ainda mais diminuído, até que o círculo desaparece e apenas um ponto permanece.

Pode a expressão (statement) “argumento circular” representar mais de um elemento que pode ser categorizado em um compartimento da Fileira C? A resposta para isto depende da utilidade de estender o modelo para incluir idéias de diâmetro. Como não estou escrevendo um artigo clínico, devo limitar o material clínico para ilustrações. Prefiro, assim, que o leitor não lhes dê outra importância senão a de modelos, parte de meu pensamento privado, que, apesar disso, espero possa servir para comunicação pública.

Uma semana ou dez dias transcorreram depois que o episódio do acidente foi





apresentado em análise. Fizeram-se muitas interpretações durante este tempo, incluindo tentativas de chamar a atenção dele para o raciocínio circular. Não disse que este era de um diâmetro pequeno, mas eu tinha isto em mente. Fui também capaz de mostrar o medo que ele sentia de qualquer interpretação que chamasse sua atenção para o fato de que ele tinha duas visões desiguais sobre os mesmos fatos. As interpretações não eram novidades, mas pareceram produzir nele uma resposta. Seus discursos (statements) continuaram a ser notáveis mais pela distância que estabeleciam de qualquer ponto (pretendo que isto seja compreendido pelo leitor como uma frase coloquial inexata) do que por qualquer tentativa de chegar ao ponto. Ou (agora empregando meu modelo) ele estava engajado em um raciocínio circular, o diâmetro sendo determinado pela necessidade de não dizer nada que o trouxesse mais próximo ao centro do círculo.

Então, sem ter feito novamente qualquer referência direta ao episódio após tê-lo relatado pela primeira vez, o paciente disse que o motorista o havia chamado de “puto idiota”. “Sinto-me melhor agora”, ele disse. Considerei isto como significando que seu progresso circular o havia trazido de volta ao ponto no círculo que era o “oposto” ao discurso (statement) que o carro tinha colidido nele. Em tempo, o raciocínio era, pelo menos, um círculo de diâmetro mensurável. Mas durante aquele período de raciocínio circular, tivemos oportunidade de chegar a uma variedade de interpretações, incluindo a interpretação de que ele sentia que era um flato. Disse, então, que ele sentira que o acidente de carro havia sido uma relação sexual entre o flato, o carro e seu motorista. Ele disse que se sentia melhor e acrescentou que achava que estava ficando louco.

O ponto que desejo ilustrar é que o raciocínio circular de pequeno diâmetro, ainda que impeça a combinação ou correlação de dois discursos, sendo, então, estéril, é preferível ao raciocínio em um círculo de um diâmetro relativamente amplo devido ao risco de uma combinação de duas idéias que é acompanhada por um sentimento de loucura. Está implícito nisto a possibilidade de que deve existir uma distância entre os discursos (statements) correlatos, se o significado está para ser alcançado. Se a “loucura” é temida, o processo que leva ao significado é evitado. O raciocínio circular deve, então, ser de diâmetro menor para impedir a conjunção de significado e um sentimento de loucura.

Através de minha ilustração, tentei mostrar brevemente o valor de considerar o fenômeno da psicanálise como discursos (statements) (= transformações) que podem ser avaliados pela referência às categorias da Grade. Minha argumentação é que a precisão das observações cresceu e que elas são, assim, levadas a uma maior aproximação com a teoria psicanalítica. O hiato entre os eventos de uma análise e suas interpretações, conseqüentemente, torna-se mais fácil de ser preenchido.





Wilfred R. Bion

Para concluir, referir-me-ei brevemente ao jogo psicanalítico, supondo, ao revisar algum aspecto de um dia de trabalho, que o analista esteja satisfeito, pois suas interpretações estavam ajustadas com um razoável grau de precisão às necessidades do material. Ele pode comparar as categorias que atribuiu aos discursos (statements) do paciente com as categorias que ele atribuiria às suas interpretações. Com isto ele pode continuar a considerar a natureza da relação entre o material e a interpretação. Mas ele pode também, arbitrariamente, atribuir tanto para a interpretação quanto para os discursos (statements) do paciente algumas categorias diferentes e tentar trabalhar as implicações da categorização arbitrária. Por exemplo, ele pode colocar uma interpretação, com a qual está satisfeito, por considerar própria da categoria Coluna 2, como em D2, e, então, perguntar-se o que a interpretação, mesmo que correta, estaria excluindo. O analista pode estabelecer para si próprio exercícios similares, não simplesmente para avaliar sua ingenuidade, mas como um método de exercitar e desenvolver sua capacidade de intuição. □

Copyright © 2000 Francesca Bion e Editora Karnac

Tradução para o português de **Beatriz Iankilevich**
Revisão técnica de **Aldo Coelho Duarte** e **Anette Blaya Luz**





Figura 1: A Grade

	1 Hipótese definitória	2 ψ	3 Notação	4 Atenção	5 Édipo*	6 Ação	... n ...
A β – Elementos	A1	A2				A6	An
B α – Elementos	B1	B2	B3	B4	B5	B6	Bn
C Pensamentos oníricos, sonhos	C1	C2	C3	C4	C5	C6	Cn
D Pré-concepção	D1	D2	D3	D4	D5	D6	Dn
E Concepção	E1	E2	E3	E4	E5	E5	En
F Conceito	F1	F2	F3	F4	F5	F6	Fn
G Sistema científico dedutivo	G1	G2	G3	G4			
H Cálculo algébrico		H2					

* Posteriormente, mudou para Investigação. Ver “A Grade”, em Bion, *Two Papers* (1977).





Atenção montador
a página **300** é branca





Comentários sobre o artigo de Bion, W.R., “A Grade”, de 1963

Darío Sor, Buenos Aires*



* Membro Efetivo da Associação Psicanalítica de Buenos Aires.

Revista de Psicanálise, Vol. VIII, Nº 2, agosto 2001 □ 301





Introdução

O artigo “A Grade” foi escrito em 1963, após a publicação de *Aprendendo da Experiência* (Bion, 1962). Curiosamente Bion não o publicou em vida. Alguns de nós tivemos o privilégio de dispormos do texto durante muitos anos e foi fonte de nossas próprias elaborações. É graças à generosidade de Francesca Bion juntamente com Parthenope Bion que um amplo grupo de psicanalistas dispõe atualmente deste valioso escrito. Podemos conjecturar muitas situações pelas quais não foi publicado na época em que foi escrito. Penso que pertenceu à comunicação privada do si-mesmo de Bion. Configurou-se como uma *idée mère* segundo era chamada por James Joyce uma idéia geratriz. É assim que este pequeno trabalho que estamos examinando constituiu-se na base conceitual de poderosas contribuições posteriores. O texto deste trabalho manteve-se como o que Bion chamava comunicação particular, a qual se refere à comunicação que a consciência realiza com seu si-mesmo. Graças à cuidadosa publicação de Francesca Bion e da Editora Karnac, começa sua transição para a comunicação pública. O texto contém “idéias germinais” baseadas em profundas intuições que requerem a articulação com conceitos para conseguir sua comunicação pública. Existe sempre um perigo latente: que a intuição, mesmo prematura, esteja adequadamente formalizada pelos conceitos. Os perigos das conceitualizações prematuras foram assinalados por Bion em numerosas oportunidades. Entre esses perigos destacam-se os fenômenos inibitórios e de resistências às novas idéias, que, no nosso campo específico, se vinculam ao aumento do conhecimento e ao seu desenvolvimento científico.

Ao referir-se a esses temas, Bion nos dá uma pista quando formula a seguinte idéia (Bion, 1977, p.339):

“... Médico – O que está acontecendo com os elementos beta?”

P.A. – Na medida em que os propus como uma categoria não mental, não teria qualquer objeção em falar do chute “fetal” como um elemento beta, um protótipo de um elemento onírico, um elemento transitivo que se converte em uma formulação verbalmente expressável: “agressão”. Eu consideraria a atividade física do feto como uma “idéia geratriz” ou uma “*idée mère*”.

Médico – O que é isso? Podes explicar melhor o conceito?





P.A. – Considerando que minha própria intuição é em si mesma uma *idée mère* mais do que uma “hipótese”, qualquer elaboração posterior pode ser uma investitura prematura “em roupagem”, a “coisa em si” que impediria mais que facilitaria o crescimento, o crescimento “científico”. A “teoria científica” prematura seria uma restrição. O “penetrante raio da escuridão” seria o que eu gostaria de utilizar para iluminar o que Freud chama as zonas escuras da mente.

Paul – “Fechai os olhos, com dupla escuridão”, como diz Gerard Manley Hopkins, “e descobri a luz ainda por criar”. ...”

Como se assinala no texto transcrito, uma “roupagem” de conceitualizações pode afogar a intuição criadora. É necessário assumir plenamente as carências de nossos conhecimentos para o exame das zonas escuras da mente. Bion propõe o método de gerar mais escuridão em forma transitória, justamente para destacar as áreas que demandam desenvolvimento psicanalítico. O texto transcrito a seguir enfatiza e chama a atenção para o método requerido para encontrar as zonas que demandam evolução em nossa disciplina (Bion, 1974, p.34):

“...Estamos nos referindo a um tema obscuro, como são as partes mais primitivas e fundamentais da mente humana. Poderíamos tentar iluminá-lo com o maior brilho, para pôr em evidência o espaço escuro com tamanha claridade, que mesmo o mais recôndito e difícil de detectar se torne visível. Freud deu a senha de outra abordagem ao dizer: ‘Muitas vezes me cego artificialmente para examinar as passagens escuras’. A tradução pode não ser totalmente correta, mas quis usar estas palavras de Freud para, modificando um pouco seu sentido, adequá-las ao problema que desejo apresentar.

Ao invés de projetar uma inteligente e brilhante luz sobre um problema escuro, sugiro produzir uma redução da ‘luz’, um penetrante raio de escuridão, uma contraparte do refletor. A particularidade deste penetrante raio é que poderia ser orientado diretamente para o objeto de nossa curiosidade, o qual absorveria toda a luz que podia ter existido antes, deixando o campo a indagar desprovido de toda a luz que tivesse possuído. A escuridão seria tão absoluta que se conseguiria um vazio luminoso e total. Assim, se existisse um objeto dentro dele, não importa quão tênue, seria colocado em evidência com toda a clareza. Em outras palavras, a luz mais fraca tornar-se-ia visível na maior escuridão ...”





Dário Sor

Bion parece ter encontrado em *Aprendendo da Experiência* três zonas escuras e começou a andar por elas. Cada caminho está marcado por um sinal na entrada do mesmo. As sinalizações nos mostram os três pontos que Bion desenvolveu nos três livros que seguem esse ponto de partida. É assim que o trabalho que estamos examinando abre três caminhos de ignorância:

- 1) a Grade como instrumento (Bion, 1963, p.100 e 111);
- 2) as transformações mentais (Bion, 1965);
- 3) a comunicação, o entendimento e a interpretação (Bion, 1970).

A Grade

Um ponto a destacar do trabalho é a formulação de um instrumento (A Grade) que tem como tarefa registrar a experiência emocional da sessão. O registro precisa ser realizado de forma tal que a memória possa evocá-la junto com a sensação de descobrimento. A Grade é um instrumento que cumpre essa tarefa e deve ser utilizado após a sessão. Tem também a função de estimular a intuição. O exercício com a Grade preserva o sistema intuitivo do analista, tão essencial para o contato emocional durante a sessão. Não é uma teoria, é um instrumento que, como em qualquer disciplina, se constrói baseado em postulados e teorias. Bion formulou (Bion, 1962) que, diante da atividade do pensar, seria necessário diferenciar os pensamentos que formam o aparelho para pensar os pensamentos e a utilização dos mesmos para a comunicação. Sobre a base de pensamentos pensados e a utilização que é aplicada a esses pensamentos, forma-se a estrutura básica da Grade.

Em Las Palmas de Gran Canaria o viajante descobre um delicioso e encantador pequeno museu colombino chamado Casa de Colombo. Em uma de suas salas são exibidos os instrumentos que Colombo utilizou para auxiliá-lo a atrever-se a penetrar no oceano tenebroso. Trata-se do astrolábio* (Salvat, 1972, p.322), que logo foi substituído pelo sextante e a bússola ou agulha de conduzir como era chamada pela gente do mar desde então, instrumentos primitivos que resultaram úteis, combinados com outros, para localizar-se no mar quando não há referências visuais da costa.

A Grade (o instrumento de Bion) orientou-o ao jogar-se nas águas turbulentas, profundas e escuras do não saber, das quais pôde obter (ganhar) idéias inquietadoras

* Astrolábio: termo que antigamente designava um instrumento de astronomia de origem árabe, que servia para registrar os astros em um círculo mediante quadrantes. O astrolábio permitia uma determinação grosseira das coordenadas de um lugar ou dos astros. Foi utilizado na navegação durante a Idade Média.



sobre o pensar e as suas utilizações. Especialmente ao formular os pensamentos sem pensadores. Manifestou algo a respeito nos seguintes parágrafos (Bion, 1965, p.176):

"... o indivíduo parece saber a respeito dela (refere-se à realidade última) antes de tê-la experimentado, 'o mundo que surge de águas profundas e escuras ganhas do infinito vazio e sem forma' (Milton, 1667). Não estou interpretando o que diz Milton, mas usando-o para representar O. O processo de ligar faz parte do procedimento pelo qual alguma coisa é 'ganha do infinito vazio e sem forma'; é K e deve ser distinguido do processo pelo qual O é 'devinir/...'"

Bion experimentou uma aproximação profunda com as exigências evolutivas da nossa disciplina, com sua evolução e necessidade de avanço científico. Sustento que vislumbrou que, às vezes, determinados pensamentos golpeiam determinadas pessoas e geram transformações inusitadas. Esses pensamentos sem pensadores demandam as formulações que devem conter sem comprimir a idéia penetrante ou "nova".

Determinadas idéias, "pensamentos sem pensador", aproximam-se da mente, ou a mente se coloca em situação apropriada para aproximar-se dessas idéias não pensadas. Nessas aproximações geram-se turbulências* (Sor, D.; Gazzano, M., 1992, p.269). As idéias expressas no texto de Bion são construções intermediárias que atenuam as turbulências na aproximação dos fatos e favorecem a observação transitória, fugaz e relampejante da realidade. Os fatos são os seguintes:

- 1) A carência de um sistema apropriado de registro da experiência emocional. O aspecto emocional da experiência é um componente inevitável, se na sessão está sendo realizada tarefa psicanalítica. Intervém no crescimento mental e nas suas obstruções.
- 2) Os requerimentos do equipamento teórico do analista que solicitam atenção e reparação adequadas por problemas de desgaste (perigo de inoperância e dogmatização).
- 3) A necessidade de a disciplina psicanalítica dar um salto epistemológico de um sistema pré-cartesiano para um pós-cartesiano, a fim de que a psicanálise possa evoluir para uma ciência das relações.

A Grade é um instrumento de registro e classificação de enunciados. Pode ajudar o psicanalista a pensar sobre os problemas que surgem na prática clínica diária.

* Descrevemos três tipos de turbulências na aproximação da mente de um "fato" sentido como novo. Turbulência pelo fato novo que se aproxima, por traslado da mente de uma zona para outra zona e por sucção nostálgica. Possivelmente outras possam ser descobertas, mas todas prenunciam uma mudança catastrófica que não necessariamente será uma catástrofe, mas que pode ser um começo de crescimento (ver Sor, D.; Gazzano, M. *Fanatismo*, cap.4. S. de Chile: Ananke, 1992).





ria. Ajuda também na ulterior comunicação e elaboração científica dos diferentes descobrimentos e observações realizadas durante a sessão. Deve ser utilizada na tarefa pós-sessão, para não perturbar a receptividade do analista com conteúdos predefinidos que alterem sua capacidade para o contato emocional.

Bion denomina enunciado às formulações verbais, gestos, conduta do paciente e situações vinculares da sessão psicanalítica. Como condição importante é necessário que a anotação e a classificação sejam feitas fora da sessão. Os enunciados que categoriza vão desde elementos aparentemente simples, como um gesto, uma exclamação, uma conduta corporal, até formulações complexas: idéias, pensamentos, crenças, conceitos, todos eles através dos enunciados. Pode ser utilizado para classificar os pensamentos e interpretações do analista. Basicamente aplica-se a tudo o que faz parte da comunicação entre analista e analisado.

A Grade está construída sobre a base de coordenadas com dois eixos: um vertical e o outro horizontal. O eixo vertical, chamado por Bion de eixo genético (daqui para a frente o chamaremos de “linha”) está assinalado com letras maiúsculas: A, B, C... até H, deixando embaixo uma linha em branco.

Nas linhas os enunciados são categorizados de acordo com seu estado de desenvolvimento ou complexidade quanto ao nível de abstração. Por exemplo, um ato de percepção visual ou auditiva seria classificado na linha B e não nas linhas mais complexas.

O eixo horizontal (daqui para a frente o chamaremos de “colunas”) é chamado por Bion de eixo das utilizações. Está assinalado por números do 1 até o 6. Deixa explicitamente uma coluna assinalada por ..n para indicar a possibilidade de futuras ampliações no que se refere às utilizações, quando os requerimentos clínicos assim o demandem*.

Mediante o entrecruzamento dos dois eixos, são marcadas casas (na Grade existem 63 possibilidades das quais 41 estão nomeadas por uma letra e um número e 22 estão vazias). Este entrecruzamento, onde cada enunciado representa uma utilização e um nível de desenvolvimento, outorga grande plasticidade a algo que parece rígido. As casas vazias estão livres para ulteriores investigações psicanalíticas.

Passaremos agora a uma descrição sumária das categorias assinaladas em cada um dos eixos.

As duas primeiras linhas do eixo vertical podem ser consideradas conjunta-

* Nós (Sor, D.; Gazzano, M.) ampliamos a Grade, desenvolvendo uma coluna 7. Atribuímos um valor negativo (menos 7) para enunciados utilizados de forma fanática, dogmática ou autoritária. Reservamos o valor positivo (7) para a utilização de enunciados com responsabilidade e poder. Também desenvolvemos exercícios de aplicação de material clínico na Grade (ver: Sor, D. y Gazzano, M. *Cambio catastrófico. Psicoanálisis del darse cuenta*, págs. 330 e 343, Buenos Aires: Kargieman, 1988).





mente: os elementos beta e os elementos alfa estão destinados a denotar diferentes níveis de pensamento. Não são observáveis na clínica; são termos teóricos úteis para pensar ou falar sobre os diferentes fenômenos. Os elementos beta são primitivos e não representam pensamentos, mas coisas-em-si-mesmas (Kant). Não existe neles diferença entre animado e inanimado, sujeito e objeto, mundo interno e mundo externo, símbolo e simbolizado. Além disso, como estão saturados, não podem ser utilizados como pré-concepções. Somente podem ser evacuados através da identificação projetiva.

Os elementos alfa, resultado da operação da função alfa sobre as impressões sensoriais e as experiências emocionais, podem ser armazenados como pensamentos incipientes. Possibilitam ao indivíduo que tenha sonhos com base no que Freud chamou "pensamentos oníricos". Servem para o pensamento inconsciente de vigília e formam a barreira de contato.

A linha C representa os fenômenos compostos por pensamentos oníricos, imagens visuais, sonhos e todas aquelas idéias combinadas em uma forma narrativa, como podem ser os mitos privados e públicos.

A linha D é da *pré-concepção*; corresponde a um estado mental de expectativa adaptado para receber uma margem restrita de fenômenos. Um exemplo poderia ser a expectativa do lactante pelo peito. Se esse estado se integra com uma experiência de realização com um predomínio de muitos elementos senso-perceptivos, surge como consequência a *concepção* que ocupa a linha E.

O *conceito* que define e caracteriza a linha F deriva-se da concepção por um processo de abstração que a liberou daqueles elementos senso-perceptivos. Representa uma categoria para enunciados já existentes como, por exemplo, as teorias psicanalíticas, teorias científicas gerais, leis da natureza, etc.

A linha G está representada pelos *sistemas dedutivos científicos*. Trata-se de uma combinação de conceitos e hipóteses ou sistemas de hipóteses vinculados entre si em uma relação lógica. Finalmente, na linha H encontramos o cálculo *algébrico*, pelo qual vários sinais podem ser agrupados conforme determinadas regras de combinação como ocorre na matemática. Todas as linhas, exceto a primeira, representam categorias de enunciados que não estão saturados, ou seja, que estão capacitados para evoluir e acumular novos significados. As últimas linhas (G e H) não têm maior importância na prática analítica.

Encontrei especial resistência e dificuldades para compreender as colunas ou utilizações de enunciados. Possivelmente esquece-se a regra fundamental enunciada por Bion em trabalhos posteriores sobre a Grade (Bion, 1977) e capítulos de *Elementos da Psicanálise* (Bion, 1963, cap.6,7,8,14,15,16,17,19,20). A regra sustenta que qualquer enunciado pode ser categorizado em qualquer das utilizações, sem mudar a





Dário Sor

estrutura da formulação. É o contexto que determina a classificação em uma coluna ou em outra. Isto que parece uma sutileza, mas não é, resulta em grande versatilidade na determinação da utilização, isto é, a coluna. As colunas (utilizações) estão determinadas pelo contexto e as linhas pelo texto. Exporei sumariamente as colunas que apresentam mais problemas.

Coluna 1 ou hipótese definitiva: apresenta problemas de compreensão porque habitualmente é entendida como hipótese definitiva. Lembremos que o próprio Bion assinalou que os termos utilizados por ele não mantêm o significado original. Utilizar um enunciado nessa coluna implica unir uma série de fenômenos dispersos mediante um nome (que funciona como um clip) formando uma conjunção de elementos que pode ser considerada com significação, mas sem significado. Deve ser entendida como hipótese delineada. É uma utilização que delimita uma área onde uma busca de significado pode ser iniciada. Trata-se de uma utilização muito instável, visto que habitualmente a mente não tolera a ausência de significado, pois interpreta falsamente que o significado deveria estar, mas não está, já que acredita que foi extraído ou retirado.

Coluna 2 ou utilização resistencial dos enunciados: tem por objetivo deter uma pesquisa. Bion pensou que deveria ser dividida em duas colunas. Uma de enunciados que sabemos serem falsos e que são mantidos para frear uma mudança catastrófica e outra de enunciados substitutivos para impedir um enunciado sentido como verdadeiro. Essa última é um fator da parte psicótica da mente que, ao considerar uma tabela negativa, soluciona o problema parcialmente.

Coluna 3 ou utilização de uma formulação que remete a um registro na memória.

Coluna 4 ou utilização de um enunciado para chamar a atenção com referência a alguma coisa. As três colunas em conjunto, 3, 4 e 5, podem ser consideradas como representando um espectro de curiosidade crescente: 3, por sua qualidade de registro (passado), 4, pela atenção flutuante (presente) e 5, como indagação dirigida (futuro).

Coluna 5 ou utilização de um enunciado dirigido para a indagação de um aspecto determinado ou específico; implica algo que geralmente é colocado no futuro.

Coluna 6 ou utilização de um enunciado para produzir uma ação ou o devir de uma ação.

A Grade foi objeto de alguns desenvolvimentos. Postulamos o que chamamos de Grade negativa. Também classificamos um material clínico e seu curso evolutivo junto com hipóteses lúdicas (Sor, D.; Gazzano, M., 1988, p.324-335).

Bion propõe outro nível de utilização da Grade. Chama-o de *o jogo psicanalítico*. Esse consiste em localizar em lugares “inadequados”, de forma intencional, o material que está sendo investigado. Dessa forma recebe-se um forte impacto na





mente pelo insólito da localização e suas implicações. Mais que trabalhar com o que passou, trabalha-se sobre alguma coisa não acontecida, sobre uma sessão do futuro, a do "dia seguinte". A Grade tornou-se, assim, um instrumento extremamente afinado, que desenvolve e mantém o sistema intuitivo do analista. Bion torna-o equivalente aos exercícios musicais que realiza um pianista com escalas, arpejos e improvisações, que o colocam durante o concerto em condições de entregar-se à execução da obra musical sem pensar na técnica interpretativa. O analista ficaria mais receptivo, na sessão, ao material e a sua interpretação.

Outra utilização da Grade é a possibilidade de classificar suas próprias pesquisas, trabalhos ou livros. Esse recurso é utilizado por Bion em muitos de seus textos. É conveniente para o leitor de sua obra estar familiarizado com a nomenclatura e a utilização da Grade, para uma compreensão mais profunda de seus escritos.

Por fim, Bion sugere que cada analista formalize suas teorias mais utilizadas em grades próprias, enquanto espera conseguir uma unificação futura com o avanço da disciplina psicanalítica.

Pessoalmente utilizei a Grade em tarefas de auto-supervisão. Necessitei colocar um referente lingüístico (geralmente uma única palavra) como chave de cada classificação. Também a utilizei na redação de escritos ou trabalhos. Por exemplo, minha classificação para este texto oscila entre $K = F4 \rightarrow F5$ e $K = F4 \rightarrow E5$.

Concluindo, quero terminar as reflexões desta parte com um texto do artigo que estamos examinando que mostra claramente os interesses epistemológicos de Bion:

"... O objetivo da Grade é o de contribuir a desenvolver uma pré-concepção no analista que *não* é diretamente psicanalítica, de tal forma que as observações feitas não levam necessariamente a aproximar-se de uma teoria psicanalítica. Porque, se a pré-concepção é psicanalítica, existe claramente o risco de que as observações feitas sob tal pré-concepção pareçam aproximar-se de uma teoria psicanalítica porque na realidade derivam dela. Tal situação leva ao entendimento circular..."

As transformações

Assim como a explicitação da Grade foi realizada quase em forma sobreposta com o livro *Elementos da Psicanálise*, as idéias germinais sobre transformações antecedem significativamente o livro *Transformações*. As idéias matriciais sobre o O = origem e o processo de transformação até alcançar a formulação final já se encon-





tram expostas no trabalho que estamos examinando. Também a idéia de invariante transformacional já está em parte explicada. A invariante não é o não alterado, mas aquilo que permite ao observador reconhecer o original (a realização) no produto acabado.

As idéias que no artigo A Grade foram apenas formuladas adquiriram em *Transformações* um desenvolvimento cuja profundidade excede geralmente nossa capacidade de compreensão. Os diferentes tipos de transformações formam um *corpus* que não pertence às teorias psicanalíticas clássicas. Formam a base de uma teoria sobre a técnica de observação psicanalítica. O problema vinculado aos métodos de observação e registro está claramente formulado no seguinte texto (Bion, 1965, p.56):

“... Pode parecer que isto introduz uma doutrina perigosa que abre o caminho para os analistas que são indiferentes aos fatos que surgem da prática, mas a teoria das transformações não pode ser aplicada, a não ser para aquelas situações nas quais a observação é essencial. A observação deve ser feita e ser registrada de maneira que seja adequada para se trabalhar com ela, mas que se oponha à criação de construções teimosas e indisciplinadas. Como mostram as categorias tabulares, toda teoria científica pode ser utilizada em harmonia com as categorias da coluna 2, mas é possível impedir mudanças imprevisíveis das utilizações de uma coluna tabular para as da outra. Em suma, a teoria tem como finalidade contribuir para a observação e o registro em termos adequados para a manipulação científica, sem a presença dos objetos...”

Uma teoria das transformações deve estar composta por elementos e constituir um sistema que abranja o maior número de utilizações (representadas pelo eixo horizontal da tabela), se é que vai servir para ampliar a capacidade de o analista trabalhar sobre um problema, estejam ou não presentes os componentes materiais do problema. E apresentam com extrema clareza os obstáculos e objetivos na terapia psicanalítica. Três grandes caminhos se abrem para a pesquisa, três grandes grupos transformacionais:

- 1) as transformações em K, que compreendem as transformações em pensamento;
- 2) as transformações em menos K ou transformações em alucinação;
- 3) as transformações de O e em direção ao O.

Muitas das resistências que observamos na clínica estão relacionadas a conhecer acerca de si-próprio. São produzidas porque se teme que conhecer determinados aspectos inconscientes engatilhem a transformação em O, o que, em forma sucinta,





se relaciona com o medo de tornar-se – ou vir a ser aquilo que está em processo de conhecimento.

O valor clínico dessas idéias reside em que as mesmas ajudam a diminuir a distância entre os acontecimentos de um análise e a sua interpretação. Implica considerar qualquer “enunciado”* como uma transformação final que teve seu ponto de partida em um O igual a um X (incógnito) de caráter desconhecido e incognoscível através do pensamento. As regras através das quais o O evolui é um processo que pode ser conhecido e pesquisado.

Uma teoria da observação é um aspecto da teoria da técnica. Essas idéias sobre transformações em K e em menos K, com as derivações de transformações de O e em O, causam os problemas que na prática psicanalítica se apresentam ao se tentar manter um vértice observacional. O segundo passo com determinados obstáculos apresenta-se ao se tentar comunicar o observado a si próprio e finalmente poder comunicá-lo ao paciente e, então, eventualmente, aos colegas.

Raciocínio circular

O raciocínio circular é próprio do pensar lógico e contém uma estrutura sequencial de causa e efeito. O conseguido pela função $PS \leftrightarrow D$, que se baseia em conjugar elementos dispersos sentidos previamente como não relacionados mediante um nome (fato selecionado) que dá coerência ao conjugado, tem que encontrar uma formulação estruturada em seqüências lógicas para poder ser comunicado. O entendimento circular é então inevitável na comunicação e na correlação.

Um círculo contém um diâmetro e vice-versa. O entendimento circular fértil é aquele que não é percebido como tal, senão que parece uma linha graças a um diâmetro muito amplo. Por diversas circunstâncias que fazem a Transformação menos K, o diâmetro pode ser reduzido até transformar-se em um ponto. O pensamento circular torna-se estéril. Nessa situação estaremos em um ponto em direção à primeira linha da Grade (linha A). O ponto pode ser uma marcação da conjunção, mas no entendimento circular estéril não o é.

Bion nesses textos utiliza o ponto como um modelo visual (Linha C) para chamar a atenção para o risco da redução do diâmetro no entendimento circular como também no conhecido conceito de racionalização. Porém, em *Transformações*, a idéia de ponto é utilizada como um sistema de abstração para conceitualizar Transformações em pensamento e em sistemas algébricos (Linhas F e G). Possivelmente um dos

* No sentido com o qual foi explicitado na pág. 306.





Dário Sor

textos de maior profundidade epistemológica realizado por Bion seja o seguinte (Bion, 1965, p.100):

“... O ponto (.) ou a linha (-) e todos os termos substantivados podem ser considerados segundo o enfoque apresentado em *Aprendendo da Experiência*, em *Elementos de Psicanálise* e neste livro como incógnitas que têm dois valores: um, um sinal para uma conjunção constante e o outro, um sinal para a posição, não ocupada, do objeto.

O objeto, a conjunção constante ou a posição que o objeto não ocupa se prestam para serem tratados de forma diferente, já que diferem entre si. Se é possível reconhecer a diferença, é possível elaborar procedimentos que permitirão aproveitar-se as propriedades dos dois objetos...”

Esta descrição refere-se à conjunção obtida pela operação da flutuação ou oscilação $PS \leftrightarrow D^*$. Aqui o ponto difere do reducionismo imposto pelo entendimento circular estéril. Este ponto é o que consegue em um nível de abstração que vai além do nome como fato selecionado. O que desejo enfatizar é o grau de profundidade ao qual foi levado Bion no exame dos problemas da abstração e seus concomitantes emocionais.

A proposta do texto transcrito leva-nos a fixarmos nossa atenção na conjunção constante. Observaremos duas questões envolvidas que deveremos distinguir. A conjunção em si mesma, como objeto, que marcaremos por um ponto. Também deveremos distinguir que o ponto ocupa um lugar, uma posição. A conjunção é objeto e ocupa a posição de “alguma coisa que não está” onde um objeto valioso e necessitado “costumava estar”. Abrem-se perspectivas de pesquisar o ponto como assinalando a conjunção e, além disso, o não-objeto, o campo dos objetos que costumavam estar e não estão. Este é somente um exemplo que mostra como as idéias deste trabalho avançado de Bion evoluíram no impressionante e nunca suficientemente investigado texto de *Transformações*. □

Referências

BION, W.R. 1962. A Theory of Thinking. *International Journal of Psycho-Analysis*, 53. Also in *Second Thoughts*, 1967.

* Na nossa pesquisa sobre a oscilação $PS \leftrightarrow D$ (Sor, D.; Gazzano, M.), utilizamos a idéia de diâmetro entre PS e D e sua relação com a Mudança Catastrófica. Assinalamos sua redução até o fanatismo e sua ampliação até a criatividade.

312 □ Revista de Psicanálise, Vol. VIII, Nº 2, agosto 2001





Comentários sobre o artigo de Bion, W.R., "A Grade", de 1963

- . 1962. *Learning from Experience*. London: Heineman, Vers. Cast. *Aprendiendo de la Experiencia*. Buenos Aires: Paidós, 1966.
- . 1963. *Elements of psychoanalysis*. London: Heineman, Vers. Cast. *Elementos de Psicoanálisis*. Hormé: Buenos Aires, 1966.
- . 1965. *Transformation*. Londres: Heineman, Vers. Cast. *Transformaciones*. CEDAL: Buenos Aires, 1972.
- . 1970. *Attention and interpretation*. London: Tavistock, Vers. Cast. *Atención e interpretación*. Paidós: Buenos Aires, 1974.
- . 1974. *Brazilian Lectures 2*. Rio de Janeiro: Imago, Vers. Cast. *Seminarios de Psicoanálisis*. San Pablo: Paidós, 1980.
- . 1977. *A Memory of the Future. II The Past Presented*. Rio de Janeiro: Imago, Vers. Cast. *El pasado Presentado*. Madrid: Yebenes, 1965.
- . 1977. *The grid and Caesura*. Rio de Janeiro: Imago: Vers. Cast. *La Tabla y La Casura*. Buenos Aires: Gedisa, 1982.
- MILTON, J. 1667. *Paradise Lost*. London: Simmon, libro III.
- SALVAT, 1972. *Enciclopedia Salvat*. Barcelona, 1972.
- SOR, D.; GAZZANO, M. 1988 *Cambio Catastrófico*. Kargieman: Buenos Aires, Adenda II.
- . 1992. *Fanatismo, Ananke*. Santiago de Chile.

Tradução de **Sonia Kahl** – Traduzca
Revisão técnica de **Jussara S. Dal Zot**

Darío Sor
Austria 2218 – PB
1425 – Buenos Aires – Argentina
E-mail: dariosor@bigfoot.com



Atenção montador
a página **314** é branca





Cinema e Psicanálise





Atenção montador
a página **316** é branca





Ciclo de debates: Freud e Shakespeare no Cinema

Ao longo do corrente ano, a Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre tem promovido um ciclo de debates sobre a obra de William Shakespeare. Essa atividade constitui-se de reuniões mensais abertas ao público, tendo como foco versões cinematográficas de algumas das principais peças daquele dramaturgo. Os filmes escolhidos são Ricardo III (versão com Ian McKellen), Hamlet (versão com Laurence Olivier), Macbeth (versão com Orson Welles), Otelo (versão com Kenneth Branagh), Rei Lear (versão com Laurence Olivier), Henrique V (versão com Kenneth Branagh), Sonho de Uma Noite de Verão (versão com Kevin Kline), Muito Barulho por Nada (versão com Kenneth Branagh), Romeu e Julieta (versão dirigida por Franco Zeffirelli). Após a projeção do filme, dois convidados, um psicanalista e alguém ligado ao mundo das letras ou do teatro, expõem seus comentários à guisa de introdução ao debate que conta com ampla participação dos presentes. A Revista de Psicanálise inicia, neste número, a publicação de cinco desses comentários introdutórios, os demais devendo aparecer nos números a seguir. Embora não haja espaço para apresentar a íntegra das ricas discussões desenvolvidas nesses eventos, estamos certos que os textos aqui reproduzidos mobilizarão o interesse do leitor para a inesgotável fonte de reflexões sobre o humano contida na obra desse gênio da literatura universal.



Atenção montador
a página **318** é branca





Como eu vi *Ricardo III*, de W. Shakespeare (versão com Ian Mckellen)

Luiz Carlos Mabilde, Porto Alegre*



* Membro Efetivo da Sociedade Psicanálítica de Porto Alegre.

Revista de Psicanálise, Vol. VIII, Nº 2, agosto 2001 □ 319





Embora *Hamlet* seja considerada a obra capital e *Macbeth*, *Otelo* e *Rei Lear* sejam vistas como peças do mesmo nível de *Hamlet*, *Ricardo III* se destaca dentro do edifício shakespeariano por um detalhe digno de nota: é a sua peça mais encenada, ao longo do tempo, em filmes e apresentações teatrais. *Ricardo III*, assim, constitui um fenômeno de público e, como vocês puderam sentir, de arrebatamento do nosso interesse durante o seu desenrolar. Como entender e explicar esse fenômeno?

Vou me valer de três tipos de razões para buscar essas respostas, razões estas que, na minha opinião, são relativas:

- 1) ao período cultural donde surge a produção shakespeariana;
- 2) ao fato de que *Ricardo III* toca constantemente no mais universal de todos os conflitos humanos;
- 3) ao fato de que *Ricardo III* toca profundamente no aspecto mais crucial da personalidade de todos nós.

Começando pelo período cultural de Shakespeare, nós vamos encontrar uma Inglaterra vivendo a sua idade áurea dos séculos XVI e XVII, tanto em termos econômicos e científicos, quanto em termos culturais.

Quer dizer, Shakespeare é um filho legítimo da Renascença e, como tal, projeta-se para adiante do obscurantismo medieval, vindo a se situar naquilo que é moderno e no próprio iluminismo. Tal inserção implica em marcantes influências na produção cultural de William, a ponto, inclusive, de se constituírem em algumas de suas características.

Produto, portanto, da época, percebe-se que Shakespeare troca o misticismo pelo humanismo e pelo psicologismo, colocando-se ao lado dos grandes Spinoza e Descartes e na linha das maiores sensibilidades psicológicas daquele tempo. Troca, deste modo, o amor pelos deuses pelo amor pelas coisas humanas e terrenas e passa a investigar as relações entre os homens e do homem consigo mesmo, ao invés da relação do homem com o universo sob as leis divinas, típica da Idade Média. Dá pouca importância à cientificidade e à política, preferindo, isto sim, o drama e a tragédia. Mas a sua tragédia difere completamente da tragédia grega. A sua tragédia – assim como a de Eugene O’Neil – é a tragédia moderna, na qual se observam grande atividade no palco e grande preocupação de apresentar e esmiuçar a complicada personalidade humana.

Tal humanismo custou-lhe muito caro, pois foi atacado, ofendido e desacreditado, a tal ponto que, na verdade, ele só veio a ser reconhecido um século depois da apresentação de suas peças. Forbes, por exemplo, considerou-o sem talento. Johnson dizia que seu teatro se tratava apenas de um ofício para que o respectivo autor pudesse comer. Green considerava-o um saqueador e sem qualquer originalidade. Voltaire





desdenhava-o ao afirmar que ele extravasava. E, mais surpreendente ainda, o grande Tolstói, além de considerar o *Rei Lear* um péssimo drama, acusou-o de ser essencialmente reacionário, pois ele apenas se ocupava da realeza e dos nobres, não tendo o povo nenhuma importância em seus escritos.

Como se pode ver, o seu humanismo não provém só dos movimentos culturais da época. É preciso acrescentar tudo o que passou na vida, tanto por sua origem humilde, quanto por ter deixado a cidade natal com apenas doze anos rumo a Londres, onde – já vimos isso – passou trabalho até alcançar sucesso. Não é sem razão, outrossim, que suas produções abrangem essas três grandes categorias: dramas, tragédias e narrativas históricas.

Em Shakespeare não há uma filosofia (como em Lord Bacon), mas há uma grande sabedoria, a sabedoria dos grandes psicanalistas a descrever os enredos do ser humano em termos de seus sentimentos mais arrebatadores e decisivos em suas condutas. Por isso, em suas peças, a ação é brusca e violenta, a linguagem é crua, eloqüente e extremamente expressiva e a penetração psicológica possui uma rara sutileza.

Assim, em *Ricardo*, ele trata do poder, da luxúria e da traição, mas se poderia dizer que trata da inveja. Já em *Otelo* elege a agudeza do ciúme, em *Lear*, da ingratidão, no *Coriolano*, do orgulho, em *Romeu e Julieta*, do amor, em *Macbeth*, da culpa.

Ricardo III não chega a ser uma tragédia como o é *Romeu e Julieta*, *Hamlet*, *Otelo* e *Macbeth*, tampouco, é claro, é uma comédia como o são *As Alegres Esposas de Windsor* e *Muito Barulho Por Nada*. *Ricardo* é um drama histórico.

Passando para o segundo fator já anunciado, é claro que o conflito mais universal e humano a que me referi é o conflito edípico. O início do filme já configura dados nesse sentido. Por exemplo, as tropas comandadas por Ricardo aproximam-se da casa onde se encontram o Rei e o Príncipe. E aí um tanque com um expressivo símbolo fálico (o canhão do tanque) penetra a casa, a qual se rompe e se abre para Ricardo também penetrá-la e matar a ambos (representantes do pai). Sobre a mesa do Príncipe está a foto da esposa do Príncipe (representante da mãe), a qual adiante é, de fato, tomada como esposa por Ricardo. Na festa da família York, comemorativa da sua vitória na Guerra das Rosas contra os Lancaster, repete-se o cenário edípico: Eduardo, o novo rei e irmão mais velho de Ricardo, dança com sua esposa. Eduardo, por sua postura e aparência bem mais velha, configura o pai a dançar com a mãe, enquanto Clarence (irmão mais moço) fotografa ambos, numa alusão à observação (câmera-olho) do coito-dança dos pais, e Ricardo trama a eliminação de seus dois irmãos, o que, adiante, efetivamente acontece, como também o fato de Ricardo arrebatado um beijo da esposa-mãe de Eduardo, bem como pretender casar com a filha de Eduardo, de novo uma representante da mãe. Quer dizer, toda a luta pelo poder em-





preendida por Ricardo, primeiro contra a família Lancaster e depois dentro da sua própria família, encerra o expediente edípico de ocupar o lugar do pai. Igualmente em *Hamlet* (parricídio), *Macbeth* (assassinato do rei), *Lear* (relação de Cordélia com o pai) aparecem evidentes componentes dos dois crimes edípicos (incesto e parricídio).

Acredito que William Shakespeare tinha experiências pessoais e familiares, as quais, assim como as de Freud e seus sonhos claramente edípicos, levaram-no ao conteúdo edípico de suas peças. Afinal, William era o filho mais velho de doze filhos e, aos dezoito anos, casou-se com uma mulher oito anos mais velha do que ele.

Quanto ao terceiro tipo de razão do tremendo interesse despertado, ao longo do tempo, pelo *Ricardo III* e mesmo por um certo fascínio, apesar da sua maldade, exercido por ele junto ao público, devo, de início, esclarecer ser o narcisismo o aspecto que eu considero o mais crucial da personalidade de todos nós. Então, se é assim e se ele (narcisismo) está presente nos personagens do filme, especialmente em Ricardo, assim como o humanismo está presente em Shakespeare, é fácil entender o dito interesse. Eu até diria que a dupla ação típica das peças de Shakespeare, a qual dinamiza e eletriza dialeticamente o público, seria correlativa de uma outra dupla, profunda e estruturalmente inserida em suas peças: a dupla Édipo e Narciso.

Narcisismo é a idealização do self, razão pela qual toda a energia está voltada para o sujeito. O narcisista, assim, acredita que tudo o que é valioso faz parte dele, mesmo que seja de outros, acreditando que controla tudo e todos.

Freud estabeleceu e desenvolveu esse conceito e suas vicissitudes em alguns trabalhos, tais como “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade”, “Leonardo da Vinci e uma Lembrança da sua Infância”, “Schreber”, “Totem e Tabu” e, em especial, “Sobre o Narcisismo: uma Introdução”. O narcisismo, em condições e doses normais, é básico para a auto-estima de todas as pessoas. Em estado anormal toma a forma consagrada pela lenda de Narciso, isto é, ele era tão belo que, ao ver a sua própria imagem refletida nas águas que saciariam a sua sede, apaixonou-se por si mesmo de tal forma que ali ficou imobilizado até morrer, dando lugar à flor chamada de narciso.

Mas aí vocês perguntariam: como pode Ricardo, o sapo aleijado, feio ao extremo, ser um narcisista? Não é exatamente o narcisismo a exaltação extremada do belo? É, de fato, é assim, mas este é só um dos lados do narcisismo. O outro lado é exatamente o lado que tem a ver com o personagem Ricardo III, o qual passo a explicar.

Freud, em 1920, no clássico “Além do Princípio do Prazer”, estabeleceu a sua última teoria das pulsões, chamando-as, respectivamente, de instinto de vida e de instinto de morte. Freud desenvolveu principalmente o narcisismo libidinal, isto é,





aquele ligado ao instinto de vida, a energia sexual, não tendo tido o tempo necessário para fazer o mesmo com a pulsão agressiva. Na realidade, foi H. Rosenfeld (1971) quem o fez, ao adotar os mesmos critérios utilizados por Freud e assim conceituar o segundo tipo de narcisismo, o narcisismo destrutivo, que vem a ser a idealização dos aspectos destrutivos do self.

Agora, recordem-se do famoso monólogo de Ricardo III: – “*E eu que sou deformado, mal acabado, coxo e desajeitado e que não posso servir como amante (narcisismo libidinal), decidi então ser um vilão e odiar (narcisismo destrutivo) todos os prazeres da vida*” (...) “*Eu posso sorrir e posso matar enquanto eu sorrio*”...

Quer dizer, sob a aparente frivolidade de Ricardo, que é expressa quando diz que considera tediosos esses tempos frívolos e que por isso quer divertir-se como um vilão, aparece, na verdade, a magnitude da sua amargura, a dor decorrida da enorme ferida em seu narcisismo, em sua auto-estima, provocada por sua deformidade. Aliás, essa amargura parece ser um dos fatores a nos compelir a sermos solidários com ele.

Tais aspectos não escapam da genial acuidade de Freud em um trabalho intitulado “*Alguns Tipos de Caráter Encontrados no Trabalho Analítico*” (1916). Um destes tipos de caráter, Freud denominou de “*As Exceções*” e dá três exemplos sobre as mesmas: uma paciente que sofria de um mal orgânico e que, ao descobrir que esse mal era congênito e não acidental, muda radicalmente a sua atitude em relação a ele e à vida, pondo-se doente; outra paciente que toma idêntica direção ao saber que fora vítima de infecção por sua ama de leite; e, por último, sabem quem Freud cita? Ele, exatamente, Ricardo III, por sua desvantagem física congênita. Freud descobre, ao tratar dessas duas pacientes, uma de suas principais características: a recusa total delas de melhorar, uma resistência intransponível a mudar, o que pode também ser observado em Ricardo.

Assim, na realidade, Ricardo está dizendo o seguinte em seu monólogo: – “*A vida me deve reparação pelo mal que me fez; eu tenho direito de ser uma exceção e de fazer todo o mal que foi feito a mim.*” Desta forma idealiza a maldade, pois é obrigado a sentir inveja dos outros. Mata os seus dois bons irmãos (narcisismo libidinal) e os substitui por dois novos e maus parceiros (narcisismo destrutivo), quais sejam o Duque de Buckingham, autor intelectual dos crimes, e James Tyrrel, o frio e sanguinário executor dos mesmos. Ricardo, por sua frieza e por sua crença em sua própria indestrutibilidade, nada teme e usa a fraqueza dos outros para, de preferência, inverter a sua agressão, como, por exemplo, quando diz à viúva de cujo marido tirou a vida: – “*... Se o teu coração vingativo não pode perdoar-me, então me mata*” De outra parte, idealiza sempre a agressão: – “*... Os meus olhos vertem pedras, os dos tolos vertem lágrimas*”

Contra Ricardo, em um determinado momento, chega a se insurgir a esposa





americana do rei Eduardo, ao denunciar a inveja de Ricardo, mas ninguém lhe dá bola, pois todos dependem de seu chefe militar e o temem. Tanto é assim que o primeiro ministro Hasting e o arcebispo se mostram completamente impotentes. Como consequência disso, Ricardo mata e se torna cada vez mais poderoso, mas, apesar disso, não tem paz, já que a sua agressão projetada se volta contra ele. Daí precisa seguir eliminando Rivers, o seu cunhado, pelo risco de sua amizade com o filho de Eduardo, o próximo a ser rei com a morte de Eduardo; Ann, a sua esposa, a fim de ficar desimpedido e assim casar com a filha (Elizabeth) de Eduardo e impedir o casamento desta com Richmond; Hastings, o primeiro-ministro, por ter se declarado a favor da coroação do príncipe; e os próprios príncipe e princesa para não poderem assumir a coroa vaga.

Não é em vão que as cenas da coroação de Ricardo se confundem com a tomada do poder por Hitler, na Alemanha, em 1933. O filme elege nada mais nada menos do que a Guerra das Rosas, datada exatamente na década de trinta. Além disso, na cena da coroação, são muito claros os elementos nazistas nela expostos: os uniformes dos soldados, as bandeiras vermelhas, o bigodinho de Ricardo.

Próprio do narcisismo destrutivo, Ricardo ataca qualquer expressão de sexualidade, de criatividade, de afetividade e de bondade, seja nos outros, seja em si mesmo, idealizando, deste modo, a agressão e justificando assim a sua maldade e a sua inveja. Esses aspectos aparecem com clareza quando ele diz: – “... *um pecado leva ao outro, meus olhos não abrigam piedade*”. Ou, ainda, na impressionante cena na qual acorda de um evidente sonho de angústia, devido à culpa persecutória, que começa a persegui-lo tanto quanto as tropas libertadoras de Richmond, já bem próximas:

– “*Oh, consciência covarde, o que temes?...*
Ricardo ama Ricardo,
Somente eu existo...
Existe algum assassino aqui?
Não, sim, eu sou um assassino
Porque cometi muitos crimes
E porque eu sou um vilão”.

O final é apoteótico ao colocar Richard e Richmond (reparem a semelhança entre os dois nomes) em um combate de morte entre o mal e o bem, do qual ambos saem vencedores, daí ambos sorrirem em seu desfecho. Afinal para Richard morrer e morrer no inferno (as chamas para aonde se atira) é a glória em termos de seu narcis-





Como eu vi *Ricardo III*, de W. Shakespeare (versão com Ian Mckellen)

sismo destrutivo, e, para Richmond, eliminar Richard, ao baleá-lo, é dar o último passo rumo à sua amada e à gratificação de sua libido. □

Luiz Carlos Mabilde

Rua Tobias da Silva, 99/303
90570-020 – Porto Alegre – RS – Brasil
E-mail: mabilde@zaz.com.br

© Revista de Psicanálise – SPPA



Revista de Psicanálise, Vol. VIII, Nº 2, agosto 2001 □ 325





Atenção montador
a página **326** é branca





***Ricardo III* ou a cumplicidade do espectador**

Mirna Spritzer, Porto Alegre*



* Mirna Spritzer, atriz, pesquisadora, professora do Departamento de Arte Dramática da UFRGS e Doutoranda em Educação e Arte.

Revista de Psicanálise, Vol. VIII, Nº 2, agosto 2001 □ 327





A grande originalidade de Ricardo III que resgata essa peça tão pesada e tão longa não é bem o personagem de Ricardo em si mesmo, mas a surpreendente intimidade que o herói-vilão consegue firmar com o público. Estabelecemos com Ricardo uma relação confidencial¹.

A primeira surpresa do filme *Ricardo III*, com o ator Ian McKellen no papel título, é constatar mais uma vez a atualidade de Shakespeare.

Ao trazer a ação da peça para a Inglaterra na década de 30, o diretor Richard Loncraine e Ian McKellen, ambos roteiristas, optaram por manter os diálogos e falas exatamente como no original. Com isso, vamos percebendo que as palavras fazem sentido como se houvessem sido escritas naquele momento para aquela versão, como fazem sentido para nós, hoje. Aliás, com frequência se tem dito que muitas peças de Shakespeare já nasceram como roteiros para cinema. Assim, as falas dos personagens shakesperianos existem para além do tempo e do espaço. Mais do que isso, as relações entre os personagens, as intrincadas redes de poder, são estruturas que subvertem a época porque dizem respeito ao humano.

Ricardo III aparece pela primeira vez no filme já de forma a não deixar dúvidas para que veio. Irrompe em cena como e com um canhão a mostrar força, vontade e violência. Logo a seguir, num salto de tempo, entra na festa em que se comemora a vitória com a mesma vontade, a mesma força agora transformada em elegância. Depois de seu discurso/saudação ao novo rei, encontra-se no banheiro como qualquer mortal. E aqui termina sua fala dirigindo-se ao espelho. E quem encontra, além de si mesmo, no espelho? Nós mesmos, o espectador. E é nesse momento, ao perceber-nos a presença registrando a câmera, que Richard of Gloucester estabelece nossa cumplicidade. A partir daqui, seremos sempre chamados a acompanhar a estratégia do herói-vilão na expressão de Bloom. E faremos isso, seduzidos que estamos por esse personagem.

A criação da deformidade física de Ricardo III é sempre um desafio para os atores. O virtuosismo de representar a aberração corporal acaba por alimentar o fascínio pelo personagem. Ele é sedutor, sarcástico e, o pior, não esconde isso. Pelo menos não do espectador que vê se aproximar a hora em que será confrontado com a necessidade de tomar uma posição. Para Bloom, como o personagem de Buckingham, podemos cair em desgraça a qualquer momento, capturados que estamos nas mesmas relações de poder.

1. BLOOM, H. *Shakespeare, a invenção do humano*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p.106.





Ian McKellen cria seu Gloucester com economia de trejeitos, concentrando esforços na construção de um personagem que irradia energia pela fala, pelo gesto preciso e pela relação com a câmera. Ele conduz a ação tendo sempre a clara noção de que a câmera, ou o espectador, o acompanha cegamente. Seu olhar estabelece a relação com os outros personagens numa triangulação com o espectador.

Como Al Pacino em seu *Ricardo III, um ensaio*, também Ian McKellen sucumbe à sedução do personagem. Talvez porque Ricardo atue, represente, interprete. Ele é um fingidor e o faz cumprindo à risca a dualidade de agir e mostrar que age. Como um ator, um ator que se delicia com o ato de representar e com seu poder de persuasão.

Não é monstruoso que esse ator, em uma ficção, em um sonho de paixão, possa forçar sua alma a sofrer com o seu próprio pensamento a ponto de empalidecer-lhe a face;(...)

Hamlet, ato II, cena II. □

Mirna Spritzer

Rua Giordano Bruno, 388/702
90420-150 – Porto Alegre – RS – Brasil
E-mail: mirnasp@terra.com.br

© Revista de Psicanálise – SPPA



Atenção montador

a página **330** é branca





Hamlet

Germano Vollmer F., Porto Alegre*



* Membro Efetivo da Sociedade Psicanálítica de Porto Alegre.

Revista de Psicanálise, Vol. VIII, Nº 2, agosto 2001 □ 331





Germano Vollmer F.

Quando uma obra de Shakespeare, com seu conteúdo profundo e riqueza de linguagem, é apresentada em filmes, há um confronto com a indústria cinematográfica e seus interesses econômicos, e quem perde é o texto shakesperiano. Essa perda não é totalmente negativa porque a divulgação cinematográfica permite que maior número de pessoas tenham acesso à parte da obra do genial autor que revolucionou o conhecimento a respeito da natureza humana.

O primeiro filme sobre um texto de Shakespeare foi retirado de *Hamlet*. Exibido na feira de Paris em 1900, dura cinco minutos. Apresenta o duelo de Laertes com Hamlet, este interpretado por Sarah Bernhardt. Não foi a primeira nem a última vez que figuras andróginas interpretaram personagens de Shakspeare. A masculinidade de Hamlet tem sido bastante discutida nos círculos literários. Outra personagem feminina a interpretá-lo foi Astra Nilsen – 1920 –, a grande atriz da UFFA, e o filme dirigido por Svend Gate tinha o título *Hamlet, o drama da vingança*. Trata-se da primeira versão cinematográfica de uma obra de Shakespeare. Depois dessa, foram realizados cerca de 400 filmes mudos e 40 sonorizados.

Quanto ao *Hamlet* de Laurence Olivier, estreado em 1948, é provavelmente a representação mais importante sobre o personagem de Shakespeare. Oliver reduz o texto original à metade. Para se ter uma idéia, o texto shakesperano, com 4500 linhas, dura aproximadamente quatro horas de representação. Personagens importantes como Rosencrantz, Guildenstern e Fortimbras são omitidos. Tecnicamente o filme segue os passos do expressionismo criado pelo cinema alemão: escadas em curva, longos corredores, salões vazios e tomadas de câmera sugerem que alguém observa todos. Tudo sob um fundo preto e branco. As escadas, bem como os corredores, sugerem ligações entre o conhecido e o desconhecido, entre consciente e inconsciente. Hamlet sobe-as para encontrar o fantasma, ou para chegar ao quarto de sua mãe e confrontá-la com sua consciência. Caminha pelos corredores desenvolvendo um solilóquio, a fim de fazer crer ao rei e aos outros que está louco.

O filme de Olivier é psicanalítico, desenvolve o interior e o subjetivo e teve a influência do trabalho de Ernest Jones sobre o caráter de Hamlet, publicado nos *Essays in Applied Psycho-Analysis*, em 1923, que fascinou Olivier a tal ponto, que nele se baseou para salientar no filme a conflitiva edípica do personagem. *Hamlet* recebeu o Oscar de melhor película em 1948, sendo a primeira não americana a receber o prêmio.

Hamlet também contém material para filmes de ação e oportunidades para um ator como Mel Gibson exibir notável violência. Filmes como *Mad Max* são entretenimentos de vingança, bem como *Lethal Weapon*, em que Gibson interpreta um detetive raivoso de duvidosa sanidade mental. Zeffirelli, ao dirigi-lo, procurou, na tragédia





da vingança, unir o melhor do ator com o ótimo de *Hamlet*.

Hamlet tem merecido, ao longo dos anos, inúmeros estudos e ensaios destacando os diversos aspectos humanos que a tragédia apresenta. É a obra teatral que mais mereceu interpretações dos psicanalistas, a começar pelo criador da psicanálise, Sigmund Freud. É interessante destacar que Goethe, muito antes do advento da psicanálise, interpretasse Hamlet como um herói cuja ação estava inibida pelo pensamento, um conceito psicanalítico conhecido e atual.

Hamlet, pois, talvez seja a peça teatral mais estudada psicanaliticamente. Por muito tempo predominou a compreensão edípica, de Freud-Jones, sobre as motivações da paralisia emocional do personagem. O desejo reprimido pela mãe impede-o de vingar-se de Cláudio, o tio incestuoso. A paralisia de Hamlet deve-se ao fato de que, no seu interior, permanecem os desejos incestuosos de matar o pai e apoderar-se da mãe. Ao se identificar com Cláudio, não pode atacá-lo e matá-lo, porque estaria fazendo o mesmo consigo.

Essa compreensão é importante e válida até hoje. À medida que os conhecimentos a respeito das motivações humanas foram melhor compreendidos, novas entendimentos surgiram a respeito da tragédia shakesperiana.

Considero a monografia de Lacan sobre *Hamlet* como a mais original e completa. O autor ressalta, na sua compreensão, que no luto do personagem está o núcleo do conflito. Fundamenta-se no diálogo de Laertes com Hamlet, quando aquele lamenta seu luto e Hamlet, indignado, declara que “*não existe luto maior que o meu*”. A partir do momento em que assume seu luto, retorna sua capacidade de agir. Torna-se um matador e o tema da morte torna-se o pivô da peça. O tema surge com a aparição do fantasma sinalizado pelo horário: “...o sino tocando à uma hora”. Esta *uma* (one) reaparece no final, quando Hamlet vai duelar com Laertes para matar e morrer e diz a Horácio: “*O que é matar um homem? O tempo de dizer one*”. Lacan compreende a tragédia de um outro ângulo – não o desejo pela mãe, mas o desejo da mãe. Na peça, em várias passagens, Hamlet deixa transparecer sua revolta pela satisfação da mãe com Cláudio, não mostrando tristeza pela morte do marido. A parte em que o ataque ao desejo da mãe se torna manifesto ocorre após a encenação de *A Ratoeira*. Chamado pela mãe ao seu quarto, ele a interpela dizendo que vai remexer na ferida, apunhalar seu coração. A longa cena mostra-o exigindo pateticamente que sua mãe tome consciência do estado em que se encontra. Diz Hamlet: “*A que se parece esta vida? Além do mais você não está mais na primeira juventude. Isto tem que calmar um pouco.*” Responde Gertrudes: “*Você me abre o coração com sofrimento*”. Hamlet vai adiante e a incita a dominar o desejo: “*Retome o caminho dos bons costumes. Comece por deixar de deitar com meu tio.*” O vigor e até a crueldade com que isso é dito faz com que a mãe reconheça o desejo do filho ao afirmar: “*Você quer me ma-*



Germano Vollmer F.

tar? Até onde quer ir?” E o fantasma retorna para lembrar a Hamlet: “Interpõe-te entre ela e sua alma que está cedendo.”

Pode-se compreender mais profundamente a tragédia de Hamlet: o luto pela perda do pai trouxe a razão de sua imobilização – o desejo de morte dirigido à mãe pela ferida narcísica infantil de não ser o único objeto de desejo dela. Ainda sobre *A Ratoeira*, uma peça dentro da peça, gostaria de abordar uma passagem que, no meu entender, desencadeia a ação final, quando as emoções – a dor e o ódio – são transformadas, à semelhança da formação dos sonhos, em pensamentos e em imagens. Shakespeare, de forma genial, mostra-nos como entende a criação literária a partir de emoções transformadas. Seguindo esta linha, constatamos que os processos de criação do sonho e da obra em Shakespeare são semelhantes. Podemos conjecturar que, se *A Ratoeira* é um “sonho” de Hamlet para transformar seu sofrimento, também podemos inferir que *Hamlet* é um sonho de Shakespeare para lidar com seus sofrimentos.

Hamlet, segundo Park Nahon, biógrafo de Shakespeare, teria sido escrita a partir de 1596, ano do falecimento de Hamnet, único filho homem de Shakespeare. A dor pela perda do filho, bem como a interrupção da linhagem paterna, pode ter sido a emoção desencadeante na produção de suas tragédias, especialmente *Hamlet*. Para melhor o entendermos, é necessário recorrer à biografia de Shakespeare. Mary Arden, sua mãe, era a mais moça de oito irmãs. O pai enviuvou e mais adiante voltou a casar. Mesmo sendo a caçula dessa grande família, foi nela que o pai depositou todas as conseqüências da viuvez e do casamento. Era a pessoa da confiança dele. Quando ela casou com John, pai de William, a família teve duas perdas importantes. É preciso lembrar que em 1550-1560 a peste constantemente grassava na Europa e que os dois primeiros filhos de Mary Arden morreram em conseqüência do flagelo. William foi o seguinte. Ele nasceu não se sabe ao certo se em 21, 22, 23 ou 24 de abril, mas em 01 de junho de 1564 a peste chegou em Stratford, o vigário tendo anotado quando os primeiros da rua Henley, onde morava John Shakespeare, começaram a morrer. William sobreviveu e é fácil deduzir que foi por causa do extremo cuidado que Mary Shakespeare lhe dedicou. Também é fácil supor que, sendo o sobrevivente de uma mãe dotada, a proximidade entre os dois tenha sido muito intensa. O filho seguinte de John e Mary nasceu dois ou três anos depois, quando já não havia mais a peste, mas o apego, a proximidade entre William Shakespeare e sua mãe se prolongou durante todo esse tempo. Mary Arden era alfabetizada, algo incomum naquela época. Sabia ler e escrever, porque tomava conta da organização rural que o pai mantinha. Em face disso, tinha acesso a livros e é bem provável que Shakespeare tenha sido influenciado pelas histórias que ela lia e contava. O fato é que essa proximidade entre mãe e filho nos possibilita pensar que *Hamlet* representa uma dualidade em Shakespeare por uma mãe extremamente amada e querida, mas insuportável porque tinha desejos, os





quais significavam uma grande perda e sofrimento. Por que Hamlet executou isso e não Shakespeare? Essa é a pergunta lógica que se impõe. Porque tal mãe, com sua grande capacidade, foi capaz de administrar o luto em relação aos dois filhos e também as primeiras manifestações que Shakespeare teve quando nasceu sua irmã Joan.

A relação entre a biografia de Shakespeare e sua produção literária merecem um estudo maior e mais aprofundado, mas vou destacar alguns pontos para a compreensão que pretendo expor ao final.

John Shakespeare faleceu em 8 de setembro de 1601. Ainda que a peça *Hamlet* tenha estreado nesse ano, surge a dúvida de que o luto pelo pai não tivesse ocorrido. Na realidade, a peça que chegou até nossos dias não é a estreada, mas sim a peça “ponto” alterada e datada de 1602. No mesmo ano do falecimento do pai, Shakespeare escreve uma estrofe em *Fenix e a Rola* que veio a ser conhecida no ano de sua morte. É um requiem sobre a morte do amor puro: “*Corações remotos, mas não separados, via-se distância, mas nenhuma lacuna. Entre essa rola e sua rainha o que é que houve? O que havia neles era um assombro*” A segunda estrofe, que deve ser recitada na presença de uma mulher com os seios à vista, diz: “*Quase nu sem comparação separa ainda mais essas superfícies que pasmam, só uma fina iguaria chegaria perto de algo tão raro que é um assombro*”.

Acredito que possamos vincular o luto pela morte do pai com uma perda mais primitiva que *Fenix e a Rola* representam na separação do bebê William do seio de Mary Arden Shakespeare.

Germano Vollmer F.

Av. Encantado, 110
90470-420 – Porto Alegre – RS – Brasil
E-mail: vollmer.voy@zaz.com.br

© Revista de Psicanálise – SPPA





Atenção montador

a página **336** é branca





Hamlet

Luiz Antonio de Assis Brasil, Porto Alegre*



* Escritor. Professor e Doutor em Letras na Área de Teoria da Literatura – PUC-RS.

Revista de Psicanálise, Vol. VIII, Nº 2, agosto 2001 □ 337





Diante de uma obra cinematográfica da qualidade de *Hamlet*, não sabemos o que é o melhor: se Shakespeare, se Lawrence Olivier como diretor, se Lawrence Olivier como ator... mas, enfim, temos que dizer alguma coisa. Assim, espero que os organizadores saibam bem quem convidaram: um escritor, alguém que, por tradição, tem sido primo dos psicanalistas.

O trabalho com a palavra sempre foi motivo de reflexão para a psicanálise, e aqui evoco a célebre carta que Dr. Freud enviou ao escritor Schnitzler, seu contemporâneo em Viena. Nessa carta ele o cumprimentava por um lançamento literário e dizia que Schnitzler, um ficcionista, ia mais fundo na alma humana do que ele, Freud. Essa afirmativa acaba dando aos escritores uma responsabilidade tremenda, mas não quero ir além daquilo sobre o que me julgo competente para refletir.

Os intelectuais do pós-Renascimento viram-se às voltas com uma inesperada humanidade, sufocada durante quase todo o período medieval. O Renascimento, sabe-se, veio colocar o ser humano no centro e, após um estágio inicial de verdadeira revolução, com o deslocamento desse eixo de Deus para o ser humano, os escritores não sabiam bem o que fazer com a alma, viram-se às voltas com esta surpresa de serem seres humanos, de poderem até mesmo enlouquecer.

Temos três grandes intelectuais do pós-Renascimento – chamado também de *Maneirismo* – que trataram do tema da loucura. São eles Miguel de Cervantes, Michel de Montaigne e Shakespeare, todos contemporâneos. Essa tríade de intelectuais, a sua maneira, tentou lidar com a humanidade repentina e com o afloramento da sua expressão talvez a mais legítima que é a loucura. Por um lado, tivemos Cervantes instituindo a loucura como tema da sua obra-mestra, o *Dom Quixote*. Dom Quixote enlouqueceu por ler romances de cavalaria. Já Michel de Montaigne tentou domar a loucura, tentou refletir sobre ela e superá-la através do pensamento e da reflexão, o que realizou nos seus *Ensaíos*. E Shakespeare, rigorosamente coetâneo desses dois, não se viu livre do tema. A humanidade restaurada no ser humano foi tratada por ele de forma magistral em *Hamlet*.

Pensando nesse tema enquanto criador literário, percebo que existe na peça uma tensão que conduz a narrativa, e essa tensão está colocada num eixo que liga Hamlet a sua mãe. O clássico episódio do espectro até seria dispensável, porque bastaria a questão não resolvida de Hamlet, a circunstância da morte do pai e, um mês após, dois meses – a morte oscila um pouco dentro da peça –, o casamento de sua mãe com o tio, irmão do rei.

Hamlet fica sabendo, através do espectro, que seu pai foi assassinado pelo próprio irmão e, aparentemente, esse é o motivo da condução da narrativa dramática. Na verdade, o motivo mais relevante já está revelado antes da fala do espectro, na





Cena II, ato I – anterior ao encontro de Hamlet com o pai – quando ele diz: “*Chegar a isso! Morto há dois meses! Não, nem tanto. Dois? Um rei tão bom que, confrontado com este, era Apolo ante um sátiro*”. Sátiro, portanto, é a associação que Hamlet faz com o seu tio. “*E – segue o texto –, um mês depois... paremos... Fragilidade, nome de mulher... Só um mês, sem ter gasto ainda os sapatos com que seguiu o corpo do meu bom pai. Qual Níobe, só lágrimas*”. Níobe é aquela personagem mitológica que, depois de ver mortos seus sete filhos, suas sete filhas e seu marido, transforma-se em um rochedo que verte lágrimas, petrificada pela dor. Desse modo Hamlet se refere à mãe, a essa Níobe de lágrimas. “*Sim, ela*” (...) “*...desposada! pelo irmão do meu pai, mas que tem tanto dele tal qual eu de Hércules*”. Interpretando, Hamlet coloca-se na posição oposta à de Hércules que, sabemos, era o sinônimo da potência absoluta, um homem, um semideus que venceu todas as circunstâncias adversas, um modelo de virilidade e força. Ainda diz: “*Um mês antes que o sal das lágrimas tão falsas secasse dos seus olhos tumefeitos, estar ela casada! Oh pressa iníqua de subir ao tálamo incestuoso! Não pode acabar bem... Mas despedaça-te coração; é mister ficar calado*”. Só após o espectro do pai revela que havia sido assassinado.

Temos aí o episódio mais interessante do texto de Shakespeare, em que é forjada a loucura, uma loucura que encarcerou seu próprio autor. E tão prisioneiro estava que acabou contaminado por ela. No final, na Cena II, ato 5, quando ele se dirige a Laertes, diz: “*Perdoai, senhor; causei-vos grande ofensa. Tudo que fiz, que à vossa natureza porventura ofendesse à honra e ao caráter, proclamo-o: foi loucura. Foi Hamlet que a Laertes magoou? Jamais*”. Se Hamlet não foi o causador, quem foi, então? Sua loucura. Percebe-se nessa declaração final que ele ficou absolutamente contaminado por aquilo que forjou. E, como diz, não poderia acabar bem e de fato não acabou.

Se compararmos o discurso de Hamlet relativamente a sua mãe – antes e depois da aparição do espectro –, veremos que não há mudança de tom na queixa hamletiana. Percebam que a única forma de ele manter essa loucura viva dentro de si foi fazer a maior loucura possível, rejeitar sua amada, do que veio a arrepender-se dizendo mais tarde que muito a amava. O discurso hamletiano em relação à mãe persiste, quando ele diz, já após a aparição do espectro: “*Aguarda, espada, um golpe mais terrível, no sono da embriaguez, ou em plena cólera nos prazeres do tálamo incestuoso.*”

Assim, a idéia do incesto é permanente no texto e subtexto de Hamlet, antes e depois do aparecimento do espectro: “*Grande ofensa a meu pai fizeste, mãe*”, “*Não chameis a isso amor [mãe]. Em vossa idade o sangue se arrefece, fica humilde e obedece à razão*”. Condenou, portanto, o desejo materno, lembrando que a passagem dos anos diminuiu o impulso sexual: “*Viver num leito infecto que tresanda a*



Luiz Antonio de Assis Brasil

fartum, onde fervilha a podridão, juntando-se em carícias em uma pocilga asquerosa” são palavras suas para o casamento da mãe, ditas diretamente a ela. E ela, em um momento – fica absolutamente claro que ele percebe a dualidade da mãe – ela diz: “*Hamlet, o coração em dois repartes*”. E a resposta dele: “*Jogai fora a metade que não presta e ficai com a outra parte para com a outra parte seres pura. Boa noite. Mas evitai a cama de meu tio, fazei-vos de virtuosa, se não o fordes.*”

Ele também mostra essa dualidade com Ofélia, quando manda que ela se recolha a um convento. Supostamente a sua loucura está mandando Ofélia recolher-se a um convento, preservando desse modo sua pureza, a mesma que ele espera encontrar na mãe. Percebe-se com clareza que esse eixo de tensão, do ponto de vista literário e da estrutura da trama, é suficiente para manter toda a tragédia até o fim. E a morte final que acontece poderia nos levar à sensação – se se tratasse de um autor menor – de uma carnificina doméstica. Na verdade, essa é a única carnificina possível e desejada. Todos devem morrer, porque todos são carregados de culpa, de alguma maneira. Assim Shakespeare resolve a questão.

A assinalar que no filme de Lawrence Olivier foram retiradas as partes cômicas que ele voluntariamente colocava para agradar seu público e manter a tensão. Nesse sentido, parece-me que Lawrence Olivier fez muito bem ao suprimir essas partes para haver maior concentração dramática. Somos, então, levados a esse final de mortes coletivas, de suicídios e de homicídios como algo completamente natural dentro do clima de terror crescente e de loucura que passou a envolver todos aqueles participantes da peça de Shakespeare. Seriam essas as minhas notas. Espero que possam servir não como uma conclusão, mas sim como a abertura de um diálogo entre nós. Muito obrigado. □

Luiz Antonio de Assis Brasil

Av. Lavras, 289/303

90460-040 – Porto Alegre – RS – Brasil

E-mail: laab@portoweb.com.br

© Revista de Psicanálise – SPPA





“O principal é estar pronto”: alguns comentários sobre o *Rei Lear*

*Juarez Guedes Cruz**, Porto Alegre



* Membro Efetivo da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

Revista de Psicanálise, Vol. VIII, Nº 2, agosto 2001 □ 341





1. O comentário de Bloom e a emoção presente na escrita

Harold Bloom, tantas vezes citado em nossos encontros mensais, avisa que por maior que seja a dedicação à leitura de Shakespeare, suas peças “...nos lerão com uma energia ainda maior” (Bloom, 1998, p.22). Esse alerta vem ao encontro daquilo que o psicanalista Donald Meltzer comenta a respeito da contemplação de uma obra de arte: somos nós, espectadores, que nos expomos se nos deixamos capturar por seu potencial de provocar emoção. Então eu quero, de início, confessar que me sinto hoje, aqui, exposto. Tudo o que vou falar iniciou com a vivência emocional que essa trama, considerada por muitos, “...a mais trágica das tragédias” (Bloom, 1998, p.22), mobilizou em mim. Ao mesmo tempo, tentei aproveitar tais sentimentos como guias na elaboração de um entendimento psicanalítico dos personagens da peça e do que eles representam em nosso mundo interno.

2. As fontes históricas da peça e as modificações feitas por Shakespeare

Inicialmente, alguns dados a respeito das fontes históricas desta obra. A vida de Lear pertence ao folclore anglo-saxão. Já em 1147, ou seja, mais de quatrocentos e cinquenta anos antes do texto de Shakespeare ser escrito, uma compilação de lendas galesas intitulada *História do Reino da Bretanha* assinalava a trama. Há vários outros registros nos livros de história da Inglaterra e, em 1594, foi encenada uma peça anônima que tinha por título *A verdadeira crônica do Rei Leir e suas três filhas*. Provavelmente, essa versão foi a fonte de Shakespeare. Só que ele modificou o desfecho apresentado na peça que lhe serviu de inspiração. Nessa última, Lear era o vencedor, e não o derrotado, na batalha final (Cunha Medeiros, 1969, p.624/625). Um outro dado importante é que não há, nos relatos anteriores, qualquer menção ao enforcamento de Cordélia ou à loucura de Lear (Frye, 1986, p.130). Todos esses acontecimentos, na versão de Shakespeare, são de sua inteira responsabilidade e têm o objetivo de atingir o clima trágico de sua transformação particular da história. São as liberdades poéticas do artista, mais preocupado em retratar o drama humano do que em organizar uma lista de acontecimentos.

Com isso criou uma peça que convida à abordagem de vários temas: gratidão/ingratidão, o bom e o mau filho (reeditando o tema de Caim e Abel), a luta pelo poder, reflexões sobre a loucura e sobre o envelhecimento, etc. Assim, entre diversas possibilidades, resolvi encaminhar meu comentário selecionando algumas situações





que considere centrais nessa peça. Centrais pela importância que têm na construção da trama e em sua utilidade para a compreensão de alguns dos cenários psíquicos que os analistas encontram em sua prática.

3. A cena 1 do primeiro ato. A “contabilidade do amor” como desencadeante da tragédia

O primeiro cenário psíquico que escolhi é aquele exposto na cena 1 do primeiro ato, que se passa no palácio do Rei Lear. Um fato chama atenção de saída: tal como instrumentos que anunciam o tema de um concerto, as duas primeiras frases revelam o conflito que vai desencadear o drama. Na fala inicial, Kent diz a Gloucester: “*Pensei que o rei gostasse mais do Duque de Albânia do que do Duque de Cornualha*”. Ao que Gloucester responde: “*Eu também sempre pensei assim. Mas agora, na divisão do reino, não dá para perceber por qual dos duques ele tem maior estima*” (Shakespeare, 1605, p.32). Notem como esse diálogo introduz o assunto da precária e insegura medida do afeto nas relações humanas. Precariedade que Cordélia irá, um pouco mais adiante, desmascarar. Esse mesmo tema repete-se num segundo movimento da primeira cena, quando Gloucester apresenta seu filho adúltero, Edmundo, para Kent. Revela que possui outro filho um ano e pouco mais velho. Mas apressa-se em esclarecer: “*Esse legítimo, embora não mais estimado*” (Shakespeare, 1605, p.32). Vejam, novamente, a presença do tema “*quem é mais amado*”. Embora se refira ao filho bastardo, Edmundo, e à mãe do mesmo nos piores termos, Gloucester faz questão de dizer que ama aos dois filhos de igual modo. Isso, é evidente, não convence Edmundo, já que Edgar é o herdeiro das terras do pai, por ser o único filho legalmente reconhecido.

Mas Shakespeare, apenas preparava o clímax desta cena, que se estabelece quando Lear propõe a divisão de seu reino. O rei qualifica seu procedimento como o revelar de uma “*oculta intenção*” (Shakespeare, 1605, p.35) e exige que suas filhas declarem seu amor por ele. Isso com a justificativa de que, na distribuição do território, sua generosidade contemple quem tiver mais mérito, ou seja, aquela que lhe tiver mais amor. A pressão de Lear incita Regane e Goneril à mentira, já que ele não esconde sua preferência por Cordélia e o desejo de favorecê-la. Desafiadas pela proposta do pai, as duas filhas mais velhas proferem seus retóricos discursos, sendo recompensadas. Um aspecto importante, sob o ponto de vista psicanalítico, é que a proposta de Lear, em sua “*oculta intenção*”, beira o incestuoso. Regane e Goneril colocam o pai e rei como a única pessoa à qual devotam amor. Desvalorizando, inclusive, o amor por seus maridos. Cordélia, perspicaz, assinala isso: “*Por que minhas*





irmãs têm seus maridos, se dizem que é vosso todo o amor delas?” (Shakespeare, 1605, p.41). Lear não admite tal resposta e Cordélia paga alto preço por sua sinceridade.

Quero detalhar um pouco mais os fatores afetivos em jogo nessa cena, pois tudo o que se passa a seguir, até o trágico final, é provocado por essa desastrosa divisão do reino. Inicialmente, fiquei impressionado com o que tomei, de modo simplista, como manifestação exclusiva do narcisismo de Lear. Embora manifestamente estivesse abrindo mão de seus bens, distribuindo-os entre as filhas, o fato é que não queria abandonar o poder. A propósito dessa passagem, Charles Hanly lembra que Lear regride, nesse momento, àquela posição que Freud denominou “*sua majestade o bebê*” (Freud, 1914, p.108). Abre mão dos bens, mas não do mando nem da prerrogativa de ser o mais amado. Na verdade o único amado. Esse é um dos fatores que lhe torna tão difícil aceitar a resposta de Cordélia: “*Não vou casar como minhas manas, p’ra amar só a meu pai*” (Shakespeare, 1605, p.41).

Minha primeira reação a Lear foi de antipatia por uma atitude que considere, na prática, abusar das filhas. Mas depois, graças a um trabalho de Freud (1913), pude ser um pouco mais empático com relação à figura desse rei que simboliza todo homem que, chegando à velhice, começa a ver a morte no horizonte. Com os exageros próprios da arte, Shakespeare retrata aquilo que, em maior ou menor grau, toda pessoa sente ao envelhecer. Em seu estudo, Freud centra-se no tema das três filhas de Lear e do que representam simbolicamente. Lembra ele como a imagem de três irmãs já está presente, na mitologia grega, na figura das Moiras, as deusas do destino. Segundo o mito, as Moiras decidiam o que aconteceria na vida de cada ser humano. Imaginava-se que visitavam o recém-nascido na terceira noite após o nascimento com a finalidade de deliberar a respeito de seu futuro (Harvey, 1937, p.379). Para cada ser humano que nascia, teciam um fio que tinha um determinado comprimento o que determinava a duração da existência daquele bebê (Cotterell, 1988, p. 202). Eram representadas pela figura de três mulheres: Cloto (a fiandeira, que representava a disposição inata), Láquesis (que desfiava o fio e tinha a função de repartir o acidental no destino de cada um) e Átropos (a inevitável, a inexorável, a Morte, encarregada de cortar o fio).

Freud aponta como, por um mecanismo bastante comum no psiquismo, a imagem da terceira Moira, relacionada à Morte inexorável – a terceira e definitiva mulher na vida de qualquer homem, seja ele rei ou mendigo – foi sendo modificada em algumas versões e substituída pela imagem de uma mulher linda e amorosa. E o que é um destino inevitável (a morte) passou a ser fantasiado como escolha ativa por uma mulher desejável.

Freud comenta que Lear, assustado com a proximidade do fim de sua vida,





refugia-se nessa ilusão da escolha ativa. Apresenta o rei como um “...*homem condenado [que] não está disposto a renunciar ao amor das mulheres; insiste em ouvir quanto é amado*” (Freud, 1913, p.378). É de opinião que a peça, em uma de suas leituras, representa as “...*três inevitáveis relações que um homem tem com uma mulher – a mulher que o dá à luz, a mulher que é a sua companheira e a mulher [morte] que o destrói*” (Freud, 1913, p.379). Com base no que foi exposto, podemos compreender que, além da ferida narcisista, Lear teve um outro motivo para reagir violentamente à resposta de Cordélia. O silêncio da filha, terceira das irmãs, que se recusa a um discurso elogioso, é uma lembrança da morte silenciosa que se aproxima desse ancião de mais de oitenta anos.

Depois de ler o trabalho de Freud é que pude ter alguma simpatia por esse pobre e velho Rei que, sem condições mentais de aguardar serenamente a visita da terceira e definitiva mulher, transforma passividade em atividade e quer saber, das mulheres, quem o ama mais.

A essa altura, cheguei a lamentar que Cordélia não tenha se dado conta disso. Se tivesse feito algo além de calar, poderia ter ajudado o pai mais cedo. Mas pode-se compreender o quanto ficou chocada pela exigência de um amor obediente e exclusivo. Lembrem o diálogo dos dois:

Lear: Que dizes, para ter um quinhão mais opulento que os outros? Fala.

Cordélia: Nada, meu senhor.

Lear: Nada?

Cordélia: Nada.

Lear: Nada virá de nada” (Shakespeare, 1605, p.39).

Durante este triste diálogo, Cordélia pensa em “*nada*” no sentido de “*nada a dizer a não ser a verdade*”. Mas Lear ouve “*nada*” como equivalente a “*morte, silêncio, fim da vida*”. A partir desse o ponto, o ancião debilitado transforma-se no “...*dragão e sua ira*” (Shakespeare, 1605, p.42), que é como se autodenomina quando Kent tenta interferir. E Lear conserva essa atitude arrogante: amaldiçoa com as piores palavras quem quer que o desobedeça. Kent, nesse sentido, é o primeiro a compreender a loucura de Lear. Tenta fazer com que reconheça sua reação como algo ligado ao temor da velhice. Quando Lear o ameaça, Kent responde: “*Se o Rei Lear está louco, seja Kent descortês. O que estás fazendo, velho? Pensas que o dever tem medo de falar quando o poder rende-se à bajulação? A honra está obrigada à sinceridade, quando a majestade enlouquece*” (Shakespeare, 1605, p.44). Mas Lear mantém sua arrogância. Por exemplo: nas palavras que dirige a Cordélia antes de expulsá-la: “*Melhor seria que não tivesses nascido, do que me causar tanto sofrimento*” (Shakes-





peare, 1605, p.52). Ou, mais adiante, quando amaldiçoa Goneril. Ao ver-se contrariado, Lear dirige à natureza uma prece que testemunha a inveja que sente da juventude e da sexualidade da filha: “*Ouve, Natura, ouve deusa amada, ouve! Afasta todo intento que tenhas de fazer fértil esta criatura. Sela seu ventre com a esterilidade. Seca nela os órgãos da criação. De seu corpo degradado não brote um filho a honrá-la. E se ela conceber, seja um filho de amargura, um tormento desnaturado para ela. Corta com rugas esse seu rosto jovem; candentes lágrimas lhe sulquem a face. Paguem-se suas dores, seus cuidados maternos com desprezo. P’ra que ela sinta quão mais afiada que a língua da serpente é ter um filho ingrato*” (Shakespeare, 1605, p.97).

É nesse estado mental que Lear chega ao encerramento do segundo ato da tragédia. Quando, ao longe, se ouvem os trovões que prenunciam a tempestade, o velho Rei ainda pragueja e lamenta: “*...vou tomar tanta vingança que o mundo todo – hei de fazer tais coisas – o que, não sei ainda, mas serão um universal terror. Pensais que choro? Não, não vou chorar. Motivos há, mas este coração se partirá em mil estilhaços antes que eu chore. Ó Bobo, eu enlouqueço*” (Shakespeare, 1605, p.163). Notem como seu discurso torna-se fragmentado e confuso. Finalmente dá-se conta de seu precário estado mental e admite, para seu Bobo, que está enlouquecendo. Esta é a última fala de Lear antes de desencadear-se a tempestade que, em parte, simboliza sua loucura. É a este cenário psíquico que dedicarei, a seguir, meu comentário.

4. A tempestade

Um dado curioso a respeito desta obra refere-se à utilização da palavra “*natureza*”: ela aparece quarenta e uma vezes no texto. Isso não acontece por acaso: esta é uma tragédia na qual um dos temas principais é o da violação da natureza, da transgressão das leis naturais. Há várias transgressões: a de Edmundo e sua conduta parricida e fratricida. A de Gloucester, desvalorizando o filho nascido fora do leito oficial e quando tenta apressar sua própria morte. A conduta ingrata e parricida de Regane e Goneril, que, mais adiante, se tornam fratricidas. As atitudes interesseiras e homicidas de Osvaldo e do Duque de Cornualha. E, especialmente, as já referidas transgressões de Lear. A tempestade, que domina o terceiro ato, representa a revolta da natureza contra essas transgressões. E é significativo que Lear só venha a despojar-se de sua postura grandiosa quando, em meio à tempestade, tira as roupas e reconhece que qualquer homem e qualquer mulher, por mais que faça “*...micagens diante do espelho*” (Shakespeare, 1605, p.175), como lembrou-lhe o Bobo, quando se despoja das indumentárias, títulos e aparências é, apenas, um pobre ser humano que se encaminha para a morte. Nessa tomada de consciência diz Lear: “*Então o homem não é mais*





que isso? ... sem os acessórios da civilização não é mais que este animal nu e bifurcado” (Shakespeare, 1605, p.191/192).

A esta compreensão, Lear não chegou sozinho. Foi ajudado por pessoas fiéis que se mantiveram ao seu lado como guardiães da ordem natural: Kent, o Duque de Albânia, Edgar, Cordélia e o Bobo. Dedicarei algumas palavras a esses dois que citei por último. Cordélia mantém sua coerência durante todo o tempo. Em um dos momentos mais emocionantes do texto e do filme, quando Lear, envergonhado pela maneira como a tratara, diz que ela tem todos os motivos para queixar-se, ela, novamente, nega-se a entrar nessa cruel contabilidade de quem deve amor a quem e responde: “*Motivo algum, motivo algum*” (Shakespeare, 1605, p.286). Frye comenta que essa fala é “...um dos momentos supremos de todo o drama. Quando Cordélia diz isso, ela está repetindo exatamente o que dissera no início da peça, ou seja, que não se envolverá nesses ridículos jogos condicionais” (Frye, 1986, p.139).

O outro personagem que tenta mostrar a Lear a insensatez que vai contra as leis da natureza é o Bobo. Ele está autorizado a dizer verdades para o Rei e utiliza muito bem tal licença. Seu papel é, muitas vezes, equiparado ao de um terapeuta que utiliza, no tratamento, o humor como “...um veículo essencial” (Rose, 1969, p.939). Aliás, André Green fala a respeito de uma possível história oculta nessa peça. Esse autor lembra que Cordélia e o Bobo jamais estão juntos em qualquer cena. Cordélia, expulsa por Lear, ausenta-se já na primeira cena do primeiro ato e o Bobo vai aparecer bem depois. E só quando ele sai definitivamente do palco, na cena seis do terceiro ato, é que Cordélia ressurge. É possível supor que Cordélia jamais tenha ficado longe do pai e que, para acompanhá-lo, disfarçou-se de Bobo. Teria feito o mesmo que Edgar fez, ao fingir-se do louco Tom e ficar ao lado de Gloucester. E o mesmo que fez Kent que, disfarçado, acompanhou Lear. Correta ou não essa hipótese, o fato é que Cordélia e o Bobo têm uma função semelhante: chamar Lear à razão.

5. Comentários finais

Há vários outros aspectos que podemos deixar para os debates. Fico por aqui, com a sensação de que uma das principais mensagens da peça se refere a como é difícil envelhecer mantendo a dignidade em uma época da vida onde predominam as perdas de capacidades físicas e intelectuais. No final do primeiro ato o Bobo diz para Lear: “*Se tu fosses o meu Bobo, Tio, eu te mandava açoitá-lo por ficares velho antes do tempo*”. “*Como é isso?*”, pergunta Lear. E o Bobo responde: “*Não devias ter ficado velho antes de ficar sábio*” (Shakespeare, 1605, p.106). Sob o ponto de vista psicanalítico, podemos pensar em uma estrutura narcisista de caráter, que dificultou ao velho





Juarez Guedes Cruz

rei poder defrontar-se com a morte de modo sábio, sereno e digno.

Uma das frases mais impressionantes desta tragédia é a dita por Edgar quando Gloucester, sabedor da derrota do exército de Cordélia, novamente fala em morrer. Edgar lhe diz: “*Maus pensamentos de novo? Cabe ao homem esperar a sua hora de partir desta vida, como assim foi o seu chegar. O principal é estar pronto*” (Shakespeare, 1605, p.298). Muitos traduziram a expressão inglesa “*ripeness is all*” por “*amadurecer, é o que importa*”. Mas existe essa tradução melhor (Green, 1972, p.153) e que aproveito aqui. Ou seja, não há como evitar a morte, como pretendeu Lear, nem é válido apressá-la, como queria Gloucester. Cabe apenas viver, da melhor maneira, esta chance única que é a vida. E o principal é estar pronto.

Referências

- BLOOM, H. (1998). *Shakespeare: a invenção do humano*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- COTTERELL, A. (1979). *Diccionario de mitologia universal*. Barcelona: Ariel, 1988.
- CUNHA MEDEIROS (1969). Dados históricos a respeito do Rei Lear. In: *Shakespeare, W. Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. 1, 1989.
- FREUD, S. (1913). O tema dos três escrínios. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (12). Rio de Janeiro: Imago, 1ª edição, 1976.
- . (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (14). Rio de Janeiro: Imago, 1ª edição, 1976.
- FRYE, N. (1986). *Sobre Shakespeare*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.
- GREEN, A. (1972). Lear ou as vias (vozes) da natureza. In: ———. (1992) *O Desligamento*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- HARVEY, P. (1937). *Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- ROSE, G.J. (1969). King Lear and the use of humor in treatment. *J.Amer.Psychoanalytic Association* (17) 925 – 939.
- SHAKESPEARE, W. (1605). *Rei Lear*. Tradução e notas de Aíla de Oliveira Gomes. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

Juarez Guedes Cruz

Rua Cesar Lombroso, 41
90420-130 – Porto Alegre – RS – Brasil

© Revista de Psicanálise – SPPA





Revisitando os Clássicos





Atenção montador

a página **350** é branca





Conversas com Elisabeth von R.*

*Roy Schafer***, New York



* Traduzido do livro "Tradition and Change in Psychoanalysis", editado pela International Universities Press, em 1997. Tradução autorizada pela Editora e Autor.
** Membro da Associação Psicanalítica Americana.

Revista de Psicanálise, Vol. VIII, Nº 2, agosto 2001 □ 351





I

Estudos sobre a Histeria (1893 – 1895) de Breuer e Freud nos proporciona um excelente ponto para comemorar o centésimo aniversário da psicanálise. Nada poderia ser mais apropriado do que exaltar o passo revolucionário dado por Freud nesse trabalho. Contudo, se perguntamos em que exatamente se constituiu esse passo, confrontamo-nos de imediato com todas as questões complexas da teoria contemporânea. Pois o mundo ocidental tem trabalhado para tentar responder essa pergunta desde a época em que o trabalho foi publicado e, como sabemos, tem proposto respostas que têm se modificado na medida em que as perspectivas críticas têm se modificado.

Durante estes cem anos, uma grande variedade de posições críticas têm sido aprovadas e desaprovadas, tanto na psicanálise quanto nas áreas humanas e científicas que a cercavam e a nutriam. Deve-se também levar em conta o fato de que os psicanalistas tiveram cem anos de experiência trabalhando clinicamente com as idéias de Freud e trabalhando teoricamente não apenas com suas proposições de alcance geral, mas também com aquelas altamente particularizadas. Conseqüentemente, pode-se agora fazer perguntas e propor respostas baseadas na prática contemporânea, nossas idéias sobre evidência e coerência teórica e nossas relações com realidade, autoridade e conhecimento – perguntas e respostas inconcebíveis há cem anos. Isso quer dizer que se pode abordar a investigação do passo revolucionário de Freud de uma maneira pós-moderna (Schafer, 1992). Trabalhando dessa forma, encontram-se em *Estudos sobre a Histeria* preconceções e formas de pensamento sobre relações de gênero, relações clínicas e as metas do tratamento que devem ser questionadas com toda a força das atuais abordagens do entendimento. Proponho-me a fazê-lo em meu retorno à primeira imersão de Freud nas águas quentes da psicanálise clínica: seu relato sobre o tratamento de Elisabeth von R.

Usando o relato como minha amostra, primeiro revisarei criticamente o entendimento que Freud tinha da histeria no período de 1893 a 1895 e sua abordagem técnica correspondente. Darei uma atenção especial àqueles aspectos das primeiras idéias e métodos de Freud que acredito terem continuado a dar cor ao seu trabalho posterior. Em segundo lugar, apresentarei a idéia que tenho de como ele poderia ter entendido e abordado essa analisanda cerca de quarenta anos mais tarde, quando estava terminando sua carreira de profundo *insight* da condição humana, que sacudiu o mundo. Com bastante frequência, na minha opinião, considerações iniciais de Freud são tomadas como completas, isto é, como considerações definitivas de suas idéias, se não como relatos definitivos de toda a psicanálise. Essa abordagem limitada dá a impressão de que nem ele nem a disciplina que criou têm uma história, mais exata-





mente, um número de histórias, dependendo de quem a está escrevendo.

Compartilho do ponto de vista de que a maior parte do que há de melhor em Freud pode ser encontrada nos trabalhos maduros escritos durante as décadas de vinte e trinta. Naquela época, havia feito novas contribuições de tal abrangência e profundidade, que, compreensivelmente, ele próprio não estava preparado para apreciá-las totalmente. Acredito que elas tinham uma conformidade muito maior com as mudanças gerais no clima intelectual das primeiras décadas do século vinte do que ele o percebeu. Na parte da conclusão deste ensaio, tocarei em alguns aspectos dessa defasagem no auto-entendimento de Freud. Na parte principal, porém, desenvolverei uma crítica de alguns aspectos da posição final de Freud com relação a Elisabeth (como eu a construí) e reexaminarei essa posição hipotética usando, com tal propósito, *insights* que considero estarem entre os mais úteis e profundos que podem ser oferecidos pela psicanálise freudiana dos dias de hoje.

II

Nos *Estudos sobre a Histeria*, Sigmund Freud escreveu que, quando sintomas se intrometem na situação de tratamento, eles estão “unindo-se à conversa” (p.148). A que conversa ele pode ter se referido lá por meados de 1890? Na minha leitura, as suposições e o tom da interação parecem intervenções médicas isoladas e respostas passivas, muito mais do que conversa ou diálogo. As palavras usadas não parecem compor um diálogo verdadeiro, isto é, um diálogo evidentemente baseado em entendimento comum e com espaço para influência mútua. O registro sugere que, para Freud, Elisabeth era uma portadora de sintomas. Embora já estivesse em posição de dizer que esses sintomas deveriam ser considerados como vozes falando em outro registro ou linguagem, ele não estava agindo de acordo com esse entendimento. Ao contrário, parecia estar limitando seu papel de psicoterapeuta ao de um médico zeloso empenhado em deixar sair o pus de experiências traumáticas infeccionadas, como se isso fosse o remédio para dores e disfunções psíquicas. Sua concepção técnica de ab-reagir afetos parece ter sido organizada em torno de uma metáfora médica.

Freud já havia expressado seu reconhecimento de que as infecções se desenvolvem apenas em corpos e mentes que são bons hospedeiros para os invasores externos. Conseqüentemente, ele não expandia suas assertivas; enfatizava que sua terapia tinha como objetivo apenas a cura do sintoma e não, holisticamente, a transformação dos seus analisandos em organismos que ficariam fortalecidos contra infecções futuras. Em apoio a essa abordagem limitada, ele tendia a tomar como certo o fato de que, em geral, seus analisandos eram vítimas mentalmente saudáveis de circunstâncias





Roy Schafer

traumáticas. O fato de que eles nem sempre colaboravam pronta ou constantemente com os seus tratamentos era digno de nota, mas tratava-se de uma outra questão. Mais tarde (Freud, 1912a), ele deixou de pensar que isso era uma outra questão, e, em décadas recentes, muito foi escrito sobre a constituição complexa, muitas vezes seriamente doente, dos seus presumivelmente normais analisandos, sobrecarregados por sintomas neuróticos.

Seria errado censurar Freud por manter essa perspectiva estreita e estabelecer somente esse objetivo limitado. Temos apenas que levar em consideração o cenário histórico-profissional no qual trabalhava naquela época, os métodos extraordinários que estava inventando e as descobertas que estava fazendo e relatando, a fim de apreciar como era grande a mudança que começava a introduzir no entendimento e na terapia das neuroses. Contudo, se olharmos este trabalho sob nossa perspectiva atual, teremos mais condições de compreender não apenas o que Freud estava ou não estava vendo e fazendo então, mas também onde nos encontramos agora no desenvolvimento da nossa disciplina.

Os historiadores do fim do século dezenove, em geral, concordariam que aquela era uma época de um materialismo florescente, evidente nas chaminés do capitalismo industrial e das suas ramificações. Gerenciamento firme, eficiência, produtividade, controle técnico e progresso eram ideais dominantes. Proponho que Freud estava sendo consistente com essa ideologia, quando abordou o sintoma neurótico como alguém abordaria uma colônia de nativos primitivos sentados sobre uma abundância de recursos naturais e artefatos intocados. No caso de Freud, esses recursos estavam entrelaçados com as memórias enterradas que escavava; quando era bem-sucedido, atingia as fontes da vida civilizada. Desta forma, ele podia, por assim dizer, tanto trazer as riquezas para casa quanto levar a esses nativos todos os supostos benefícios de uma civilização racional, controladora. Mais tarde (1923a), ele diria que onde estiver o id, lá estará o ego.

Assim, dificilmente poderíamos esperar que as trocas verbais no seu consultório correspondessem a uma “conversa”. Hoje em dia, elas parecem mais um interrogatório insensível ou, em suas versões mais suaves, eficientes formas paternalistas de controle. Dentro do seu próprio sistema bastante fechado, a ideologia dominante daquele tempo confirmaria tanto a produtividade quanto a benevolência dessa abordagem. Portanto, seria seguro para nós, hoje, assumir que a intromissão de ações sintomáticas no cenário do tratamento era mais uma tentativa do analisando de iniciar uma conversa, um diálogo verdadeiro, do que a união dessas a uma conversa em andamento, como pensava Freud. Assim como Anna O. (Breuer e Freud, 1893 – 1895), Elisabeth precisava de uma “cura pela fala” e estava fazendo o melhor que podia para mudar o formato em tal direção. De uma forma conturbada, não lingüísti-





ca, as ações sintomáticas das duas mulheres transmitiam que era necessário dois participantes humanos no processo, cada um tendo poder e cada um tendo a seu dispor uma variedade de maneiras de dar continuidade ao diálogo. Uma reflexão contemporânea sobre as posições e necessidades emocionais de ambas as partes com relação às interações analíticas clínicas exigem que a transferência e a contratransferência, amplamente concebidas, sejam colocadas bem no centro dos acontecimentos.

Onde se situava Freud em relação à transferência e à contratransferência, em 1895? Sobre a contratransferência, não estava dizendo nada; sobre a transferência ele realmente tinha algumas coisas imensamente significativas para dizer. Em primeiro lugar, não é de pouca importância o fato de que ele introduziu o termo. Assim, em seu capítulo posterior sobre a psicoterapia da histeria, ele caracterizou a transferência como uma “conexão falsa”. Com essa frase ele queria dizer que os analisandos transferiam, para os terapeutas, idéias distorcidas sobre outras pessoas que, depois, se provava serem figuras centrais nas memórias dolorosas que no momento eram trazidas à tona pelo tratamento.

Com relação a isso, sua abordagem técnica da transferência deixou para trás seu entendimento preliminar, já que sua atitude permaneceu administrativa ou benignamente paternalista e, em alguns casos, simplesmente forçada. Seu relato mostra que, em geral, ele tinha como objetivo gerenciar e remover todas e quaisquer intromissões esperadas de sentimentos humanos que pudessem perturbar-lhe a escavação do passado. Acreditava que não se deveria permitir que esses elementos estranhos “obstruíssem” o processo do tratamento. Por exemplo, comentou como a relação do analisando com o médico pode ser “perturbada” por encadeamentos eróticos de pensamento – “especialmente nas mulheres” – e recomendou algumas gratificações limitadas e substitutas, especificamente a “amizade”, para limitar essa perturbação. Ele percebeu que a “cooperação” da mulher perturbada pode transformar-se em resistência, se ela experimentar, inadequadamente, indicou ele, sentimentos de negligência, falta de apreço, até mesmo de humilhação, ou um grande medo de dependência e uma aversão a sentir-se vulnerável à influência, ou se for exposta à crítica feita pelos outros com relação ao médico ou ao método de tratamento.

Conseqüentemente, argumentava que o analista deveria “remover” essas falsas conexões porque elas dão origem a resistências. Ele propôs que o modo de se continuar indo para a frente ou, melhor ainda, para baixo, em direção às memórias traumáticas enterradas, é tornar consciente o “obstáculo” da transferência e mostrar que a intromissão do passado no sentimento presente simplesmente deu origem a “uma compulsão e a uma ilusão”. Apenas por esse método implicitamente desaprovador, alguém poderia esperar que a transferência obstrutora fosse “dissipar-se com a conclusão da análise”.





Roy Schafer

Freud não forneceu nenhuma explicação adequada da ação terapêutica dessa abordagem racionalista e crítica. O que ele forneceu, proponho eu, foi um quadro de sua determinação a dominar o tratamento. Ele sentia-se justificado em ter essa abordagem porque se via engajado em um projeto de (em sua formulação memorável) “*transformar...sofrimento neurótico em infelicidade comum*” (p.305). Embora sem pensar holisticamente, realmente foi até o ponto de afirmar que acreditava que seu método de remoção de sintoma podia render benefícios profiláticos, ampliando um pouco, desta forma, suas alegações em prol da nova terapia. Nas suas palavras, “*com uma vida mental que tenha recuperado a saúde [o analisando] estará mais bem armado contra esta infelicidade*”. Mas isso ele não podia saber. Sabe-se hoje que, *naquela época*, e apesar de suas retratações e postura cautelosa, Freud não estava imune a fazer aclamações apressadas ao seu método. Além disso, como percebemos hoje, foi pelo fato de manter sua perspectiva patriarcal que não manifestou nenhuma percepção de que estava unilateralmente definindo e decidindo sobre o sofrimento neurótico e a infelicidade comum; metas específicas não eram o produto de um diálogo genuíno com o analisando e de uma definição mútua de resultados. Era o médico colonialista da civilização, é claro, que sabia mais.

A postura patriarcal de Freud também pode ser inferida da sua negligência com relação ao papel da mãe na neurose de Elisabeth. Rápido demais, centrou sua análise no relacionamento da filha com o pai e com outras figuras masculinas “fortes”. Ele parecia estar confiando na visão estereotípica da mulher como o sexo mais fraco; presumivelmente, suas vidas tinham sentido apenas em relação aos homens. Hoje em dia, analistas clínicos maduros não se prenderiam tão prontamente ao material que Elisabeth propôs. E avaliadores críticos desse relato também ficariam alertas, procurando saber até que ponto esse desenvolvimento unilateral ocorreu sob a orientação ativa de Freud.

Aprendemos a ser céticos com relação ao material que é, por assim dizer, servido em uma bandeja de prata. O que estava na bandeja de Elisabeth (e de Freud) era um pai doente, a perna dele no seu colo, a mãe na lateral, a rivalidade triangular com sua irmã por um homem, o viúvo desejável e os sonhos românticos não realizados sobre o possível noivo que iria resgatá-la – e, como resultado final desse furioso ataque traumático, sintomas de um coração partido. Tudo muito parecido com um romance vitoriano. Na conclusão da narrativa, após a terapia – sua visão da heroína passando por ele rodopiando em uma dança e depois a notícia de que havia se casado –, Freud oferece ao leitor o conforto convencional de um final feliz burguês. É como se assumisse que ficaremos satisfeitos em saber que, finalmente, Elisabeth recobrou o juízo e aceitou o papel feminino convencional alegremente – exatamente o papel contra o qual sempre se rebelou. Não é ir muito longe supor que Freud estava ávido





por restringir sua análise ao que havia naquela bandeja de prata, porque isso se entossava bem com dois fatores inter-relacionados: sua orientação social patriarcal e seu zelo terapêutico. E também, na medida em que foi atrás apenas daquele material, ele acolheu com prazer a complacência.

Os analistas de hoje não comprariam isso. No modo analítico contemporâneo de contar a vida, as mães não podem ser colocadas de lado. Elas são participantes centrais desde o início. Se o analisando(a) está simplesmente tentando manter-se afastado(a) do material referente à mãe, ela ou ele, em breve, torna-lo-á óbvio, e o ato de evitá-lo pode ser levantado analiticamente.

Se, por outro lado, a mãe parece ter se tornado periférica na vida da criança, como por invalidez ou ausência, ela só pode ter sido vista como uma figura profundamente ameaçadora e opressiva para aquela, pois, na fantasia inconsciente, a criança vai experimentar essa mãe, em parte, como uma figura abandonadora cheia de revolta ou ódio e, em parte, como uma figura danificada, afugentada pelas exigências e hostilidade da própria criança. O senso da criança de valor e segurança no mundo será abalado. Imagens misturadas, de vítima, de alguém que não tem jeito e de alguém onipotente, surgirão. A menina não terá base para nenhum desenvolvimento erótico direto, passando a ter um desejo edipiano positivo, que é razoavelmente simples, pelo pai e substitutos do pai e nenhum desejo sincero pelo papel convencional feminino definido como esposa, mãe e dona-de-casa subordinada. Porém, no final, esse desenvolvimento e esses desejos foi exatamente o que Freud imputou a Elisabeth. Pode-se supor que, mesmo mais tarde em sua carreira, ele teria feito o mesmo, verificando-se que continuou a dar uma atenção inadequada às mães em seus relatos teóricos e clínicos. Em sua maior parte, as mães permaneceram objetos desarticulados de fantasia sexual-edipiana referente ao desejo e à rivalidade.

III

Pelo fim de sua carreira, Freud já escrevera *Luto e Melancolia* (1917a), *Além do Princípio do Prazer* (1920a), *Psicologia das Massas e Análise do Ego* (1921), *O Ego e o Id* (1932a), *Inibição, Sintoma e Angústia* (1926) e um certo número de trabalhos sobre desenvolvimento e diferenciação de gênero. Ele já havia reconhecido o papel da identificação no desenvolvimento normal e na psicopatologia. Havia colocado a agressão destrutiva ao lado da libido, no centro das suas narrativas metapsicológicas. Havia organizado suas considerações sobre o desenvolvimento em torno da ansiedade e da culpa e das várias situações infantis de perigo, da defesa e da repetição. Ele elaborou muitas coisas sobre a interpretação da transferência, da atuação e





Roy Schafer

seus usos para os propósitos do analista de reconstrução do desenvolvimento inicial.

Com relação aos resultados de terapia analítica, suas alegações eram mais modestas, menos orientadas pelo sintoma e mais articuladas. Com relação ao papel desempenhado pela mãe, contudo, não fiquei impressionado por sua tentativa em 1931 (*Sexualidade Feminina*) de dar uma maior distinção ao relacionamento mãe-bebê, porque, na época do seu trabalho de 1937, sobre o término (1937a), e seu conclusivo *Um Esboço de Psicanálise* (1940), ele estava mostrando que havia revertido para o complexo de castração e para a inveja do pênis os “alicerces” – uma conclusão que, novamente, coloca a mãe real de lado. Afora esse fator importante, seus avanços na teoria e na prática, ricos, complexos e esclarecedores, poderiam tê-lo levado prontamente a reformular o caso de Elisabeth. A seguir, eu gostaria de tentar formular este caso nos termos disponíveis para ele no final dos anos 30.

Começo com o que Freud chamou de “o lado mais áspero” do caráter de Elisabeth (p.140). No final, proponho, ele teria encarado esse lado essencialmente como expressão de uma identificação dominante com o pai e teria tentado explicá-lo essencialmente em termos do seu complexo de castração e inveja do pênis, bem como de uma orientação edipiana negativa elevada. Ele teria considerado essa constelação “masculina” como superdeterminada por um desvio defensivo da posição edipiana positiva. Teria visto a necessidade de incluir esse fator defensivo depois de supor que o Édipo positivo fora perigosamente intensificado pelo fato de Elisabeth ter sido a preferida do pai e pela invalidez da mãe, que deixou um vácuo para ela preencher na vida daquele. Muito provavelmente, Freud também teria enfatizado a probabilidade de que Elisabeth estivesse lutando contra uma identificação “doentia” com a mãe doente. Porém estou inclinado a pensar que ele teria relacionado essa luta com a fantasia da mãe doente do período fálico, isto é, uma mulher castrada e, portanto, defeituosa, muito parecido com o que Annie Reich fez, por exemplo, nos seus estudos sobre a regulação psicológica da auto-estima (1953, 1960).

Dando seguimento a esta reanálise, é muito provável que Freud também tivesse encarado a doença crônica de Elisabeth como, em parte, uma maneira de punir a si mesma por sua raiva tanto de seus pais quanto de suas irmãs, por seus desejos edipianos infantis e pelas fantasias sexuais que ansiava satisfazer no seu presente cenário. Levando em consideração o seu sintoma locomotor, ele bem poderia ter chegado a sugerir que, como a mulher homossexual que havia discutido em 1920 (1920b), ela estava inconscientemente imaginando-se ser, ou desempenhando o papel de uma mulher decaída, talvez até mesmo de uma mulher grávida.

Com relação à preferência de gênero e à orientação do objeto de amor, Freud, na época do *Estudos*, escreveu a respeito de Elisabeth que, quando sob pressão de sentimentos de desespero e impotência, emocionalmente sobrecarregada, começara





finalmente a ansiar por um homem forte que a amasse e ajudasse. Freud apresentou essa mudança numa atitude tão arraigada de uma maneira que pode ser considerada hoje como notoriamente prosaica, porque se referiu a ela simplesmente como um desejo de amor, carregado eroticamente, que surgiu fora da sua dolorosa situação. No fim de uma carreira prodigiosa, contudo, ele deveria ter lançado alguma dúvida com relação à profundidade dessa mudança, pois veio a apreciar a grande força do que chamava de resistências de caráter, viscosidade da libido em relação às posições instintivas uma vez adotadas, o poder da repetição e outros fatores similares. Muito provavelmente teria enfatizado a inexorável e duradoura força da inveja do pênis. Além disso, com seu enfoque sistemático relativamente novo da agressão destrutiva, teria presumido que essa mudança de orientação se realizava com uma boa quantidade de raiva e amargura para com os homens e teria ligado essa raiva à resposta invejosa de Elisabeth, tanto em relação à distinção anatômica entre os sexos como à sua identificação masculina inconsciente. O fato de voltar-se para os homens pareceria um ato neurótico de desespero.

Então, com relação à preferência de gênero e orientação do objeto de amor, a *astasia-abasia* de Elisabeth poderia ter sido encarada por ele como uma formação de compromisso que, ao mesmo tempo, expressaria sua fantasia inconsciente de estar castrada, uma identificação com sua mãe inválida, um protesto, feito através da fraqueza, contra ser forçada a desempenhar um papel de uma criança cuidadora confinada em casa e a sua concomitante luta contra o lado homossexual da sua personalidade e a sua afirmação (ver, com relação a este último aspecto, o caso de Dora [1905a] e *Fantasia Históricas e a sua Relação com a Bissexualidade* [1908]).

Nos primeiros anos, o otimismo terapêutico de Freud levou-o a ter uma atitude benevolente com relação à recorrência dos sintomas de Elisabeth subsequente ao término do tratamento. Em contraste, o Freud posterior teria mostrado bastante ceticismo com relação a qualquer indicação de recuperação da sua neurose. Embora o fato de que ela aparentemente “*passou por ele girando*” em uma dança, sem sintomas, e de que ficou sabendo que ela havia se casado tivesse sido interessante para ele, poderia ter suposto que essas alterações e desenvolvimentos externos estavam baseados muito mais em um fortalecimento de defesas do que em *insight* e mudança estrutural (ver com relação a isto *Análise Terminável e Interminável* [1937a]).

Esta conclusão cética teria sido consistente com sua opinião de que as neuroses podem ser consideradas curadas apenas se sua dinâmica inconsciente subjacente tiver aparecido na transferência e sido analisada lá, na conversação contínua, pelo menos tácita, que constitui o relacionamento analítico. A conclusão teria sido mais consistente, também, com o fato de ele ter exposto tanto a sua teoria estrutural quanto a seqüência de situações infantis de perigo, a partir das quais resultam transferências





Roy Schafer

básicas e defesas importantes. O Freud posterior não acreditava mais que simplesmente a recuperação de memórias, especialmente daquelas de origem recente, pudesse ser suficiente para resolver o conflito neurótico. E isso foi tudo o que aconteceu no tratamento de Elisabeth! Para terminar, ele teria mostrado o seu respeito muito maior pelo poder do masoquismo sexual na formação de sintoma e em qualquer outro lugar, não se precipitando em tirar conclusões sobre “cura”.

IV

Resta agora desenvolver minha crítica daquilo que imaginei ser o modo bastante desenvolvido de Freud recontar o caso em 1939. O que poderia ainda estar faltando nessa história e o que poderia estar descentrado ou até mesmo errado com ela? Começarei com uma visão geral, antes de entrar nos detalhes. Antes de mais nada, os alicerces dessa história clínica estão mal colocados. Pelo fato de as origens que definem a narrativa de Freud não estarem decifradas, falta para ela uma base que leve em conta a noção de desenvolvimento. Sua história de Elisabeth começa pela metade, isto é, muito depois dos primeiros anos de vida dela, de modo que a “conversa” era necessariamente um tanto limitada em abrangência. Em segundo lugar, o *cenário cultural* é ignorado. Freud assume os costumes tradicionais da época. Irrefletidamente, ele não situa aquela jovem mulher nem na sua sociedade patriarcal, nem no cenário deformado da sua família – mais uma vez, uma conversa bastante limitada. E, em terceiro lugar, as *pré-concepções* filosóficas que regulam o trabalho de Freud são infundadas, pois seu relato baseia-se em um positivismo ingênuo que lhe permite apenas ter conversas limitadas com ele mesmo sobre o modo questionável com que estava tentando encaixar seu trabalho interpretativo no seu modelo indutivo e simples de ciência (Schafer, 1983, 1992).

1 – *Do desenvolvimento*. Este “estudo” não contém uma exploração, através da transferência e das reconstruções que possibilita o conhecimento dos anos edipianos e especialmente dos anos pré-edipianos – os quais preferiria chamar de anos duais. Refiro-me à relação mãe-filha da época do nascimento em diante. Compartilho do ponto de vista de que a origem de distúrbios posteriores, inclusive aqueles de formação de identidade de gênero e escolha do objeto de amor, deve hoje ser situada naquele período dual inicial. Minha reformulação é limitada por não haver relatos de quando a mãe se tornou doente. Se foi cedo, como Freud pode ter sugerido quando disse que Elisabeth fora jogada para junto de seu pai desde cedo, é plausível que as experiências iniciais de maternagem de Elisabeth estivessem longe de serem satisfatórias. Provavelmente ela não teve uma “mãe suficientemente boa” (Winnicott, 1958).





Poder-se-ia dizer isso mesmo admitindo-se a presença de uma ama-seca satisfatória.

Sob essa base dual imperfeita, a capacidade de Elisabeth de diferenciar entre si mesma e sua mãe teria sofrido séria interferência. Sua tolerância à dependência, à separação e à perda mal teria começado a se desenvolver. Ela teria sido vulnerável a sentimentos insuportáveis de impotência, inutilidade e culpa “onipotente” em relação a uma mãe a qual podia apenas perceber tanto como alguém que ela danificara como alguém que a rejeitava. De acordo com isso, ela estaria sobrecarregada pela necessidade esmagadora de reparar essa mãe; na verdade, ela parece ter tentado fazer exatamente isso nos seus anos de adulta, especialmente depois da morte do pai. Se, culturalmente, esse era o papel que todos, inclusive ela própria, teriam esperado dela, a adequação cultural teria reforçado tanto a sua servidão quanto a sua defesa contra perceber como se sentia em conflito com relação a isso.

Pode-se supor que Elisabeth não tinha uma mãe que servisse de modelo para uma identificação imbuída de vida, vitalidade e sexualidade vigorosa. O suporte para essa suposição pode ser obtido através da impressão dada pela narrativa de Freud: uma mulher com poucas habilidades culturais e sociais substanciais, poucos interesses e buscas; além disso, uma mulher bastante sozinha no mundo, quando Elisabeth não estava lá para tomar conta dela. Embora certamente seja possível, a esse respeito, que Freud estivesse tanto mostrando uma costumeira falta de interesse em observar e relatar os detalhes da vida da mãe, quanto, como narrador, querendo aguçar o drama dessa história, empobrecendo suas considerações sobre a vida daquela mãe, não seria estar forçando demais inferir que, psicologicamente, a mãe inválida de Elisabeth era uma figura relativamente empobrecida.

Entra o pai – para Freud, uma figura edipiana de grandes proporções, considerando a preferência do progenitor por Elisabeth e o cuidado dela para com ele. Mas não era de se supor, hoje, que Elisabeth deveria achar esse homem uma figura ambígua? Na realidade psíquica dela, ele pode bem ter sido vivenciado como uma figura materna-paterna combinada, um casal de pais, pode-se dizer, aquele que proporcionava cuidados: em alguns aspectos, um modelo forte com o qual podia identificar-se, em outros, uma pessoa excitante em relação à qual podia desenvolver sentimentos sexuais. Ao mesmo tempo, inconscientemente, ele poderia ter sido vivenciado como uma figura poderosa que era objeto de inveja e, assim, um estímulo para despertar desejos de atacar, estragar e rejeitar (seu “lado mais áspero”). Além disso, poderia ter se prestado a fantasias de que fora ele (pai) que danificara a mãe na cena primária e, desta forma, ser encarado como uma figura especialmente perigosa de se chegar perto, embora ela também achasse que a proximidade dele satisfizesse as necessidades que tinha do cuidado e amor de sua mãe. E essa periculosidade teria sido aumentada pelo fato de projetar nele sua raiva e inveja prejudicial.





Roy Schafer

É, portanto, razoável supor que a prontidão de Elisabeth para ser uma cuidadora do pai envolvia a mesma culpa e necessidades reparadoras que parecem ter marcado o relacionamento dela com sua mãe, depois que o pai havia morrido. Com ambos os pais, a “renúncia altruísta” (A. Freud, 1936) teria reforçado a repressão da sua raiva desses progenitores exploradores e opressivos que lhe haviam imposto um tipo de reversão de gerações e a privação de elementos significativos da sua juventude. Os sentimentos eróticos que teriam sido estimulados, especialmente por todo o contato físico envolvido em cuidar dos dois, também teriam sido defensivamente úteis para ajudar a afastar não apenas os seus sentimentos e impulsos destrutivos, mas também sua culpa. A libido camuflando a agressão é uma defesa comum; em nossa cultura, é bastante freqüente, não apenas nas relações macho-fêmea, mas também nas relações entre o mesmo sexo.

2 – *Cultural*. Os comentários anteriores já anteciparam grande parte da minha crítica à atitude de Freud de assumir os costumes da sua época e local. Refiro-me ao fato de ele atribuir uma centralidade narrativa ao pai, retratando as mulheres como o sexo mais fraco, sugerindo que o desejo homossexual, o amor e o casamento e a maternidade são a culminância natural do desenvolvimento psicosssexual das mulheres; e o fato de ele geralmente apadrinhar os valores da burguesia européia que prescrevia o que é “masculino” e “feminino” e o que é “rude” em contraste com o que é “gentil” ou “agradável”. Naquela época, Freud podia seguramente supor que Elisabeth compartilhava esses valores, por mais que alguns de seus desejos inconscientes pudessem estar em desavença com eles, de modo que ela iria regozijar-se ao chegar finalmente a um papel social conformista. Ele não teria razão para perguntar se quaisquer outras metas terapêuticas fariam sentido para uma jovem mulher do seu tipo e com o seu *background* de desenvolvimento e, desta forma, não teria razão alguma para detectar sinais sutis de que ela poderia também estar questionando a prescrição daquelas metas.

Os analistas de hoje estão, creio eu, aos poucos, percebendo que todos esses tipos de pergunta aberta deveriam ser considerados valiosos, até mesmo essenciais no tratamento psicanalítico. Feministas críticos e praticantes, e lésbicas e gays críticos e praticantes, têm forçado a questão através de críticas rigorosas dos valores burgueses, homofóbicos, e outros de mente fechada, que ficam escondidos e que servem apenas a alguns objetivos terapêuticos convencionais. Também certos segmentos da nossa organização social mudaram o suficiente para permitir que qualquer analista que trate uma Elisabeth, hoje, analise sua notória falta de amigas mulheres e da rede de apoio que elas podem oferecer; da mesma forma, seria essencial analisar a estrutura familiar aparentemente rigorosa demais na qual ela estava confinada, mais exatamente como uma prisioneira cumprindo o tempo de sua pena como ajudante na





enfermaria da prisão vinte e quatro horas por dia.

3 – *Filosófico*. A posição de Freud em 1895 era inflexivelmente positivista. Irrefletidamente, ele via a si mesmo fundando uma ciência moldada com base nas ciências biológicas e físicas da sua época: em parte, pesquisa de campo e, em parte, pesquisa de laboratório. Para ele, Darwin e Helmholtz eram figuras paradigmáticas (Schafer, 1983). Nas suas considerações, a situação clínica que ele projetou era parte campo e parte laboratório; escreveu sobre ela utilizando os dois tipos de discurso. Ocasionalmente, empregava a arqueologia como uma variante da pesquisa de campo. Para seguir os dois tipos de pesquisa, a psicanálise necessitava de um investigador estritamente neutro, objetivo, sem gênero, inflexível, puramente indutivo e um objeto de pesquisa complacente, submisso ou passivo. Reações subjetivas – tanto dele quanto do seu analisando – deveriam ser eliminadas ou, pelo menos, mantidas num mínimo absoluto, embora a vida subjetiva do analisando fosse o objeto de estudo. Além disso, era necessário desenvolver narrativas explicativas baseadas no “fato” da existência de pulsões, especialmente da pulsão sexual que garantia a sobrevivência da espécie. Tantos já escreveram sobre esse assunto que essa descrição dos pré-compromissos metodológicos e conceituais de Freud e a sua predominância no seu autoconhecimento deveriam ser familiares para qualquer audiência familiarizada com a psicanálise.

Hoje pode-se argumentar que não era tanto um caso de autoconhecimento como o era de “automalconhecimento”. Ao contrário do ideal e da crença de Freud, o seu método clínico era completamente hermenêutico e, para a época dele, de gênero específico, mesmo na sua forma interrogatória, pois em suas explorações ele era guiado pelos fatores continuamente interpenetrantes daquilo que estava procurando e daquilo que estava ouvindo. Ele podia levantar apenas certas questões sobre seus dados e propor apenas certas conexões entre eles. Tentei mostrá-lo esboçando hipoteticamente a sua última formulação do caso de Elisabeth von R. e, então, adicionando minha reformulação e alguns comentários sobre a influência contínua do cenário histórico-cultural no qual Freud havia estruturado suas principais narrativas e as linhas de histórias que elas traçavam.

Conscientemente, Freud logo declarou que havia parado de escrever apenas histórias. Eu diria que fez isso, uma vez que reconheceu que, inevitavelmente, histórias de casos e histórias de tratamento são narrativas. Isto é, descrições de eventos humanos, não medições ou simples registros de processos e materiais no universo físico. Além disso, ele não conseguiu chegar perto de reconhecer que as suas narrativas eram sobre as narrativas de Elisabeth, já, elas mesmas, um produto da interação peculiar entre eles. Ademais, o resumo final das narrativas, que ele reconstruiu primeiro em suas observações e depois nos seus escritos sobre ela no contexto da sua





Roy Schafer

especulação, que era cultural e subordinado à teoria, era nada mais que a sua narrativa final de todas as outras narrativas.

Freud estava longe de trafegar com desenvoltura na observação darwiniana naturalista e em testes de laboratório controlados experimentalmente, em sua maior parte desconhecidos para ele. Não havia “lá fora” para extrair conclusões diretamente. Havia apenas um “aqui dentro”, no espaço analítico, onde dois contadores de história tateavam em direção a um diálogo verdadeiro sobre os mundos internos e externos de ambos (Schafer, 1992). Apenas mais tarde na sua carreira, Freud ocasionalmente escreveu sobre sua divergência do positivismo direto (p. ex., Freud, 1937b).

Concluindo, o que coloquei neste trabalho foi, primeiro, minha versão da versão elaborada por ele e Elisabeth; segundo, a versão daquela versão que Freud poderia ter desenvolvido mais tarde; e, terceiro, minha versão da melhor revisão de ambas que se pode esperar da psicanálise freudiana contemporânea. □

Tradução de **Gisele Braga**
Revisão técnica de **Viviane Mondrzak**

Roy Schafer
241 Central Park West, 1A
New York – NY – 10024 – U.S.A.

© Revista de Psicanálise – SPPA





Entrevista





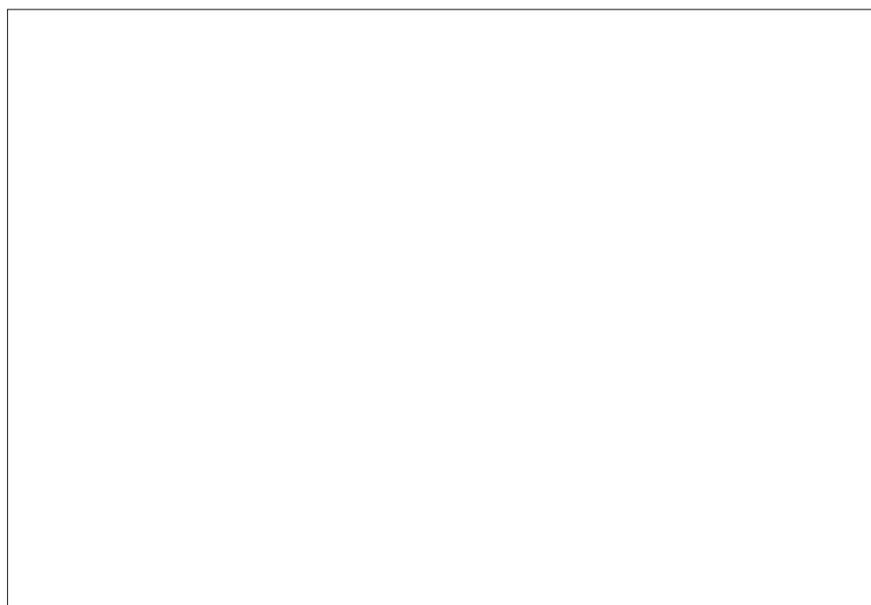
Atenção montador
a página **366** é branca





Entrevista com Sergio Paulo Rouanet*

Entrevista concedida, em 02.04.2001, aos membros da Comissão de Redação da Revista de Psicanálise da SPPA.



Da esquerda para a direita: Paulo Henrique Favalli, Viviane Mondrzak, Sergio Paulo Rouanet e José Carlos Calich.

* Embaixador. Doutor em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo.



RP – *Nossa entrevista visa fundamentalmente a conhecê-lo melhor, o senhor e suas idéias. Inicialmente gostaríamos de saber a respeito de sua trajetória pessoal, sua formação acadêmica e as demais influências que auxiliaram na construção do seu pensamento atual.*

SPR – Eu sou basicamente um funcionário público. Sou diplomata de carreira há quarenta anos e já estou me aproximando da aposentadoria. Ela não se concretizou ainda e, durante esses anos todos, eu tenho vivido como diplomata. Tem sido uma experiência bastante enriquecedora. Empobrecedora também, às vezes, no sentido financeiro. Mas, em geral, foi uma experiência importante que me permitiu, sobretudo, atender à minha segunda vocação, a vocação intelectual. Através das oportunidades de viver e trabalhar no exterior oferecidas pelo Itamaraty, eu pude estudar em vários lugares: fiz mestrado e cursos de doutorado nos Estados Unidos, embora tenha feito doutorado propriamente dito na USP.

Todo o meu estudo foi em áreas ligadas às ciências humanas. Sempre tive um interesse bastante onívoro e voraz em várias áreas dentro dessa coisa mais geral das humanidades. Em Washington estudei ciências políticas e economia; em Nova York, estudei filosofia na New School. Fiz meu doutorado em ciência política, na USP, com uma orientadora chamada Ruth Cardoso... Há, então, essa idéia das duas almas, das duas vocações, a de funcionário público que precisa ser funcionário público para sobreviver materialmente e a do intelectual que quer respirar áreas um pouco mais arejadas, mas que precisa da sustentação material oferecida por um emprego sólido como o de diplomata.

Antes de me doutorar na USP, formei-me em Direito e, como quase todo mundo da minha geração no Brasil, estudei na Faculdade Católica do Rio de Janeiro. Depois fiz o vestibular para o Instituto Rio Branco, que dá acesso ao Itamaraty, onde fiquei por uns dois anos. Meu primeiro posto foi em Washington e, após, Nova York, na missão do Brasil junto às Nações Unidas. Depois estive em Genebra e fui cônsul-geral em Zurique. Meu primeiro posto de embaixador foi na Dinamarca. Depois em Berlim, na qualidade de cônsul-geral. Meu último posto foi de embaixador do Brasil em Praga, na República Tcheca. No intervalo, vinha freqüentemente ao Brasil, ou seja, esta trajetória não foi contínua, mas cortada por vindas periódicas.

Em resumo, a seqüência foi Direito, Instituto Rio Branco, mestrado nos Estados Unidos em economia, ciências políticas e filosofia e doutorado em ciências políticas na USP. Em termos de produção cultural, tenho cerca de dez livros publicados. Talvez o mais conhecido seja *Razões do Iluminismo*, uma série de ensaios. Escrevi também *Teoria Crítica e Psicanálise*, que, segundo o título, procura estabelecer uma





relação entre teoria crítica e psicanálise. Outro livro é uma tentativa freudiano-marxista de estudar o conceito de falsa consciência usando categorias de Marx e categorias de Freud e a obra sobre Walter Benjamin. Devo entregar dentro de alguns meses os originais de um próximo, *Os Dez Amigos de Freud*, baseado numa lista escrita por Freud em 1906, a pedido de um editor vienense, Hugo Heller, apontando dez bons livros. Freud fez essa lista extremamente heterogênea, que vai desde historiadores como G. Keller até Anatole France, Emile Zola e outros. São dez nomes, e o livro é uma tentativa de estabelecer um diálogo, vertical, de cada um desses autores com Freud e, horizontal, entre eles, na medida em que o olhar de Freud, por assim dizer, os constituiu enquanto objeto de saber.

Agora o funcionário público vai descansar, como costuma acontecer com os funcionários públicos, que têm a reputação de serem preguiçosos. Vou ceder a essa coisa deliciosa que é a preguiça, uma preguiça oficial, institucionalizada, permitida, pois devo pedir aposentadoria proximamente. Goethe dizia que duas almas moravam nele. Eu também tinha duas, agora só tenho uma: o interesse intelectual que me apaixonou. E estou podendo me dedicar a ele sem precisar me dividir. Devo dizer que estou adorando não precisar acordar de manhã, olhar o relógio e pensar se vou me atrasar e botar gravata. A idéia de não ter compromissos formais e de passar o tempo todo dando conferências é um prazer muito grande.

RP – *Gostaríamos de saber como se deu sua aproximação com a psicanálise, uma vez que percebemos, através da leitura de alguns dos seus textos, que há intimidade e gosto no lidar com o pensamento psicanalítico.*

SPR – Sempre me interessei teoricamente pela psicanálise, mas comecei realmente a me aproximar de uma maneira mais íntima, quando me analisei, em Genebra, nos anos setenta. Foi uma experiência profunda, indelével, importantíssima durante seis anos. A partir desse momento, para impressionar meu analista, li a obra completa de Freud. Evidentemente eu psicanalisei o analista e no finzinho eu lhe dei uma colher-de-chá e deixei-o me psicanalisar um pouco. Mas é claro, por tudo que eu estou dizendo, que vocês devem, como profissionais, entender que uma das razões pelas quais o tratamento não progrediu muito foi o uso que eu fazia de uma intelectualização muito forte como defesa que me levava, por exemplo, a ler e produzir sonhos que eu achava belíssimos. Mas não conseguia impressionar meu analista, um freudiano ortodoxo, absolutamente mudo. De vez em quando ele também dava uma colher-de-chá e falava. Era grego, chamava-se Kostulas e trabalhava com Ajuria-guerra. Aliás, penso que analista deve ser grego, conterrâneo de Édipo. Mas ele era um grego que falava francês com sotaque mediterrâneo e uns “erres” especiais. Lem-



bro-me que, depois de uma sessão na qual eu achava que tinha sido especialmente interessante, ele disse em francês: “Eu agradeço ao senhor pela brilhante conferência, mas gostaria de lembrar que o senhor se esqueceu das referências bibliográficas”. Só a partir de então é que a análise começou a funcionar.

Assim, minha aproximação teórica com a psicanálise começou por essas razões espúrias, começou quando não devia ter começado, durante a análise. Mas, terminada a análise, continuei a ler e comecei a escrever sobre o assunto.

RP – O senhor chegou a fazer alguma espécie de estudo teórico mais sistemático de psicanálise?

SPR – Não. Fui sempre autodidata. E só estudei Freud, apesar de ter lido um pouco de Lacan. Não com interesse por Lacan em si, mas porque ele fazia parte de toda uma problemática estruturalista, junto com Levy-Strauss, que interessava a mim e aos intelectuais nos anos 70. Procurava entender uma certa maneira de pensar em moda na Europa naquele momento. Li Lacan como curiosidade intelectual, como li tantos outros autores, filósofos principalmente, lingüistas como Jakobson ou Saussure. Mas, na psicanálise, praticamente só Freud. Várias vezes conversei com amigos meus, psicanalistas, que falam que Winnicott seria mais interessante do que Freud, muito mais humano. Outros falam em Bion. Uma grande parte dos meus amigos da área são kleinianos. Mas quem eu conheço mesmo razoavelmente bem é Freud, de quem eu li praticamente toda a obra.

A psicanálise é apenas um dos meus temas. Tenho uma curiosidade eclética e muitas coisas me interessam. Mas, se eu ficasse só no campo da psicanálise, certamente me diversificaria. É muito monotemático esse meu estudo de Freud.

RP – Uma questão que se impõe após a leitura de alguns de seus textos é a sua concepção das tendências de pensamento no mundo ocidental de hoje. Como o senhor vê e entende as modificações que ocorreram nos ideais e valores da humanidade e quais, no seu entendimento, as perspectivas futuras?

SPR – A pergunta é tão grande quanto o mundo, tão numerosa quanto a humanidade. Mas o mundo talvez seja uma boa categoria para começar a pensar, porque hoje em dia ninguém fala mais em termos de entidades particulares como nação e província, todos falam em termos de globalidade. Eu acho que, depois do fim das grandes utopias, das grandes certezas, das grandes esperanças, basicamente depois do fim do socialismo com a queda do muro de Berlim, o pensamento e os pensadores ficaram meio órfãos. Durante tanto tempo acreditaram na possibilidade de uma uni-





dade regenerada, de um mundo reconciliado e de um homem melhor. De repente, desaparece essa utopia, e o homem é confrontado com uma realidade, às vezes tão brutal, pós-guerra-fria, pós-mundo-bipolar, com guerras civis, fratricidas e atrocidades bárbaras como na antiga Iugoslávia e na antiga União Soviética, na África, etc.

Eu penso que a humanidade, de modo geral, foi levada a refletir sobre esses descaminhos e o que teria levado tantos filósofos sérios a atribuírem tanta importância a coisas aparentemente tão falaciosas. Minha geração e o seu guru, Sartre, se equivocaram muito. A minha própria geração foi muito influenciada pelos ideais de maio de sessenta e oito, tanto o sessenta e oito francês, como, no caso de Bárbara, minha mulher, o sessenta e oito alemão, ou seja, a revolta estudantil nos anos sessenta. Líamos, por exemplo, o *Livro Vermelho* do presidente Mao como uma *Bíblia*. Ora, quando se faz isso hoje, percebe-se que é uma barbaridade. A revolução cultural foi uma revolução horrenda, da barbárie absoluta, do pensamento simplificado, e nós levávamos a sério tudo aquilo. De repente, todas as certezas desabam. Como, então, refletir num mundo vazio, despovoado?

Mas não há uma antiutopia total. Alguns abraçam a utopia ecológica, de um mundo menos poluído, o que é válido, uma preocupação global, planetária. Mas o que é a utopia verde? É uma mudança qualitativa com relação à vermelha? Esse mundo, pois, essa revolução de maio de sessenta e oito, deixou raízes fundas. A idéia de que seria possível levar a imaginação, o surrealismo ao poder, estrangular o último burocrata com as tripas do último capitalista é uma idéia sangrenta, mas é uma idéia de uma utopia possível. Subitamente, porém, as utopias todas desmoronam e surge um problema: o que se vai fazer? Aí é que entra o pós-moderno, a filosofia pós-moderna: Delleuze, Lyotard, Derrida e outros, que se perguntam sobre o futuro e a viabilidade das lutas que eles chamam as “grandes narrativas”: a narrativa do saber enciclopédico, a narrativa da salvação da humanidade através da educação, a narrativa da salvação da humanidade através da revolução. Se os grandes mitos se perdem como saber universal, se se desmoronam como o mito político de uma revolução libertadora planetária, resta o quê? Ao invés da totalidade, o fragmentário, da utopia, o aqui e agora, da unidade de uma ação política mais ou menos focada, orientada, o pluralismo dos jogos de linguagem.

Assim sendo, acho que, filosoficamente, estamos vivendo este mundo do pensamento pós-moderno que é o pensamento do fragmento e não o da totalidade, da aceitação do mundo imperfeito, inacabado, como uma contingência da condição humana, do eclipse dos grandes mestres pensadores, um tipo de pensamento mais modesto, menos arrogante, menos narcísico.



Entrevista com Sergio Paulo Rouanet

RP – *De qualquer maneira, o sr. expressa um desencanto em relação aos ideais de 1968.*

SPR – Foram grandes idéias, grandes ideais numa realidade muito malvada. Em termos psicanalíticos, talvez o princípio do prazer finalmente tenha sido derrubado. É, na verdade, um princípio de realidade muito brutal. Vocês tiveram aqui uma espécie de coreografia de fórum social opondo-se ao fórum econômico de Davos. Penso que, em Porto Alegre, de alguma maneira, fez-se um esforço de recuperar o impulso libertário no qual se acreditava há vinte anos. Trata-se de algo novo e bonito: a idéia de que o neoliberalismo não é o destino inevitável da humanidade, que existem outros valores que não os valores do mercado e que é possível o homem assumir e reconstruir o seu destino, acabar com um sistema social injusto, incluir os excluídos, assimilar os inassimiláveis.

RP – *De qualquer forma, o senhor parece otimista.*

SPR – Eu sou otimista. Acredito na razão e acho que estou em boa companhia. Nosso amigo comum, Sigmund, apesar de ter descoberto coisas bastante irracionais, o mundo da desrazão, foi explorador pioneiro disso que eles chamavam de território estrangeiro interno que é o território da vida inconsciente. Ele, no fundo, só acreditava num deus, o nosso deus “logos”. Penso que é um bom caminho. Freud fundou um racionalismo mais rico que o racionalismo iluminista do século XVIII, que achava que o homem já era, de saída, racional, e Freud descobriu que não, que a razão não é um ponto de partida, é um ponto de chegada. A razão é algo que se constrói, está no fim do caminho, não está no começo, é o objetivo. Esse objetivo se pode alcançar através de mil labirintos, mil tortuosidades, passando por zonas de sombras, de obscurantismo, mas é esse o caminho possível. Não penso que o caminho seja o renascimento de uma visão religiosa do mundo, – essa, acho eu, se encontra definitivamente superada –, mas sim a possibilidade de construir pela razão, uma razão dialógica, comunicativa, que construiria uma convivência possível entre os homens e diminuiria as irracionalidades mais gritantes.

RP – *O senhor disse que a religiosidade está derrotada, mas não é o que se vê em termos de movimentos de massa, de tendência nas grandes comunidades. Então, como compatibilizar sua visão com o que se observa?*

SPR – Quando Freud dizia que a voz da razão é pouco audível, mas não existe outra, ele não estava negando que houvesse vozes da desrazão, ligadas ao obscu-





rantismo, ao esoterismo, etc., que poderiam subsistir. Sabia que o fanatismo religioso continuava mais ou menos latente em várias regiões do mundo, mas que era preciso lutar contra isso. Não sei com que perspectivas de sucesso, porque Freud era um realista profundo, ele achava que as pulsões são virtualmente indomesticáveis, ineducáveis, mas é preciso tentar de qualquer maneira... Uma das suas frases para mim mais dramáticas é aquela em que diz que *“o programa que o princípio do prazer nos impõe, de ser feliz, não é um programa realizável”*, mas não podemos nunca abrir mão dos esforços para nos comportarmos como se ele fosse realizável. Sabemos que é um objetivo inalcançável, mas é um objetivo também irrenunciável. Uma humanidade miserável como essa que nós temos, cheia de cicatrizes, onto e filogenéticas, de culpas, parricídios primitivos, é uma humanidade que não pode ser inteiramente feliz. Mas Freud termina o estudo sobre histeria com uma última frase, maravilhosa: *“a psicanálise não pode fazer milagres, mas ela pode substituir a infelicidade histórica pela miséria banal”*. Isso já é uma grande coisa, uma possibilidade, uma maneira de ter alguma perspectiva de felicidade, numa espécie tão marcada por tendências que levam à desgraça, à infelicidade.

RP – *Seguindo com a razão, um tema polêmico na atualidade, é possível uma integração entre as idéias de Kant, Horkheimer, Foucault, Lyotard? O senhor consideraria essa razão de que estava falando como a mesma razão iluminista?*

SPR – É uma razão iluminista, num iluminismo redefinido em termos mais dialógicos, porque no século XVIII o conceito de razão era muito monológico. Um filósofo, um pensador isolado podia, só pensando sobre os desatinos do mundo, fazer um certo número de diagnósticos. Hoje em dia isso é impossível. A idéia de uma razão solitária, de um pensador como Rousseau ou Voltaire na sua solidão, é inimaginável, porque a razão como eu a vejo hoje em dia só pode ser interpretada em termos dialógicos, comunicativos. Eu mencionaria o último herdeiro da chamada escola de Frankfurt, Habermas. Todos esses filósofos referidos na pergunta têm em comum partilhar um pouco essa idéia clássica, monológica. Habermas introduziu um conceito dialógico e processual de razão, segundo o qual a razão não é uma faculdade da alma que nos permita chegar à verdade, realizar aquela definição escolástica de verdade: a adequação da coisa externa à inteligência. A razão, a racionalidade, diria Habermas, é aquela faculdade que permite a pessoas se comunicando chegarem a conclusões consensuais, tanto no que diz respeito a fatos como no que diz respeito a normas. Não é um conceito substantivo de razão, é um conceito processual. Uma proposição é considerada racional, quando ela pode ser falsificada num diálogo em que ego e alterego representam argumento e contra-argumento. Se uma determinada





teoria, ou uma determinada política, for objeto desse processo de discussão dialógica, argumentativa, pode-se dizer que essa política e essa teoria são racionais. Isso coincide com a idéia de uma sociedade democrática. Então, a racionalidade subjetiva coincide perfeitamente com um tipo de racionalidade que caracteriza uma democracia moderna, que deve ser necessariamente de caráter deliberativo. A democracia moderna não pode ser vista apenas como um conceito quantitativo, a vontade da maioria, ela tem que ser deliberativa, todas as políticas devem ser objeto de deliberação por parte do todo dos cidadãos, e essa deliberação deve obedecer aos preceitos da lógica, da racionalidade comunicativa, segundo os quais nenhuma verdade deve ser imposta despoticamente. A verdade é aquilo que emerge depois de um processo dialógico, depois de uma deliberação em que provas e contraprovas, argumentos e contra-argumentos são apresentados. Então, acho que, nesse sentido, essa redefinição democrática no conceito de razão torna-a plenamente adequada ao nosso tempo.

RP – *Essas colocações modificam a idéia de que a razão deveria se opor à repressão, porque não basta mais o ousar saber?*

SPR – Exatamente, e essa dicotomia entre razão e repressão mais uma vez leva de volta a Freud, porque uma das coisas mais importantes da obra de sua maturidade, basicamente “O futuro de uma ilusão” e “O Mal-estar na Civilização”, é a idéia de que a repressão deve ser vista como recalque. A repressão como mecanismo de defesa deve ser vista como transitória. O recalque é considerado uma forma de regulamentação da vida pulsional construída sob o modelo da fuga, que é um mecanismo infantil. Então, é preciso que no futuro, uma humanidade que chegou à condição adulta no sentido kantiano de *mendishkeit*, que deixou para trás o seu infantilismo, possa regulamentar sua vida pulsional não através do mecanismo irracional do recalque, mas da inteligência, da razão. Não através de nosso deus “logos”, mas através de uma inteligência comunicativa.

RP – *A psicanálise freudiana era essencialmente racional, visava a encontrar uma verdade última do indivíduo, ao contrário de algumas tendências mais atuais que falam de narrativas que se constroem a cada momento, numa situação dialógica, sem uma preocupação racional com essa verdade última. Como o senhor veria esses posicionamentos?*

SPR – Não sei se Freud aceitaria esta sua maneira de colocar que o objetivo dele era descobrir a verdade última do indivíduo. Mas não devemos esquecer que Freud, sobre a interpretação dos sonhos, diz que “nenhum sonho pode ser dado por





definitivamente interpretado". Um mesmo sonho pode ser reinterpretado infinitamente por um mesmo analista ou por outro. Então, se o sonho pode ser considerado como o conjunto da vida psíquica do inconsciente, pode-se dizer que a vida inconsciente jamais poderá ser completamente compreendida. Assim, o inconsciente permanecerá sempre um território estrangeiro e, por mais que ela recue, sempre haverá uma zona de sombra.

Freud foi o oposto de um utopista. A imagem que se tem dele é a de um realista ferrenho, mas havia uma utopia na afirmação que o objetivo da psicanálise é tornar consciente todo o inconsciente patogênico, preencher toda a lacuna da memória. Ele sabia que as lacunas da memória não podiam ser preenchidas e sabia que o inconsciente patogênico não poderia nunca se tornar consciente, mas esse era o objetivo tendencial, assintótico, inalcançável, utópico, do processo psicanalítico. É importante, pois, defini-lo como utopia, porque há uma diferença entre um programa e uma utopia. Um programa é um programa político, um programa médico, terapêutico. Você pode dizer que o programa da cura do câncer não é uma utopia hoje em dia, é uma questão, talvez, de um pouco mais de pesquisa genética. A idéia, porém, da saúde perfeita, o objetivo de que a humanidade se encaminhe para uma saúde plena é uma utopia, mas à qual não se pode renunciar. É o que dizia Kant: mesmo sabendo que jamais determinadas coisas serão conhecidas, ou que jamais se obterá a resposta de determinadas perguntas, devemos nos comportar como se as respostas pudessem acontecer um dia.

É a utopia como idéia reguladora e, nesse sentido, ela não é utópica. Sem a utopia não é possível ser realista. A palavra de ordem em maio de sessenta e oito foi aquela coisa belíssima: sejamos realistas, desejemos o impossível.

RP – Tem-se falado bastante em crise da psicanálise e um dos aspectos destacados é a flutuação no pensamento atual entre a religiosidade e a hiper-racionalidade, questionando a validade da psicanálise e seu estatuto científico. Sendo conhecedor da teoria psicanalítica, mas tendo a vantagem de, neste momento, estar fora do problema, como o senhor veria o status epistemológico da psicanálise?

SPR – Tenho um trabalho sobre as duas culturas da psicanálise, o lado judeu e o lado góico da psicanálise de Freud. Parto do princípio de que a psicanálise não pode estar nem num lugar nem noutro, não é a junção das duas coisas, ela é a negação das duas. A psicanálise é o não judeu, é o não góico. É uma unidade negativa que se dá pela idéia do "nem": "nem isto, nem aquilo". Toda a psicanálise é dominada pela idéia do "nem, nem", não é nem ciência da natureza, nem ciência do futuro, não é nem aliada da doença, nem aliada da normalidade, ela é as duas coisas, ela se move no mundo





intermediário e não é nem ciência, nem não ciência.

Eu diria que a psicanálise tem esse estatuto absolutamente ambivalente, porque ela não pode deixar de ser ciência, porque é o que Freud quis, é o que ela sempre quis ser. Não é uma técnica, não é um modo de fazer, não é apenas uma prática terapêutica, não é uma maneira de fazer clínica. A psicanálise é ciência. Ao mesmo tempo, que ciência é essa, que não pode ser validada pelos métodos habituais que validam as teses científicas? Que ciência é essa que, dizendo-se ciência da observação, não está sujeita aos critérios de validação habituais nas ciências da observação? É uma ciência hermenêutica, diz Ricoeur e Habermas. Freud teria detestado essa tábua de salvação: "...pelo amor de Deus, eu não quero aliados como vocês." A psicanálise não é nada disso, não é hermenêutica coisa nenhuma, é como a química, é uma ciência natural. Freud foi um cientista natural. Antes de ser psicanalista, ele dissecava testículos de enguias, que supostamente eram hermafroditas. Essa descoberta podia ser testada empiricamente, ele podia escrever uma monografia sobre os testículos da enguia que fosse refutada por outro cientista. Isso sim é ciência. A psicanálise não é assim e não pode ser assim. As descobertas feitas pelo psicanalista no consultório não podem ser medidas. Como pesar o complexo de Édipo, ou o narcisismo? Que ciência é essa que não pode ser medida nem pesada? Então, não é ciência, é só clínica. Então, não existe. Então, é ciência. Então, a psicanálise não existe sem ser ciência e não é ciência ao mesmo tempo. Então, essa coisa escandalosa é uma psicanálise que surge, que se tem que demarcar. Freud fazia questão de demarcar a psicanálise face à filosofia, à concepção do mundo. Não, a psicanálise não é filosofia; não, a psicanálise não é concepção do mundo, a psicanálise é ciência. Mas que ciência é essa, repito, que não está sujeita a métodos habituais de testabilidade das proposições, dos resultados, etc.? A resposta é esta: eu não sei. Já houve várias tentativas de reduzir os enunciados da psicanálise a métodos experimentais. Foram feitas experiências em laboratório que teriam demonstrado a existência de processos inconscientes e foram testadas empiricamente certas correlações estabelecidas por Freud entre a paranóia e o homossexualismo, hipótese feita no trabalho sobre Schreber. E, então, os americanos começaram a tentar descobrir, entre os paranóicos, tendências homossexuais, entre os homossexuais, tendências paranóicas. Isso é uma loucura, porque não é assim que funciona. Ou há ou não há a faseologia freudiana. Existe realmente fase oral, fase anal, ou não existe? Até penso que talvez seja possível testar empiricamente alguns fragmentos da teoria freudiana, mas são fragmentos e a psicanálise não é isso. A psicanálise é justamente aquilo que se dá no interior de uma relação clínica. Mas é só clínica, não tem teoria? Nesse caso é uma techne, não é um epistheme.

Os psicanalistas precisam aceitar e viver esta contradição, entender o desespero de pertencer e praticar uma ciência que não é ciência.





RP – *Seria uma evolução do ousar saber para o ousar pensar?*

SPR – O ousar pensar a ambigüidade, ousar pensar o interstício, a idéia do não obstáculo, ou seja, você é o não lugar. Utopia, aliás, é o não lugar.

RP – *Em vários momentos o senhor destaca o papel social da psicanálise. Qual é esse papel, na sua opinião? Ele pode ir além de entender os fenômenos sociais?*

SPR – Eu acho que, basicamente, deveria haver uma cooperação no campo da ciência, no campo acadêmico, entre as ciências sociais, as ciências humanas em geral e a psicanálise. Disciplinas como a sociologia, por exemplo, poderiam se deixar instrumentalizar um pouco mais pela perspectiva psicanalítica, e a psicanálise, por sua vez, poderia tentar se informar um pouco mais das outras áreas.

É claro que existem psicanalistas que também são filósofos, sociólogos, mas talvez fosse necessária uma interação um pouco maior. O psicanalista tem instrumentos para compreender determinados fenômenos contemporâneos que outros cientistas sociais não têm, como os movimentos de minorias, o feminismo, por exemplo. Acho que a questão da situação da mulher não está de maneira alguma encaminhada de uma forma correta. O movimento feminista no Brasil, tenho a impressão, está influenciado demais por uma orientação diferencialista americana, que sustenta a existência de uma diferença de qualidade entre o psiquismo masculino e o psiquismo feminino. Isso é verdade? Existe essa diferença na natureza? Além das diferenças puramente anatômicas, existe algo especificamente feminino? Isso cabe à psicanálise, isso a medicina não pode dizer, porque não se trata apenas de uma coisa anatômica, a sociologia tampouco, porque não se trata apenas de comportamentos sociais explícitos, mas a psicanálise pode nos dizer. As feministas americanas têm ou não têm razão? Isto é importante politicamente. O movimento feminista tradicionalmente foi igualitário, tratava-se de libertar a mulher da opressão sexista e, para isso, era preciso que se instalasse uma igualdade de direitos entre homens e mulheres, até o momento em que chegaram algumas feministas americanas dizendo que não é nada disso, que o problema não é o da igualdade, ao contrário, é o problema da diferença. Não se deve assegurar à mulher o direito à igualdade, deve se assegurar o direito à diferença. É isso o correto? Não sei, esse é um dos temas. Como a questão do movimento gay, por exemplo, que está começando a surgir no Brasil. Existe um gene homossexual como acaba de ser descoberto? O que Freud disse sobre o homossexualismo é verdade? A descrição que Freud faz da gênese do homossexualismo, a partir



Entrevista com Sergio Paulo Rouanet

de uma recordação da infância de Leonardo da Vinci, é correta? É assim mesmo que se dá?

Em suma, há movimentos sociais que estão surgindo e que precisariam ser elucidados, porque se situam claramente na fronteira, numa área sob a jurisdição da psicanálise. Freud foi o primeiro, muito antes de Marcuse, a tematizar a idéia de uma repressão excedente, além do recalque necessário para manter a vida civilizada, a exigência de uma certa quota de sacrifício adicional, que só se exige dos mais pobres, dos mais oprimidos, e que a maneira de resolver esse problema seria acabar com o mal-estar, com a culpa, usando o cimento da solidariedade, da coesão social para acabar com essa repressão excedente. Freud diz com toda a clareza: é preciso que haja mudanças na relação de propriedade. Uma mudança na relação de propriedade é muito mais eficaz do que qualquer tese socialista ou psicanalítica. Vamos mudar a relação de propriedade. Isso é Freud quem diz, não Marx. Esse pensamento está sendo aprofundado, está sendo desenvolvido? Acho que os psicanalistas deveriam imitar o exemplo de Freud, que tinha uma ação cívica. Freud pensava como cidadão do mundo, o que fica claro quando se lê sua correspondência com Einstein sobre a guerra. Quando Freud estava fazendo psicanálise individual ou analisando o mal-estar da civilização, não havia essa fronteira entre a psicanálise e a clínica, entre psicanálise e psicanálise aplicada para compreender as macroinstituições. Onde está isso na psicanálise atual? Eu leio várias revistas de psicanálise e encontro análises fecundas, inteligentes, sinceras, bem-intencionadas sobre problemas da psicanálise individual. Onde está a psicanálise épica com que Freud falava sobre as origens da humanidade? Por que a psicanálise ficou prosaica, deixou de ser épica?

RP – Eu queria agradecer ao professor Sérgio Rouanet esta ótima entrevista e a conversa muito agradável. É pena não termos mais tempo, mas pediria sua autorização formal para publicá-la na nossa Revista e no livro de entrevistas.

SPR – Certamente. □

© Revista de Psicanálise – SPPA





Normas Gerais de Publicação de Trabalhos* **Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre**

1. Os artigos publicados na *Revista de Psicanálise da SPPA* devem ajustar-se ao que se segue:

- a. O artigo deve ser inédito (excetuam-se trabalhos publicados em anais de Congressos, Simpósios, Mesas Redondas ou Boletins de circulação interna de Sociedades Psicanalíticas locais), quanto a publicações científicas de porte.
- b. O artigo não pode infringir nenhuma norma ética e todos os esforços devem ser feitos de modo a proteger a identidade dos pacientes mencionados em relatos clínicos.
- c. O artigo deve respeitar as normas que regem os direitos autorais.
- d. O artigo não deve conter nenhum material que possa ser considerado ofensivo ou difamatório.
- e. O autor deve estar ciente de que, ao publicar o artigo na *Revista de Psicanálise da SPPA*, ele estará transferindo automaticamente o "copyright" para essa, salvo as exceções previstas pela lei, isto é, fica vedada sua reprodução, ainda que parcial, sem a devida autorização da *Revista*.
- f. O artigo não deve estar sendo encaminhado simultaneamente para outra publicação sem o conhecimento explícito e confirmação por escrito do Editor. A *Revista* normalmente não colocará obstáculos à divulgação do artigo em outra publicação, desde que informada previamente. Quaisquer violações dessas regras, que impliquem em ações legais, serão de responsabilidade exclusiva do autor.
- g. Os conceitos emitidos são da inteira responsabilidade do autor.

2. Os originais deverão obedecer às seguintes exigências mínimas:

- a. Serão entregues, em quatro cópias e disquete, à Editoria da *Revista*, cujo endereço é o da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre – Rua General Andrade Neves, 14, 8º andar, conj. 802A – 90010-210 - Porto Alegre - RS.

* Baseada nas normas e recomendações do *International Journal of Psychoanalysis* e da *Revista Brasileira de Psicanálise*.





b. O artigo deverá adequar-se às dimensões deste tipo de publicação. Sugere-se, que, sem comprometer a clareza do texto, sua extensão não ultrapasse as 20 páginas datilografadas, em espaço duplo, em papel formato ofício. Tabelas, gráficos, desenhos e outras ilustrações sob forma de cópias fotográficas devem ser enviadas em duplicatas de tamanho adequado. O conteúdo total de ilustrações não deverá exceder $\frac{1}{4}$ do espaço ocupado pelo artigo; as ilustrações em excesso, se aprovadas, terão seu custo indenizado pelo autor, que será previamente informado.

Solicitamos que os artigos sejam entregues em disquete, observando-se o seguinte: os arquivos devem ser gerados no *Word for Windows* ou formato texto (*.TXT), com a identificação do autor e título do trabalho.

c. Os trabalhos deverão conter, em sua estrutura: Título, Resumo em português e inglês e Referências. A forma de apresentação da discussão dos conteúdos ficará a critério do autor.

d. O resumo deverá ter em torno de 150 palavras e ser capaz de comunicar, ao leitor em potencial, os pontos principais que o autor deseja expressar.

e. O nome do autor deve constar no canto esquerdo, logo abaixo do título, esse indicando a que Sociedade ou Grupo de Estudos pertence, com o correspondente "status".

f. O endereço do autor deverá ser mencionado após as Referências.

3. As Referências deverão incluir os trabalhos estritamente relevantes e necessários, sem se acumular, desnecessariamente, vasta bibliografia. As referências, no decorrer do texto, serão dadas citando-se o nome do autor seguido do ano de publicação entre parênteses, como, por exemplo, Freud (1918) ou (Freud, 1918). Se dois co-autores são citados, os dois nomes deverão ser mencionados, por exemplo Marty & de M'Uzan (1963) ou (Marty & de M'Uzan, 1963). Se houver mais de dois autores, a referência no texto indicará o primeiro, por exemplo: Rodrigues et al. (1983) ou (Rodrigues et al., 1983).

A referência completa das obras citadas figurará na lista das Referências, colocada no final do artigo, lista essa que deverá corresponder exatamente às obras citadas, sem referências suplementares. Os autores serão mencionados em ordem alfabética e suas obras pela ordem cronológica da publicação. (Para as obras de Freud, as datas correspondentes são indicadas entre parênteses na *Standard Edition*). Se vári-





as obras foram publicadas no mesmo ano, deve-se acrescentar à data de publicação as letras a, b, c, etc.

Quando um autor é citado individualmente e também como co-autor, serão citadas antes as obras em que ele é o único autor, seguidas das publicações em que ele é co-autor.

Os nomes dos autores não serão repetidos, mas indicados por um traço.

Os títulos dos livros e das revistas serão grifados, sendo que as palavras mais significativas serão escritas com a primeira letra maiúscula, o lugar da publicação e o nome do Editor serão igualmente indicados. Se uma referência é dada a partir de outra edição que não a original, a data da edição utilizada deverá figurar no final da referência.

Nos títulos dos artigos (e igualmente nas obras de Freud) somente a primeira palavra figurará em letra maiúscula. O título do artigo será seguido da abreviação grifada do título da revista, do número do volume e dos números da primeira e da última página. Para as abreviações dos títulos das revistas, poder-se-ão consultar os números anteriores ou, no caso de dúvida, citar o nome por extenso.

Nos exemplos seguintes, podem-se observar a utilização das letras maiúsculas, a pontuação, os dados e sua ordem de apresentação:

- BOWLBY, J. (1963). *Attachment and Loss*, Volume 1. New York: Basic Books.
- _____ (1979). Psychoanalysis as art and science. *Int. Rev. Psychoanal.*, 6: 3-14.
- FREUD, S. (1905). Three essays on the theory of sexuality. *E.S.B.* 7.
- _____ (1914). Narcisismo: Uma introdução. *E.S.B.* vol. 14, Rio de Janeiro: Imago.
- HOLZMAN, P. S & GARDNER, R. W. (1960). Levelling and repression. *J. Abnorm. Soc. Psychol.*, 59: 151-155.
- KHAN, M. M. R. (1960). Regression and integration in the analytic setting. In : *The Privacy of the Self*. London: Hogarth Press, 1974, p. 136-167.
- _____ (1967). From selectiveness to shared living. In: *The Human Dimension in Psychoanalytic Practice*, ed. K. A. Frank. New York: Grune & Stratton, p. 115-122.
- SUTHERLAND, J. D. ed. (1958). *Psycho-Analysis and Contemporary Thought*. London: Hogarth Press.
- WALLERSTEIN, R. S. (1972). The future of psychoanalytic education. *J. Amer. Psychoanal. Assn.*, 21: 591-606.





(Foram propositalmente utilizados os exemplos mencionados no *International Journal of Psycho-Analysis* com o objetivo de apresentar as Referências brasileiras padronizadas de acordo com as normas internacionalmente aceitas.)

Citações literais: Quando se tratar de citações literais, além de checá-las cuidadosamente quanto à sua fidedignidade, indicar o número da página de onde foram retiradas. As *inserções* que forem feitas no texto original serão indicadas dentro de (), como, por exemplo: “ele (Freud) sugeriu que...”. Itálicos no original serão assinalados, sublinhando-se as palavras no texto datilografado. Ênfase adicional, no texto, também será indicada por sublinhado da parte em questão, acrescentando-se “grifos meus”, entre (), no final da citação. Usar reticências para indicar omissões no texto citado, por exemplo: “considerou-se... que assim foi o caso”.

Nota: O autor que desejar obter separatas de seu artigo publicado deverá, na ocasião em que for informado oficialmente pela *Revista* que seu artigo será publicado, informar à Secretaria da *Revista*. Essa obterá, da gráfica, um orçamento para sua confecção que será submetido ao autor para aprovação.

Procedimentos de avaliação

- Todo artigo entregue para publicação será avaliado através de critérios padronizados por, pelo menos, três membros do Comitê Científico da *Revista de Psicanálise da SPPA*.
- O nome do avaliador será mantido sob rigoroso sigilo pela *Revista*, recomendando-se que o mesmo procedimento seja adotado pelo próprio avaliador.
- Sendo o artigo recomendado pela maioria dos avaliadores, será considerado, em princípio, aprovado para publicação. A decisão final quanto à data de sua publicação dependerá do programa editorial estabelecido.

Artigos que não forem publicados num período de (6) seis meses, a partir da data de sua aprovação, serão oferecidos de volta ao seu autor, para que esse tenha a liberdade de submetê-lo a uma outra publicação.





Revista de Psicanálise

da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

Pedidos de assinatura:

Encaminhar este cupom para a secretaria da

Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

Rua Gen. Andrade Neves, 14 conj. 802

90010-210 – Porto Alegre-RS

Fone (0xx51) 3228-7583 – Fone/Fax (0xx51) 3224-3340

E-mail: revista@sppa.org.br

Valor da assinatura anual (3 números): R\$ 60,00

Valor de número avulso: R\$ 20,00

Nome.....

Endereço

CEP..... Cidade

Fone..... E-mail:

(Cheque cruzado, nominal à Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre ou, se o preferir, solicite o envio de um DOC para pagamento bancário).





Divulgação

KARNAC BOOKS 2001

LANÇAMENTOS

D.W. WINNICOTT: A Biographical Portrait by Brett Kahr **Vencedor do Prêmio Gradiva de 1997 (Categoria Biografias)**

D.W. Winnicott: Um retrato biográfico feito por Brett Kahr,
"O elegante retrato biográfico de Brett Kahr, coloca-se como o primeiro livro que busca abranger as complexidades da vida de Winnicott. Kahr nos leva a ver Winnicott de carne e osso dentro de uma perspectiva histórica, um Winnicott de extraordinária capacidade bem como de complicadas fraquezas e turbulências. Através da descrição das origens de Winnicott, Brett Kahr nos permite apreciar mais profundamente os limites e as dimensões da originalidade deste extraordinário psicanalista" (extraído da introdução feita por Dr. George Makari)
189 páginas

CHANGING IDEAS IN A CHANGING WORLD: The Revolution in Psychoanalysis

Ensaaios em honra de Arnold Cooper
Editado por Joseph Sandler, Robert Michels, Peter Fonagy
Este livro é dividido em quatro seções. As idéias em evolução na psicanálise descritas de forma genérica na primeira seção são abordadas em maior profundidade na segunda. Os capítulos na terceira seção exploram temas psicanalíticos a partir do ponto de vista da psicologia cognitiva, neurociência, antropologia, lingüística, filosofia e literatura. A seção final oferece ao leitor uma visão ainda mais ampla: considera as perspectivas epistemológica (a teoria do conhecimento), conceitual e teórica que podem estabelecer a moldura para a psicanálise no século 21. Este volume reúne uma coleção única de perspectivas sobre a dramática mudança havida na psicanálise bem como seus desafios futuros.
290 páginas

W.R. BION: BETWEEN PAST AND FUTURE

Editado por Parthenope Bion Talamo, Franco Borgogno e Silvio A. Merciai
Esta antologia pode ser considerada como um produto natural da International Centennial Conference on the Work of W.R. Bion, ocorrida em Turim, Itália, em julho de 1997. Foi um encontro científico com um significativo componente emocional, o que era perceptível no momento e os autores tentaram transmitir, na medida do possível, através deste livro: seu desejo de pensar, mantendo liberdade mental, abertura e preservando "wild thoughts" como tal. O livro é uma reflexão sobre o desenvolvimento do pensamento psicanalítico a partir do estímulo gerado pelo trabalho de Bion.
Os capítulos foram organizados usando um critério intencionalmente neutro – aquele da ordem alfabética dos sobrenomes dos autores, de forma a deixar o leitor livre para inventar sua própria leitura não-sequencial, uma criação do seu próprio percurso através do livro.
269 páginas

POST-KLEINIAN PSYCHOANALYSIS: The Biella Seminars by Kenneth Sanders

Foreword by Donald Meltzer





Divulgação

IT'S A NEW KIND OF DIASPORA: Explorations in the Socio-political and Cultural Context of Psychoanalysis by Riccardo Steiner

PSYCHOANALYSIS AND FILM Edited by Glen O. Gabbard

TÍTULOS RECENTES

1. **EXPLORING THE WORK OF DONALD MELTZER:** A Festschrift
Edited by Margaret Cohen & Alberto Hahn
2. **PSYCHOANALYTIC PSYCHOTHERAPY IN THE KLEINIAN TRADITION**
Edited by Stanley Ruszczyński & Sue Johnson
3. **PSYCHOANALYTIC PSYCHOTHERAPY IN THE INDEPENDENT TRADITION**
Edited by Stanley Ruszczyński & Sue Johnson
4. **PSYCHOANALYSIS AND PSYCHOTHERAPY:** The Controversies and the Future
Edited by Serge Frisch
5. **WORK WITH PARENTS:** Psychoanalytic Psychotherapy with Children and Adolescents
Edited by John Tsiantis, Siv Boethious, Birgit Hallerfors, Ann Horne & Lydia Tischler
6. **PSYCHOANALYTIC PSYCHOTHERAPY OF THE SEVERELY DISTURBED ADOLESCENT**
Edited by Dimitris Anastasopoulos, Effie Laylou-Lignos, Margot Waddell
7. **SUPERVISION AND ITS VICISSITUDES** EFPP Clinical Monograph Series
Edited by Brian Martindale, Margareta Mörner, María Eugenia Cid Rodríguez & Jean-Pierre Vidit
8. **COUNTERTRANSFERENCE IN PSYCHOANALYTIC PSYCHOTHERAPY WITH CHILDREN AND ADOLESCENTS** EFPP Clinical Monograph Series
Edited by John Tsiantis, Anne-Marie Sandler, Dimitris Anastasopoulos and Brian Martindale
9. **BUT FACTS EXIST:** An enquiry into Psychoanalytic Theorizing
by Thomas Freeman

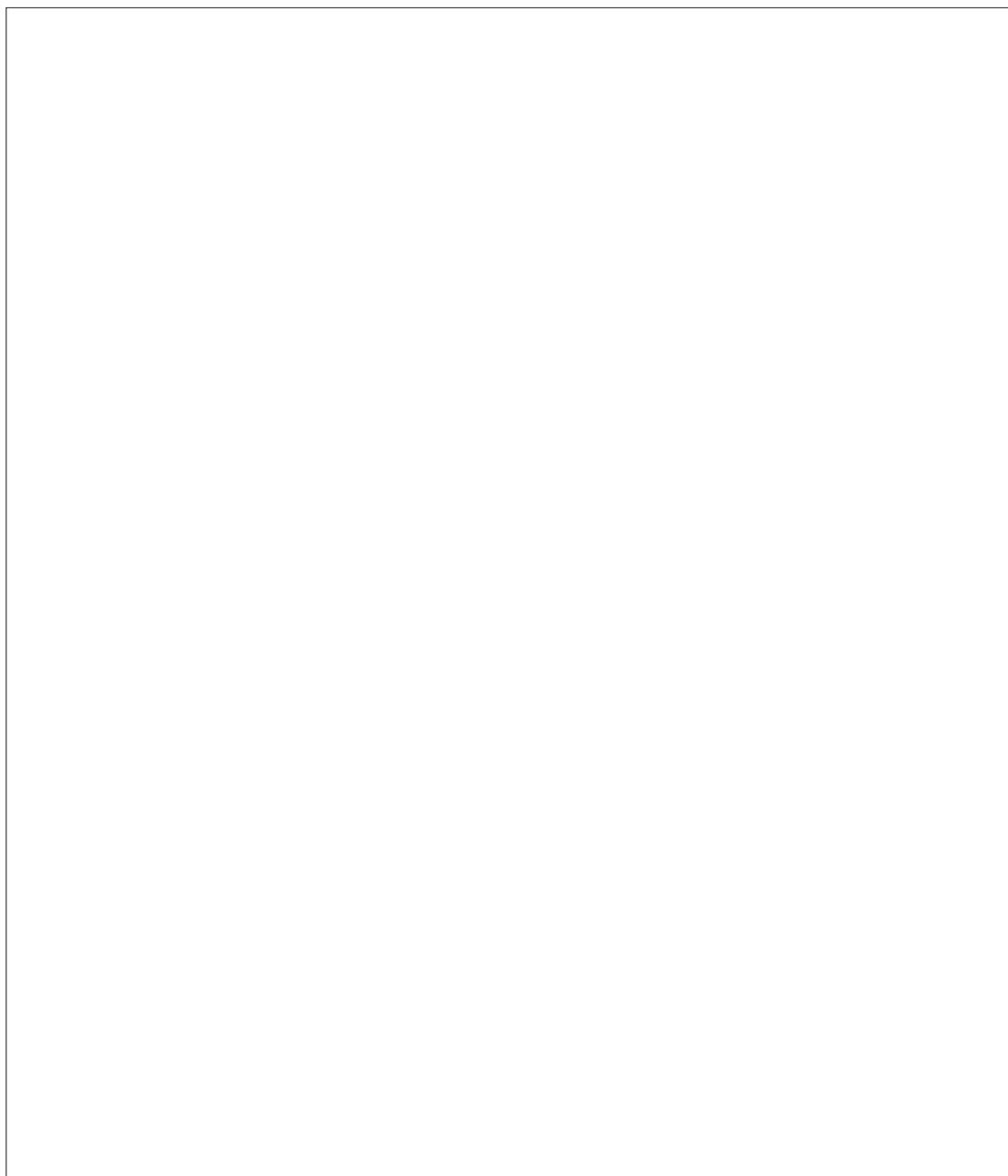
Para traduções e direitos autorais:

The CATHY MILLER FOREIGN RIGHTS AGENCY
18, The Quadrangle, 49 Atalanta St., London SW6 6TU, England
Tel: (+44) 207-386 5473 Fax: (+44) 207-385 1774
e-mail 101577.1115@compuserve.com

Compras através da Internet: www.karnacbooks.com

118, Finchley Road, London NW3 5HT
Tel: +44 (0)20 8969 4454
Fax: +44 (0)20 8969 5585
E-Mail: shop@karnacbooks.com


karnacbooks.com
A SITE FOR THE MIND



Joan Miró – *El Oro del Cielo Azul*, 4 de dezembro de 1967. © ADAGP. Paris, 2001.

